



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS**

**ENZA RAFAELA PEIXOTO FERREIRA**

**REIFICAÇÃO DA MULHER A PARTIR DA ASCENSÃO IDEOLÓGICA  
CONSERVADORA: UMA ANÁLISE DO GOLPE DE 2016**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

**2021**

ENZA RAFAELA PEIXOTO FERREIRA

REIFICAÇÃO DA MULHER A PARTIR DA ASCENSÃO IDEOLÓGICA  
CONSERVADORA: UMA ANÁLISE DO GOLPE DE 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção do grau de mestre, sob orientação do Professor Dr. João Nunes da Silva.

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

F383r Ferreira, Enza Rafaela Peixoto.

Reificação da mulher a partir da ascensão ideológica conservadora: uma análise do golpe de 2016. / Enza Rafaela Peixoto Ferreira. – Miracema, TO, 2021.

109 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2021.

Orientador: João Nunes da Silva

1. Ascensão conservadora. 2. Golpe. 3. Heteropatriarcado. 4. Reificação. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ENZA RAFAELA PEIXOTO FERREIRA

REIFICAÇÃO DA MULHER A PARTIR DA ASCENSÃO IDEOLÓGICA  
CONSERVADORA: UMA ANÁLISE DO GOLPE DE 2016

Dissertação apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela banca examinadora.

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. João Nunes da Silva, Orientador, UFT.

---

Prof (a). Dr (a) Bruna Andrade Irineu, Examinadora - UFMT.

---

Prof (a). Dr (a) Rosemeire dos Santos, Examinadora - UFT.

---

Prof (a). Dr (a) Vanda Micheli Burginski, Examinadora - UFT.

Às mulheres.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador, João Nunes, pelas contribuições ao longo desses últimos dois anos de pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT – PPGSS e a todas/os as/os professoras/es que contribuíram grandemente nessa caminhada de conhecimento, em especial, à professora Rose Santos, que me permitiu a possibilidade de realização de estágio docência, contribuindo imensamente nesse processo de construção acadêmica.

As/aos colegas dessa que marca a primeira turma do PPGSS da UFT, foram momentos singulares de troca e conhecimento.

À amiga-camarada Milena Lacerda, pelas longas horas de diálogos, trocas, conselhos, sem dúvida, fundamentais à minha formação intelectual e humana. À camarada Suélen Bezerra, pela troca na graduação e pelo reencontro, mais de dez anos depois, pelo incentivo desde a abertura da seleção do mestrado e também por suas contribuições. À querida amiga Fátima Teles, pelo incentivo de sempre.

Às/aos amigas/os irmãs/aos Marcos, Emerson, Michelle, Jandra, Larissa, Anna Lícia e Sheila pela cumplicidade, e pela potência da amizade em fazer a vida menos densa.

À minha família, em especial, à minha mãe, Maria Lúcia, ao meu pai, Edilson, à minha irmã, Fernanda, a meu cunhado-irmão, Paulo Henrique, e à tia Léa, meus amores.

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.  
A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela  
A minha voz ainda  
ecoou versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.  
A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

## RESUMO

As questões que envolvem a reificação da mulher na sociedade perpassam por um emaranhado de fatores históricos e materiais, que têm determinado lugares diferentes aos homens e mulheres nas relações socialmente construídas. Aos homens, o papel de sujeitos universais, às mulheres e segmentos feminizados, o lugar de objeto e paciente, como se essa estrutura fosse parte de uma forma de vida natural, logo, imutável. Essas relações partem de construções concretas, e têm sido sustentadas pelo que compreendemos como um sistema capitalista heteropatriarcal. Esse sistema tem oprimido, explorado e apropriado as mulheres por séculos, se efetivando desde a tentativa de aprisionamento de sua subjetividade, assim como do produto dos seus corpos e de sua força de trabalho, ora desvalorizada, quando da divisão sexual do trabalho, ora invisibilizada no campo do trabalho reprodutivo e/ou do cuidado. Por entendermos que esse conjunto de cargas impostas às mulheres serem parte de uma totalidade social, se manifestando em todas as dimensões e setores da vida, chegamos a essa pesquisa de mestrado, em que buscamos desnudar essas relações sociais de sexo, a partir da particularidade do Golpe de 2016, o qual destituiu a ex presidenta Dilma da presidência do Brasil. Para tal proposta, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, através do diálogo com a perspectiva crítica marxista e de feministas materialistas francófonas, além do trabalho de feministas fundamentais no que tange à análise da mulher na sociedade brasileira. É oportuno destacarmos que, o imbricamento entre relações sociais de sexo-raça-classe faz parte desse complexo. Traçamos, a princípio, uma análise conjuntural que envolve a formação social brasileira como ponte dialética para o presente. Em seguida, trabalhamos categorias analíticas como ideologia, conservadorismo, reificação e patriarcado para demonstrarmos que esse complexo dinâmico está intrincado e reverbera na coisificação das mulheres. E, por fim, no último capítulo, desenvolvemos uma análise crítica da linguagem, através das falas proferidas pelos parlamentares na sessão deliberativa de 17 de abril de 2016, por meio do documento do departamento de taquigrafia da Câmara dos Deputados, este contém toda a transcrição dessa sessão. Trabalhamos com a seleção de trechos de falas que configuram a existência de uma face misógina e sexista do golpe, como quando em nome de Deus e da família tradicional monogâmica os parlamentares reiteraram a necessidade e justificativa para o impeachment da presidenta mulher estereotipada e discriminada pelo seu gênero, e mais, por não cumprir o “papel de gênero” que uma sociedade machista espera de uma mulher. Com isso defendemos que a linguagem como categoria analítica se constitui como um dos mecanismos ideológicos para representação de relações concretas de dominação e da luta de classes.



**Palavras-chave:** Ascensão conservadora. Golpe. Heteropatriarcado. Ideologia. Reificação.

## ABSTRACT

The issues surrounding the reification of women in society run through a tangle of historical and material factors, which have determined different places for men and women in socially constructed relationships. For men, the role of universal subjects, for women and feminized segments, the place of object and patient, as if this structure were part of a natural, therefore immutable form of life. These relations start from concrete constructions, and have been supported by what we understand as a heteropatriarchal capitalist system. This system has oppressed, exploited and appropriated women for centuries, taking effect since the attempt to imprison their subjectivity, as well as the product of their bodies and their work force, sometimes devalued, when the sexual division of work, sometimes invisible in the field of reproductive work and / or care. As we understand that this set of charges imposed on women is part of a social totality, manifesting itself in all dimensions and sectors of life, we arrived at this master's research, in which we seek to bare these social relations of sex, based on the particularity of 2016 coup, which removed former president Dilma from the presidency of Brazil. For this proposal, we carried out a bibliographic and documentary research, through dialogue with the critical Marxist perspective and with Francophone materialist feminists, in addition to the work of fundamental feminists regarding the analysis of women in Brazilian society. It is worth noting that the overlap between sex-race-class social relations is part of this complex. We outlined, at first, a conjunctural analysis that involves Brazilian social formation as a dialectical bridge to the present. Then, we worked on analytical categories such as ideology, conservatism, reification and patriarchy to demonstrate that this dynamic complex is intricate and reverberates in women's reification. And, finally, in the last chapter, we developed a critical analysis of the language, through the speeches given by the parliamentarians in the deliberative session of April 17, 2016, through the document of the shorthand department of the Chamber of Deputies, this one contains the entire transcript of that session. We work with the selection of excerpts of speeches that configure the existence of a misogynistic and sexist face of the coup, as when in the name of God and the traditional monogamous family, parliamentarians reiterated the need and justification for the impeachment of the stereotyped and discriminated woman president. gender, and more, for not fulfilling the “gender role” that a macho society expects of a woman. With this, we defend that language as an analytical category is constituted as one of the ideological mechanisms for the representation of concrete relations of domination and class struggle.

**Keywords:** Conservative rise. Blow. Heteropatriarchy. Ideology. Reification.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Procedimento metodológico .....</b>	<b>14</b>
<b>2 GOLPE DE 2016: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Burguesia nacional e classe trabalhadora frente ao capitalismo contemporâneo .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Elementos histórico-dialéticos para a compreensão do golpe: formação social brasileira.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Do neodesenvolvimentismo que descamba em golpe.....</b>	<b>30</b>
<b>3 CONSERVADORISMO, IDEOLOGIA E HETEROPATRIARCADO: CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DO GOLPE .....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 Ascensão conservadora .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 Elementos ideológicos presentes na conjuntura do golpe .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 Capitalismo patriarcal como determinante da reificação da mulher .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3.1 Divisão sexual do trabalho e reprodução social .....</b>	<b>68</b>
<b>4 A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO IDEOLÓGICA DO CONCRETO E SEUS REFLEXOS NO GOLPE DE 2016 .....</b>	<b>76</b>
<b>4.1 Mulher e o “não-lugar” na política: reflexos do heteropatriarcado na construção histórica de estruturas machistas, misóginas e sexistas de poder .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 Linguagem como expressão dialética do real: análise da votação do dia 17.04.2016 e seus impactos na face heteropatriarcal do Golpe de 2016 .....</b>	<b>85</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reificação da mulher a partir da ascensão ideológica conservadora é foco de interesse da nossa pesquisa<sup>1</sup>. Tem como destaque o recorte do tempo histórico que abrangem a deposição da presidenta, democraticamente eleita, Dilma Vana Rousseff, da presidência do Brasil. Nossa pesquisa considerou a existência de uma face de gênero como parte do complexo de múltiplas determinações do Golpe de 2016.

Estamos vivendo um momento histórico sombrio, violento e reacionário. São graves e intensos os ataques contra a classe trabalhadora. Isso ocorre, acima de qualquer proposição, a partir de uma crise de sociabilidade capitalista<sup>2</sup> (MASCARO, 2018), que reverbera na crise brasileira atual. Um ambiente propício para uma ofensiva conservadora (KELLER, 2019) que se expressa através do desmantelamento das estruturas democráticas. Porém abala, com mais veemência e perversidade, o segmento proletarizado composto por mulheres, LGBTQs e pessoas racializadas.

São ataques alicerçados em uma economia política capitalista patriarcal e racista (CISNE; FALQUET, 2020). É por meio desse alicerce que o pensamento conservador se sustenta e se reproduz, através da barbárie, na atual conjuntura, mostrando-se cada vez mais evidente e com o espectro do fascismo. Isso nos revela uma realidade preocupante, principalmente para os(as) que são reduzidos (as) por esse sistema a uma minoria invisibilizada e historicamente silenciada pelos mais variados mecanismos de opressão.

As mulheres estão imersas no cerne dessas opressões, silenciadas, exploradas, apropriadas pela história de um capitalismo heteropatriarcal. Ao longo da sua história, desde os idos da acumulação primitiva, o capitalismo heteropatriarcal tem se colocado em relação ao feminino a partir do controle dos seus corpos (FEDERICI, 2017) e da apropriação da sua existência material e subjetiva (GUILLAUMIN, 2014).

A questão em que se centra a pesquisa, então, advém da análise da possível apropriação da mulher mediante sua reificação, com foco na conjuntura brasileira mais recente, com a

---

<sup>1</sup>Achamos importante justificar, logo de início, a opção por nosso estabelecimento na pesquisa, por meio da utilização e demarcação do uso verbal na primeira pessoa do plural, como um posicionamento político, posto que a autoria é um princípio fundamental para o feminismo, e também como manifestação da necessidade de rompermos como uma perspectiva acadêmica que se faz conservadora e machista, enraizada a formas de escrita em torno de uma episteme patriarcalista fechada, que em muitos momentos oculta o lugar de sujeitos das mulheres no protagonismo acadêmico. Ante o exposto, passamos ao desenvolvimento do roteiro da pesquisa.

<sup>2</sup>“A partir de 2008, a crise da forma econômica capitalista engendra uma crise da forma política pelos Estados, exigindo destes uma resolução que seus próprios talhes não permitem entregar, o que, então, eleva ao máximo as estratégias de derrocada de democracias e de intervenções militares e golpes, deixando antever uma sistemática de ditaduras e de governos de espoliação pelo mundo. O golpe no Brasil, desde 2013, é sua chegada ao solo atual, ainda mais cru, da política de choque e de administração golpista da crise mundial” (MASCARO, 2018, p. 43).

efervescência da ideologia dominante que se manifesta por intermédio da reconfiguração do conservadorismo. Nesse sentido, o conservadorismo tem se mostrado por meio de expressões reiteradamente misóginas, machistas, sexistas e reacionárias. Estas expressões, quando as direcionamos para o complexo particular do Golpe de 2016, puderam ser evidenciadas, mais singularmente, mediante a sessão deliberativa de 17 de abril de 2016.

Com o propósito de investigarmos com maior acuidade os pontos relacionados acima, a dissertação segue estruturada em três momentos. O primeiro momento é dedicado a pensarmos alguns elementos críticos que reverberaram na conjuntura do Golpe. Discutimos alguns dados históricos sobre o capitalismo contemporâneo em sua articulação com a burguesia nacionalista. Determinados elementos históricos da formação social do Brasil também foram fomentados como ponte para entendimento da primeira mulher eleita presidenta do país, tanto para compreendermos sua gestão, quanto o caráter patriarcal como modelador da política. O caráter neodesenvolvimentista dos governos petistas e a política de conciliação de classes, a partir do governo Lula, ainda foram contextualizadas, assim como alguns aspectos do que compôs os movimentos de Junho de 2013 e seus reflexos para a compreensão da destituição de Rousseff.

Já o segundo momento reservamos ao debate que perfaz o reconhecimento da categoria conservadorismo, ideologia, patriarcado e reificação. A ideia é construirmos um suporte para compreendermos como o pensamento conservador se reconfigura, no momento atual, sendo amparado por processos ideológicos da classe burguesa, possuindo interesses próprios para o exercício da dominação. Ao relacionarmos esses elementos com o sistema patriarcal – que historicamente reifica a mulher a partir de expressões machistas, misóginas e sexistas e, que (no contexto do golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal) concretizado com a retirada da primeira mulher eleita do país, possui como sobredeterminação todo um sistema de opressão e exploração vinculados a um jogo de interesses burgueses e heteropatriarcais – procuramos, com isso, elementos que indiquem que a saída de Dilma da presidência não se deu por um fator isolado, pelo contrário, teve fortes elementos ideológicos de dominação que a entrelaça.

Por fim, no último momento da pesquisa, aspiramos demonstrar, por intermédio da problematização das falas dos deputados na sessão deliberativa de 17 de abril de 2016<sup>3</sup>, como a linguagem, articulada ao pensamento ideológico conservador, misóginico e sexista, marcou

---

<sup>3</sup> A sessão deliberativa de 17 de abril de 2016 deu abertura ao processo de “*impeachment*” da presidenta Dilma Vana Rousseff. A sessão foi feita para votação da admissibilidade ou não do andamento do processo por denúncia de crime de responsabilidade, oferecida por Janaína Conceição Paschoal, Miguel Reale Junior e Hélio Pereira Bicudo (Fonte: Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados).

presença a partir de argumentos verbalizados no transcurso da votação para a legitimação da admissibilidade do processo de “*impeachment*”. Assim, tentamos desnudar um aspecto paradoxal, que é a acusação de cometimento de crime de responsabilidade, mediante o fato de as “pedaladas fiscais” terem passado, “de repente”, a serem justificadas por alegações de base misógina.

A partir dessa base, a pesquisa aponta para a possibilidade de uma face de gênero no processo de deposição da presidenta, indicando um imbricamento à ascensão do pensamento conservador, que toma a cena política e social, intensificando processos de reificação dos sujeitos femininos.

### **1.1 Procedimento metodológico**

O percurso investigativo sobre a mulher na lógica do capital demanda edificar uma análise cunhada num sistema amplamente crítico, principalmente quando o *locus* de exame é a realidade brasileira. Essa análise carece ser situada em um intrincado sistema gênero-raça-classe, como fenômeno histórico e como parte de uma totalidade concreta. Assim, pensarmos a opressão da mulher é pensarmos sua opressão relacionada à luta geral da classe trabalhadora, contudo capturando as mediações que, ideologicamente, são forjadas pelo sistema com o intuito de reificação desse sujeito.

A pesquisa ora ilustrada, ao valer-se do método dialético para desvelar a coisificação da mulher a partir da ascensão ideológica conservadora, pautou-se na análise de conjuntura correspondente ao processo do Golpe de 2016, que acarretou a deposição de Dilma da presidência do Brasil. Com o escopo de revelarmos o emaranhado que envolve uma trama social de um país que carrega desde sua estrutura de formação capitalista o racismo/sexismo, assim como uma ideologia cimentada no conservadorismo, assoma em meio a uma vertigem democrática. Alimentado ideologicamente pelos ditames do sistema, utiliza-se da política, bem como de outras instituições para ratificar a existência de relações sociais que oprimem, objetificando o segmento feminizado.

Para alçarmos essa proposta de compreensão dos indicadores da reificação da mulher com a ascensão conservadora, no período acima apresentado, utilizamos a pesquisa do tipo qualitativa que, de acordo com Lima e Miotto (2007), permite buscar aproximações sucessivas da realidade, ao passo que ela se manifesta imersa ao processo histórico que não é dado e acabado de uma vez por todas. Logo, esse tipo de pesquisa proposta não possui caráter de

neutralidade. Está imbricada à construção dos sujeitos na história onde pretendemos investigar problemáticas de suas vidas e que, na presente indicação, optamos pela coisificação da mulher.

Como percurso metodológico de apreensão do objeto proposto na pesquisa, foi necessário realizarmos uma conexão que envolveu as relações sociais e econômicas que deram base à formação da sociedade brasileira, a exemplo do sistema escravista estimulado pela lógica do capital, que reflete em um tipo particular de sociedade e que carrega fortes traços de racismo e sexismo. Contudo esconde sua real face, é o que Gonzalez (2020) nomina por mito da democracia racial.

Pois, ainda no atual estágio de acumulação capitalista, o país carrega um forte ranço ideológico conservador que tem determinado a reprodução de um lugar de exclusão e opressão à população racializada como um tipo de escravidão inconclusa. Para as mulheres, esses elementos têm uma peculiar forma de manifestar seus grilhões pela associação do racismo ao sexismo:

A conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida [...]. As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2011, p. 127-129).

Logo, entendermos a realidade e suas contradições que forjam a consciência dos sujeitos, é elementar à medida que presenciamos, no contexto recente dessa sociedade, os reflexos dessa dinâmica de antagonismos. E com o intuito de compreendermos a objetificação da mulher frente à ascensão do conservadorismo, adotamos a pesquisa teórica bibliográfica que, segundo Vilaça (2010), proporciona base de conhecimento por meio da revisão de literatura. Será, então, possível discussão e compreensão do objeto com fins de aproximações e análise, bem como realizar a pesquisa de tipo documental por meio da qual optamos pela escolha da análise da linguagem nas falas da votação deliberativa na Câmara dos deputados, do dia 17 de abril de 2016.

A partir da análise das falas proferidas nas mais de nove horas de votação, selecionamos as que continham uma carga ideológica conservadora, misógina e sexista como forma de confirmarmos a nossa hipótese de que existe uma face de gênero imbricada ao complexo que compõe a deposição de Dilma da presidência. Esses elementos, por meio da ofensiva conservadora, refletem em questões referentes à intensificação de preconceitos, à violência infligida às mulheres, a exemplo do que ocorre a partir da proposta de dominação dos seus



corpos quando se tenta criminalizar o aborto. Ao mesmo tempo, temos um judiciário que minimiza situações de violência sexual sofridas por mulheres etc. Interessa-nos também o modo como essa relação ocorre vinculada a interesses atinentes ao grande capital, uma vez que essas particularidades estão imersas a outros interesses, ou a outros complexos.

Nesse caminho, procuramos compreender como a ordem capitalista impõe à figura da mulher sua lógica perversa de apropriação, pois, para além das contradições existentes no processo produtivo da classe que vive do trabalho com extração de mais-valor no processo produtivo, ainda desconfigura o caráter do trabalho reprodutivo. Este antagonismo é resultante de uma hierarquização dos sexos no âmbito da divisão sexual do trabalho que se mostra, por exemplo, através de aspectos de desvalorização e precarização nos postos de trabalho que são ocupados pelas mulheres.

Por conseguinte, desmistificarmos esses aspectos referentes a essa hierarquia dentro da própria classe trabalhadora é imprescindível, também, para enxergarmos as mediações mais particulares que envolvem a não homogeneidade desta classe. O sistema que a cria também é alimentado pela exploração, além das sexualidades, de segmentos de classe racializados e de minorias étnicas que, histórica e territorialmente, podem ser analisadas como foco de intensificação de exploração e opressão por essa lógica reacionária.

Como a vida social se faz na dinâmica histórica, ao analisarmos os aspectos que sustentam e dão vida ao capital para reificar as relações humanas, em específico, a coisificação da mulher, movemo-nos por uma percepção de situações que determinaram a sua exploração no passado e se metamorfoseiam no presente. É o que pretendemos analisar no recorte da pesquisa que abrange o contexto do golpe e que inflige a retirada da presidenta Dilma, primeira mulher eleita democraticamente no país, diante de um cenário em que o peso político da ideologia heteropatriarcal, impulsionada pelo pensamento conservador, vinha e ainda está tomando uma proporção assombrosa.

Destarte, a análise realizada neste trabalho não se deu por consequência de um acontecimento isolado, mas imbricado na trama complexa da história do país. Esse fenômeno aparente foi estudado a partir do que demonstra Minayo (1994) acerca da necessidade do que deve ser feito, considerando o método dialético, para investigar a totalidade no interior da qual se manifestam as relações entre os diferentes estágios do desenvolvimento histórico e na interação entre as partes e o todo.

Dito isso, o cenário brasileiro de crise que reverberou no golpe está conectado ao que é avaliado como “[...] crise na forma-valor e pela crise na forma política, além de sobredeterminado pela crise na forma jurídica (MASCARO, 2019, p. 25). Esses elementos,

vinculados a um aparato midiático e de instituições religiosas, vêm excitando o conservadorismo na população, assim como pela imposição do heteropatriarcado.

Ao buscarmos problematizar o objeto dessa pesquisa, que é a objetificação da mulher imersa na ofensiva conservadora e suas diversas configurações que levaram adiante o Golpe de 2016, tentamos capturar esse ponto como parte de um todo caótico, movido pela engrenagem que conduz o sistema capitalista heteropatriarcal.

Tentamos, com a sistematização desse aporte analítico, realizar um caminho de aproximação do concreto através das mediações dos complexos de complexos que determinam a reificação da mulher na sociedade capitalista, dentro do recorte temporário e territorial que envolve a sociedade brasileira em sua trama mais recente. Elucidaremos, então, que a ascensão conservadora é uma das margens do mesmo rio que faz desaguar o sexismo, o racismo, a LGBTfobia, o fundamentalismo religioso e etc., e que mostraram sua face na concretização do Golpe de 2016. Para tanto, foi imprescindível considerarmos o caminho investigativo do real.

À vista disso, é partindo do fenômeno que chegamos à essência, e de lá retornamos à estrutura inicial da empiria – reificação da mulher e a face de gênero que fez refletir na destituição da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, a partir da ascensão ideológica conservadora –, percebendo agora uma rica totalidade de complexos sociais e históricos que a determinaram.

Procuramos, enfim, utilizar o roteiro metodológico em que o documento proveniente do departamento de taquigrafia da Câmara dos deputados<sup>4</sup> – Sessão de tipo deliberativa: 091.2.55.O: transcrição das falas de orientação partidária e da votação, do dia 17 de abril de 2016, foi por nós analisada da seguinte forma: mapeamos os 513 votos, fazendo a separação entre “Sim” (a favor do processo de *impeachment*) e “Não” (contra a admissibilidade do processo). A partir desta divisão, procuramos votos embasados na justificativa de defesa e dedicação à família tradicional (aqui levamos em consideração citação de dedicatória e agradecimentos aos diversos componentes do núcleo que constitui esse tipo de família), a Deus, a segmentos religiosos de expressão fundamentalista, à moral e à decência, assim como na desqualificação da mulher presidenta, em um contexto que pôs as vistas o viés conservador, misógino e sexista nas expressões da linguagem.

Feita essa divisão entre orientações e votos favoráveis e contra, selecionamos para contagem, dentre os votos e discursos de orientação dos partidos políticos, os que se manifestaram em

---

<sup>4</sup> Documento disponível no site da Câmara dos Deputados(as).

defesa do *impeachment*, através de três eixos que tiveram maior número de reiterações de palavras, conforme exposto na tabela a seguir:

Quadro 1 – Contagem das palavras por eixo das falas

<b>EIXOS DE OBSERVAÇÃO</b>		<b>TOTAL DE PALAVRAS</b>
1.	Falas em alusão à família tradicional	300
2.	Falas em alusão a Deus e à religião	92
3.	Falas em alusão a valores morais e à decência	35

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Outras referências que aludem ao conservadorismo patriarcal e misógino, também estiveram em menor repetição, mas ainda assim foram salutares para análise do complexo, como a analogia da presidenta a “jararaca” e o “tchau, querida”, este último, embora não tenha tido tantas reiterações nas falas de orientação partidárias e nas votações individuais do parlamentares, protagonizou toda a sessão por meio de cartazes, como consta na figura 4 do último capítulo.

Referimo-nos a uma votação que tinha como base uma acusação de crime de responsabilidade, mas que numa distorção do real e fundamentada por forte carga ideológica e sexista, direcionou o evento da votação, em uma casa legislativa que representa um Estado que tem por princípio a laicidade, para um caminho tortuoso, violento em que as expressões machistas, misóginas, sexistas e conservadoras foram as protagonistas.

## 2 GOLPE DE 2016: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns elementos históricos e sociopolíticos que antecederam o Golpe<sup>5</sup> jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal<sup>6</sup>, culminando na deposição da primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Para tanto, é salutar estabelecermos uma análise vinculada à totalidade social, no que tange ao modelo de sociabilidade capitalista, pincelando seu estágio contemporâneo em articulação com a burguesia nacionalista e seus fundamentos e reflexos assomados com o Golpe.

Pretendemos abordar o projeto neodesenvolvimentista e a política de conciliação de classes, a partir de Lula, em uma relação com a particularidade brasileira, que conforme Fernandes (2008), tem um caráter de economia capitalista dependente. Abordaremos, também, sua vinculação aos interesses dos países de capitalismo central, atualmente, em sua fase neoliberal, de financeirização do capital, o que acarreta metamorfoses no âmbito do trabalho.

Vamos refletir sobre alguns dados históricos da formação social do Brasil, e como os traços desta formação reverberam no contexto do Golpe de 2016, antecedido pelos movimentos de junho de 2013. A ascensão conservadora também será mote do presente exercício de reflexão, à medida que questionou a legitimidade do papel exercido por uma mulher à frente da presidência da república, o que baliza construções ideológicas eivadas de conservadorismo, misoginia e sexismo.

### 2.1 Burguesia nacional e classe trabalhadora frente ao capitalismo contemporâneo

A sociabilidade capitalista é forjada na história como um tipo novo de estruturação, posto que é a partir dela que a sociedade passa a ser regida pela divisão de classes, sendo urdida por uma dinâmica que reverbera em processos de exploração com as mais variadas imposições a

---

<sup>5</sup> Defendemos o uso do termo “Golpe” por compreendermos que, embora apoiado em justificativa legalista para ter sido chamado de *impeachment*, o que ocorreu no Brasil, em 2016, foi que “a presidenta legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como o lícito conluio do judiciário com o Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 12). Fato esse que ficou bem explicitado em trecho do diálogo de Romero Jucá e Sérgio Machado em que fala tratar-se de “um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional”, e Jucá responde: “Com o Supremo, com tudo”, neste trecho extraído do documentário “O Processo” e que teve grande repercussão pela mídia, quando da divulgação da gravação, demonstra que o “*impeachment*” se tratava de um grande acordão, conluio, para retirada da presidenta, sob justificativa de crime de responsabilidade.

<sup>6</sup> Justificamos a opção desse termo para o golpe, a partir da referência trazida por diversas autoras, no livro “O golpe na perspectiva de Gênero” (2018), associando a outros estudos feministas, como por exemplo, o uso do termo “heteropatriarcado” feito por Cisne (2014).

uma determinada classe, a classe trabalhadora. Desse modo, a classe trabalhadora passa a ser submetida à venda da sua força de trabalho como único meio de sobrevivência, enquanto a classe detentora dos meios de produção determina esse *locus* de exploração à primeira o que se estabelece em um antagonismo relacional.

No desenvolvimento da história da sociedade, para apontar o caráter peculiar dessa lógica, Paulo Netto (2001, p. 42) destaca que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas [...]”. Assim, montava-se um cenário carregado de contradições, pois, o que nas sociabilidades anteriores se apresentava como escassez de recursos materiais e sociais, nesta, o desenvolvimento das forças produtivas permitiria um desenvolvimento humano muito mais genérico. Reside aí, portanto, uma nova forma de gerar pobreza, nova, porque intrínseca ao modo burguês de existir, um modo paradoxal, já que as próprias mãos que produzem riqueza são excluídas do processo de socialização.

Marx (2010, p. 40), nos “Manuscritos econômico-filosóficos” conceitua que “o capital é o poder de governo sobre o trabalho e os produtos”. A figura do capitalista é a de possuidor desse poder, não por portar qualidades sociais ou humanas para isso, mas por ser ele o proprietário do capital, mais precisamente, por ser este, no âmbito da divisão social, o detentor dos meios de produção e da propriedade privada.

As relações estabelecidas nesse modo de produção, por serem parte de um construto sócio-histórico, precisam ser analisadas por meio dos seus múltiplos determinantes, compreendendo do que se sustenta esse sistema. Assim, estão entre suas bases, as classes sociais, a mercadoria, o mais-valor, a acumulação e as contradições diversas.

Com isso, entendemos que essa formação social se alimenta de processos de produção carregados de antagonismos desde a sua formação. Como demonstrado a seguir:

Os modos de produção, portanto, não são resultantes harmoniosos e/ou estáticos do desenvolvimento histórico-social; ainda que perdurando por séculos, são atravessados por contradições (das quais as mais decisivas se põem quando forças produtivas e relações de produção deixam de se corresponder). (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 60).

Assim, configura-se a lógica do capital, circunscrita a um emaranhado complexo de relações antagonicas que determinam a estrutura econômica da sociedade, mas também determinam a partir de uma práxis que, como conceituou Kosík (1976), é fetichizada no sentido da captura à subjetividade dos sujeitos, a partir do seu construto material e espiritual. Por ser uma práxis unilateral, faz manifestar nessa trama desigualdades entre classes distintas,

perpetrando a classe trabalhadora (que apenas é detentora da sua força de trabalho), compulsória e socialmente inserida nessa lógica, que se submeta (mesmo que escamoteada por um aparato jurídico que legitime esse tipo de relação de produção) aos mais cruéis tipos de exploração e expropriação, os quais perpassam o âmbito cultural, econômico, social, institucional, sexual, territorial, e outras coisas mais.

Destarte, compreendermos o capitalismo na história demanda a abstração de seus diversos estágios, visto como é nodal para a compreensão das metamorfoses que atravessam sua dinamização, sendo a realidade dialética e histórica, não passível de naturalização e/ou apreensões estáticas do seu *modus operandi*.

Em vista disso, Paulo Netto e Braz (2007, p. 172) apresentam-nos as fases nas quais o capital se esculpe no transcorrer histórico: 1) fase em que emergiam grupos de comerciantes perpassando desde a *acumulação primitiva* até o domínio do capital através da instituição das *manufaturas*, indo do século XVI até metade do XVIII, denominado de **capitalismo mercantil ou comercial**; 2) **capitalismo concorrencial**, também denominado por liberal ou clássico, que se estende até o final do século XIX, e se caracteriza em “[...] função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as empresas não demandavam grandes massas de capitais para sua constituição [...]”. É nesse período que as lutas de classes devido ao aguçamento das contradições do modo de produção se assomam, a exemplo de 1848<sup>7</sup>; 3) O estágio **imperialista** é a “[...] fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários [...]” (2007, p. 180). Aqui se apoiam na clássica interpretação de Lênin para descrever as principais características que regem essa fase do capital, quais sejam:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nestecapital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (apud LÊNIN, 1977, p. 641-642).

---

<sup>7</sup>No artigo sobre os “Elementos para uma leitura crítica do Manifesto comunista”, Netto aponta que “o significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sociopolítica uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a autopercepção classista do proletariado”.

Contudo, esse estágio se mantém até o presente momento, conquanto o capital, na sua configuração **contemporânea**, fase iniciada a partir das três últimas décadas do século XX, inclui-se como pertencente ao *imperialismo*, devido as suas reconfigurações. Em que pese o esgotamento do *rígido* modelo produtivo *fordista-taylorista* e o advento dos padrões de *acumulação flexível* que, conforme Harvey (1993), esta caracteriza-se por mudanças nos arquétipos de produção, seja com relação às exorbitantes taxas de inovação comercial, de novos modelos tecnológicos, de organização do âmbito financeiro, com novas aberturas comerciais, de setores e territórios.

No caso dos territórios, são moldados por uma nova dinâmica de intensificação na exploração para algumas partes do globo, como é notória a ofensiva dos monopólios nos países periféricos<sup>8</sup> – aqui se inclui o Brasil enquanto colônia –, o que aparece como mais um antagonismo inerente ao capital. Portanto a denominada *mundialização do capital* se tece por vias cada vez mais ativas de expropriação das riquezas produzidas coletivamente, denominado por Harvey (2004) de “acumulação por espoliação”, sendo esta acumulação concentrada nas mãos do 1% da população, de acordo com distinção trazida por Arruzza; et; al (2019).

Ainda como caminho para aprofundar a compreensão desse estágio contemporâneo do capitalismo, denominado por Mandel de “capitalismo tardio” caracterizado “[...] pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente[...]” (MANDEL, 1982, p. 341). É importante buscarmos compreender o papel do Estado<sup>9</sup> nesse complexo que são as relações sociais de produção. Para tanto, valemo-nos das análises de Marx e Engels ainda no cenário histórico do século XIX. A partir da publicação do “Manifesto do Partido Comunista”, ambos já elucidavam o papel que o Estado vinha desempenhando na sociabilidade capitalista, mostrando, em vista disso, que “[...] o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX;ENGELS, 2010, p. 47).

---

<sup>8</sup> O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas.

<sup>9</sup> “A origem do Estado coincide com a origem da propriedade privada e se associa, em certa medida, à separação das esferas privada e pública da sociedade, inerente à produção simples de mercadorias, com sua fragmentação da capacidade social de trabalho em processos de trabalho privado e independentes. O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias [...]” (MANDEL, 1982, p. 335).

Essa análise dos autores trazida para a fase atual do capitalismo, é permeada por metamorfoses, no que fere ao modo como essa lógica ganha vida, enquanto relação social, assim como utiliza-se do Estado como mecanismo propagador do seu *modus operandi*, como poder de mediar as relações entre as classes sociais. Contudo são mediações escamoteadas pelos reais interesses do joguete das grandes potências do mercado, perpassando, visceralmente, pelo aparato ideológico do neoliberalismo. Em virtude do

[...] que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem [mulher] (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*[...]. (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p. 226, grifos do nossos).

Tendo por base de dinamismo “[...] dois princípios centrais – a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços” (ANDERSON, 2019, p. 41), esse modelo entra em cena, ideológica e materialmente, como modo de vida, em seu intento de restauração do movimento do capital; fomenta práticas e pensamentos extremamente individualistas, conservadores e até reacionários; com sua pauta rasa de liberdade, conduz as relações sociais a partir de uma lógica mercadológica, em função dos interesses do grande capital. Para isso, basta ver o que ocorre com os países periféricos em que “[...] novos padrões de produção material e espiritual, a cultura e a família, as expressões políticas das classes sociais fundamentais, a própria estrutura de classes e as relações Estado/sociedade civil[.]” (BRAZ, 2017, p. 322) são moldadas ao favorecimento dos processos de dominação dos monopólios.

O próprio Estado, nesse contexto, assume um papel ideológico fortemente eivado de conservadorismo para a proteção do mercado, um “[...] Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (BRAZ; PAULO NETTO, 2007, p. 227)”, como é exemplo as constantes e contínuas contrarreformas que vêm impondo graves deslegitimações de direitos sociais, os quais foram conquistados por lutas de classe a duras penas, e mascarando essa estratégia de satisfação do mercado por discursos vazios de historicidade.

Com isso, são notórias as consequências dessa nódoa ideológica para a classe trabalhadora, em particular para segmentos de classe que são historicamente atravessados por traços profundos de espoliação. Trata-se de uma maioria populacional que tem sido imposta à marginalidade por vivenciarem a extrema desigualdade, por terem sofrido processos de colonização e neocolonização – pelos quais o Brasil é fortemente impactado, –, por sofrerem determinações devido a marcadores de raça/etnia e gênero, por serem joguete da barbárie



capitalista. É o que denomina Federici (2019) de “novos cercamentos”, formato pelo qual a globalização impacta e se apropria dos territórios e do trabalho humano, por exemplo, através dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.

Ao identificarmos o atual estágio desse modo de produção, capitalista neoliberal, mostra-se imprescindível compreendermos que a sociedade se vincula a uma lógica de produção. Segundo Iamamoto e Carvalho (1996, p. 30), “o capital é uma relação social” que envolve todos os sujeitos na sua tessitura, pois existem particularidades sociais, culturais e econômicas envolvendo, por exemplo, territórios marcados por processos de colonialismo, como é o caso do Brasil e sua formação social colonial e escravocrata. São, portanto, historicamente, especificidades, sendo também parte de muitos países do Sul global.

## **2.2 Elementos histórico-dialéticos para a compreensão do Golpe: formação social brasileira**

Ao refletirmos sobre a particularidade brasileira, faz-se necessário compreender seu imbricamento à universalidade do sistema capitalista, desde o seu processo de acumulação primitiva, que refletiu modelos de colonização dos quais o Brasil foi parte, e determinou o que Florestan (2008) avaliou como uma falta de autonomia na estrutura dinâmica de países de economia capitalista subdesenvolvidos. Assim, “sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar [...]” (FERNANDES, 2008, p. 61). Resulta em heterogeneidades sociais, econômicas, políticas e culturais na sua formação, agudizando contradições e antagonismos de classe, raça, gênero e sexualidade.

Para traçarmos características que marcam a burguesia brasileira e seu jugo a interesses capitalistas, faz-se necessária a análise contundente do jurista marxista ao esboçar,

O povo brasileiro é constituído, em perspectiva histórica, sob a égide de dimensões ideológicas plenamente regressistas e estritamente mercantis: vida dependente de relações de submissão à burguesia, educação utensiliária das escolas às universidades, informação a partir de meios de comunicação de massa concentradores e reprodutores de ideologia capitalista, valores e sociabilidade advindos de religiões de caráter altamente conservador. (MASCARO, 2018, p. 34).

Materializa-se, então, a racionalidade capitalista a partir de ardis de reprodução que sobrepõem, conforme Mascaro (2018), quaisquer estratégias da periferia de se sobrepôr aos imperativos da burguesia central. O que emana daí é uma subjetividade própria ao capital que perfaz tanto os ricos como os pobres, porquanto pautada na “forma acumulação”, ditando o modo de existência estreitamente arraigado ao próprio capital. Desse modo, afirma, “[...] a

subjetividade no capitalismo é capitalista” (MASCARO, 2018, p. 34). Como já demonstraram Marx e Engels (2018) as ideias dominantes são o meio de expressão das relações concretas materiais e que se tornam a ideologia para exercício do domínio desse tipo de sociabilidade.

Essa relação do centro com as periferias e/ou colônias se deveu “à necessidade de mercados cada vez mais extensos para [...] todo o globo terrestre”. Deve estabelecer-se “[...] em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte Através da exploração do mercado mundial [...]” (MARX; ENGELS, 2010, p. 49). São, pois, as marcas da exploração e mercadorização da vida, propulsores basais do modo de produção capitalista que, conforme Marx e Engels (2010), criam o mundo análogo a sua imagem. Manifestando-se no mais cru monopólio da vida humana, emergindo na forma de “[...] exploração aberta, despidorada, direta e árida” (MARX; ENGELS, 2010, p. 48), o que em colônias como o Brasil, ocorreu açambarcado por questões particularmente mais atroztes, à medida que o desenvolvimento esteve atrelado a anacronismos históricos.

Sobre esses determinantes históricos e atinentes à condição brasileira, Iamamoto arrazoa que:

O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital.[...] Imprimindo um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alteram-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social. (IAMAMOTO, 2015, p. 128 -129).

É o caso da questão econômica agrária no país, cujo modelo forjado pela produção com base em latifúndios, inicialmente por apropriação da mão de obra proveniente do tráfico humano para escravização, reproduziu-se em estilo diverso dos países capitalistas centrais, pois a peculiaridade do modelo escravista-agrário-exportador refletiu num construto de classe que se ergue heterogênea em segmentos variados. É o que ocorre com a formação da classe trabalhadora e as desigualdades existentes dentro da mesma. Não se trata meramente de uma construção e desenvolvimento da economia nesse modo de produção, mas, e acima de tudo, de todo um aparato de estruturas que passam a reger a vida das mulheres e homens em sociedade<sup>10</sup>.

Para melhor elucidarmos a questão racial na formação colonial brasileira e seus reflexos na atualidade, Gonzalez, de maneira enfática e crua, aponta:

---

<sup>10</sup> Ao nos reportarmos a mulheres e homens, não nos limitamos ou reduzimos essa denominação a binário-generificação, que é a redução dos sujeitos humanos a apenas dois sexos, os sexos biológicos: macho x fêmea. Pelo contrário, defendemos a amplitude e diversidade do gênero e sexualidade para além da demarcação biológica.

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento, que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída. Da casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 2019, p.246).

Dando continuidade à análise para a compreensão da racialização nessa estrutura de sociabilidade e o seu imperativo para demarcar a constituição do formato brasileiro de sociedade, as análises trazidas sobre racismo estrutural, de Silvio Almeida, mostra serem pertinentes e necessárias para nos localizar nesse trajeto investigativo. Não obstante, essa questão não deve ser aventada:

[...]como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. São os indivíduos concretos que compõem as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados. (ALMEIDA, 2019, p. 185).

A compreensão das estruturas que se determinam e sobredeterminam fazem parte das investigações trazidas por Gouvêa e Mastropaolo (2019) a partir do que seria uma teoria unitária para uma análise materialista, histórica e dialética das opressões que são estruturantes do capitalismo brasileiro. Portanto o racismo, o patriarcado e a dependência só podem ser passíveis de entendimento concreto nessa imbricação que supera o empiricismo<sup>11</sup> e o essencialismo<sup>12</sup>.

No que tange à racialização e sua necessidade de realização por parte do capital para estabelecer relações de troca mais vantajosas, é bastante esclarecedor o seguinte discernimento sobre a divisão racial do trabalho:

Quando uma raça (a branca) é tida como superior às demais e como marcadora do ‘homem universal’ – aquele que se constitui cidadão com direitos –, esta raça também é valorada superiormente, inclusive em termos de valor de troca de sua força de trabalho. A distinção no valor de troca da força de trabalho não-branca (em especial negra e indígena) permite rebaixar o valor da força de trabalho em geral e aumentar a taxa de exploração, em particular. Não existe capitalismo ‘antes’ e divisão racial do

<sup>11</sup> “O empiricismo tende a considerar como abordagem materialista sobre a realidade aquela que reconhece apenas as determinações concretas mais imediatamente perceptíveis (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 07)”. Nesse ponto reside a crítica de Marx ao idealismo mecanicista de Feuerbach, que se afasta dos determinantes históricos talhando a realidade.

<sup>12</sup> Gouvêa e Mastropaolo (2019) ajuízam que essa forma essencialista de compreensão tende a se manifestar quando se toma determinações mais essenciais, contudo, escamoteando e/ou dissociando de determinações particulares.

trabalho ‘depois’, apesar da sobredeterminação da divisão racial do trabalho pela mercantilização da reprodução da vida. (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 09).

E, somando a esses marcadores, classe e raça, ainda, de modo igualmente significativo, sobredetermina-se também o sexo, a compulsoriedade de corpos binário-generificados, os corpos que, racializados<sup>13</sup>, a exemplo da condição das mulheres negras no Brasil, carregam fortes marcas desse processo de formação social, a título do que assegura Saffioti. Afirma a autora que “[...] neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. [...] cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual” (1987, p. 52).

Em continuidade a essa reflexão, Gonzalez (2019, p. 240) elaborou crítica de bastante relevo para pensarmos a mulher explorada e apropriada, tanto com relação ao trabalho, como no que fere à sexualização dos seus corpos, nessa estrutura social. Importante destacar que o lugar determinado “à mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta, ou seja, a mulher negra, completa Cisne (2014), sofre uma intensiva e extensiva exploração, na medida que o Brasil enquanto país de caráter dependente e possuindo um formato estruturado nessa divisão social, racial e espacial, possui reflexos de antagonismo violentos. As mulheres, que já sofrem pelo jugo do patriarcado, tem esse sofrimento agudizado quando negras e pertencentes à classe trabalhadora. Não podemos deixar de ressaltar também a condição da população indígena, que tem sofrido expropriação de seu território e cultura através dessa estrutura massacrante. Esses elementos não serão aprofundados por não serem objeto do presente estudo. Não obstante, deixamos em registro sua extrema proeminência.

Essa percepção do imbricamento das relações heteropatriarcais capitalistas e as questões de gênero são bem latentes quando conseguimos apreender que a forma mercadoria no capital se utiliza da invisibilização, por exemplo, do trabalho doméstico, que não é mercantilizado como mecanismo para sua própria reprodução. Dito de outra maneira, é de interesse e vantagem do capital manter e continuar as relações que determinam um lugar de não reconhecimento do trabalho reprodutivo. É o que balizam as autoras:

[...] o trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago faz parte, materialmente, da reprodução da força de trabalho. Não existe socialmente a reprodução da mercadoria força de trabalho sem a reprodução do trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago, que está na base da forma específica

---

<sup>13</sup> Com relação à racialização, compreendemos que essa dimensão não é determinação exclusiva à população negra e indígena, é também da branca. Contudo, esta última, por vir forjando, historicamente, uma representação universal, oculta essa visão do essencial ao particular, que são brancos e negros racializados (as), mostrando-se apenas na aparência.

capitalista da reprodução da opressão patriarcal [...]. Um não existe ‘antes’ e o outro ‘depois’. (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 08).

Na particularidade brasileira, essas opressões estruturantes põem por terra a existência de uma “democracia racial”, tão utilizada como desculpa para escamotear desigualdades e antagonismo sociais que são estruturantes do sistema burguês. Este sistema, como assinala Sueli Carneiro (2011), possui um tipo de “contrato racial” por um Estado legitimador de um pacto de repressão e subjugação das pessoas negras, levando essa população à condição de miséria tanto material quanto cultural, à negação de sua condição de sujeitos. Um mitoencoberto pelo véu ideológico que propõe a miscigenação como um fator de embranquecimento e de pacificação e abrandamento dos crimes contra as populações negra e indígena, mais especificamente, às mulheres que sofreram estupro colonial.

Tais reflexões são mote para situarmos a compreensão da particularidade brasileira, pois entendemos que qualquer tentativa de análise do real sem o estabelecimento das sobredeterminações de classe-raça-gênero/sexualidade seriam fragmentárias, equivocadas e injustas. Injustas no sentido do que contempla a dinâmica do nosso país e seu povo, que é diverso, mas imerso a uma mesma estrutura que tem imposto à grande maioria populacional, negação e desvalorização, à medida que a racialização age na estratificação de classe, sendo a marca desta no Brasil.

Retomando as considerações e características da economia colonial, antes de nossa imersão à conjuntura mais recente, Saffioti estabelece o papel preciso, desempenhado como país dependente ao servir aos empenhos de reprodução capitalista internacional, uma economia envolta de um constante processo de articulação e rearticulação a esta. Sendo assim:

Qualquer esforço de industrialização num país de economia dependente e essencialmente agrícola encontrará barreiras impostas de fora e mais ou menos insuperáveis, segundo a modalidade de divisão internacional do trabalho vigente. A estagnação a que foi submetida a economia brasileira no período de 1937-1942 revela como os países periféricamente integrados no sistema capitalista internacional estão sujeitos, em virtude de sua própria condição de dependentes, a serem diminuídos, se não praticamente anulados, seus esforços de independentização. (SAFFIOTI, 2013, p. 223).

Com isso, depreendemos que o capitalismo dependente brasileiro tem sido marcado veementemente por um tipo de continuísmo histórico amarrado a formas arcaicas e conservadoras. Não houve uma ruptura com estruturas de poder, o que tem gerado toda sorte de opressão. O Brasil é um país que quando enfrenta mudanças, estas corporificam-se no que Paulo Netto (2009) denomina de “modernização-conservadora”, ou reatualização do

conservadorismo, permanentemente, com reflexos na divisão étnico-racial do trabalho, já que, histórica e concretamente, analisar a classe, no Brasil, transcorrer questões culturais, religiosas, geográficas regionais, e uma dimensão étnica, racial e de gênero que são existências concretas.

Assim, para enveredarmos, de forma contundente, na reflexão sobre a formação social dependente do Brasil, é imperativo que consigamos abstrair das relações sociais os componentes históricos materiais. A exemplo da divisão internacional do trabalho, apreendermos, segundo Sodré (1978), que o modelo de escravidão adotado nesse país ocorreu associado ao trabalho.

Diferente de outros países, como os de capitalismo central, os europeus ocupantes de uma posição dominante na divisão internacional do trabalho – mesmo o sistema capitalista exercendo, de modo geral, determinantes concretos que se cruzam, no particular –, a materialidade da forma capitalista de existir na periferia é diferente e bem mais violenta no sentido de espoliação da classe trabalhadora.

Igualmente, no Brasil, a concretude da classe está intrinsecamente ligada à raça e às relações sociais de sexo, que são componentes, conforme Cisne e Santos (2018), imbricados, manifestando-se numa divisão sexual e também racial do trabalho. Dito de outro modo, não podemos compreender, materialmente, a realidade brasileira, sem a vinculação dessas três categorias estruturantes. Seria incorrer em reducionismo analítico.

Com essas ponderações iniciais, que são atinentes ao modo de produção e ao capitalismo dependente brasileiro, podemos nos lançar ao debate acerca do período neodesenvolvimentista que compreende os governos PT. Mas antes disso, apontaremos, brevemente, alguns elementos dos governos antecessores, a exemplo de FHC e seu impacto através da agenda neoliberal. Nossa finalidade é melhor contextualizarmos a conjuntura histórica mais recente.

### 2.3 Do neodesenvolvimentismo que descamba em golpe

O avanço do neoliberalismo no Brasil mostrou-se por meio de fortes contradições, pois, após um longo período de mais de vinte anos de ditadura militar, o país passava a vivenciar o processo de democratização, a exemplo das conquistas legais advindas da Constituição de 1988, que carregam como mote jurídico amplos direitos sociais.

Apesar disso, é importante ilustrarmos que, historicamente, essas “conquistas” legalmente constituídas se fizeram imersas numa trama histórica político-econômica, oblíqua e com sérios ranços, pois:

O fim dos anos 1980 foi um período de recessão econômica e de crescente tensão social. Em 1988, uma nova constituição foi adotada, com mais salvaguardas democráticas que antes, mas, fora isso, incoerente e canhestra. [...] a democratização foi ambígua e confusa, a liberalização econômica acabou em farsa. (ANDERSON, 2019, p.18-19).

Isso se deveu à forma como essa democratização ocorreu, já atravessada por alianças enviesadas e comprometedoras. Desde Sarney<sup>14</sup> a Collor<sup>15</sup>, até FHC, é importante abrir um parêntese para ressaltar o verdadeiro pânico sofrido pela população nos anos oitenta, devido ao período ter sido marcado por intensa recessão econômica, altos índices inflacionários que levaram, principalmente, a classe trabalhadora à penosa situação de desestabilidade.

Conforme considerou Anderson (2019), a figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC) é um nítido exemplo desse tipo torpe de conciliação interesseira. FHC emerge por meio da esquerda do campo marxista da USP e vinculado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). No decorrer de sua trajetória intelectual e política terminou por se desvincular desse campo, enveredando a uma perspectiva de centro-direita, a princípio no PMDB, anteriormente MDB, partido criado para fazer frente contra o regime militar, mas que, em 1988, devido a fragilidades, desintegrou-se e, a partir de FHC, que era seu líder no Senado, unido a outros colegas, fundou o PSDB.

A partir daí, com uma direção política que lhe permitiu ampliar sua projeção, chegou à presidência. Isso se deve, em muito, a sua importância como ministro da Fazenda de Itamar Franco, por ter materializado a adoção do plano real, medida “[...] aclamada pelo setor bancário e empresarial, como a restauração de uma moeda estável e da ortodoxia financeira [...]”. Todavia

---

<sup>14</sup> Presidiu o Brasil entre 1985 e 1990, período de democratização pós regime militar.

<sup>15</sup> De 1990 a 1992, ano em que devido ao processo de impeachment por crime de responsabilidade, renuncia, assumindo a presidência Itamar Franco.

foram os menos favorecidos que sentiram os efeitos da nova moeda de forma mais imediata” (ANDERSON, 2019, p. 27).

A adoção do Plano Real impactou diretamente, além dos setores abastados e da classe média. Acima de tudo, resultou em efeitos mais tranquilizadores à classe trabalhadora, que vinha de um período de pavor hiperinflacionário. A adoção de uma “moeda estável” proporcionou frutos rápidos a FHC, com o aval do maior império televisivo do país, a “Rede Globo”.

Nesse cenário de apoios da burguesia nacional, da imprensa, e de uma população que se apegava à possibilidade de, enfim, alçar alguma estabilidade, foi forjado, a partir dessa teia de acordos e conchavos. Anderson (2019) aponta a existência de uma cordialidade brasileira formada pela conveniência, mas com apelos sentimentalistas que unem opositores com enorme facilidade, desde que para atender a interesses de manutenção do *status quo*.

Nessa trama “pitoresca e escrupulosa” típica dos arranjos conservadores brasileiros, FHC arrisca uma jogada: “antes das eleições as pressões inflacionárias foram taticamente contidas tanto pelo governo quanto pelo setor empresarial para ajudar na campanha [...]”. É exemplar a infame postura da Fiesp pedindo “[...] abertamente que as empresas não aumentassem os preços antes das eleições (ANDERSON, 2019, p. 32)”. Fernando Henrique Cardoso obtém, portanto, uma vitória fácil, inclusive, quase duplicando os votos do PT na figura representativa de Lula.

Cordialidade, manipulação, conchavos, interesses, são atributos que configuram bem o modo operacional de se fazer política no Brasil, o chamado “jeitinho brasileiro”, que não passa de articulações vantajosas, conservadoras, reacionárias. Um conjunto de estratégias para se manter no poder, coadunando com o que já citamos a partir de Iamamoto (2015) sobre o arcaísmo social, uma modernização por meio de velhos hábitos de se manter o poder da classe dominante.

Retornaremos ao período de Fernando Henrique Cardoso, fazendo uma interlocução histórica e dialética com o capitalismo central. É patente vislumbrarmos, no tocante a seu modelo de gestão, subserviência política aos organismos do centro capitalista de poder econômico, que reverberou diretamente num avanço da agenda neoliberal no Brasil.

Os efeitos concretos dessa adoção são sentidos basicamente através de dois pontos categóricos que, segundo Anderson (2019), perpassam a desregulamentação dos mercados e processos de privatizações dos serviços e indústrias públicas. Esse modelo é atrelado a um discurso ideológico de que as empresas públicas seriam uma máquina de produzir corrupção e



incompetência. Mais adiante, apresentaremos o debate sobre o uso ideológico da corrupção como mecanismo que contribuiu para incitar o Golpe de 2016.

Fortalecido por essa perspectiva, FHC conduziu sua política de governo, subserviente ao FMI, que por vezes lhe prestou ajuda à custa do aprofundamento da dívida, refletida em uma “dependência paralisante” dada por uma “ingenuidade provinciana”, tendo por saldo de mandato:

[...] a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* [que] foi de mísero 1% ao ano. Os resultados da variante brasileira do neoliberalismo são visíveis: estagnação agravada, salários reais em queda, desemprego sem precedentes e uma carga de dívida alarmante. (ANDERSON, 2019, p. 42).

Acrescenta Sader sobre FHC:

Fracassou o projeto que havia pregado que a estabilidade monetária, por si mesma, geraria modernização econômica e distribuição de renda. O neoliberalismo no Brasil promoveu dois fenômenos centrais, ambos negativos: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. [...] O Estado se tornou refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento. (SADER, 2013, p. 138).

Além das atroz consequências para a classe trabalhadora que sofre com o aprofundamento de sua precarização, Sader (2013) aponta serem provenientes da informalização, perda de direitos trabalhistas, expropriação de direitos diversos, regressão do que legalmente se constitui como cidadania e direitos cidadãos (ãs).

Assim, um governo que tinha por intento a estabilidade, concluiu sua gestão em fracasso. Ao final de sua gestão, o país estava imerso numa aprofundada crise financeira, dívida pública e “moral”. Esta última, devido à pompa que carregava FHC, por se tratar de um intelectual de estirpe. Sua trajetória, porém, não passou de um descambar de infeliz ironia, eivada de infortúnios.

Sendo essa herança passada para a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a simbólica figura de Lula, que tendo sido eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), conduziu o país, a partir de uma política de governo de caráter neodesenvolvimentista, a qual vamos trabalhar a seguir.

Mattei (2011 apud KELLER, 2019) situa esse período da história política do país a partir do pensamento de três grupos distintos de intelectuais em que se encontram: Marcio Pochmann, ligado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); outro grupo é ligado à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, tendo à frente Bresser Pereira, e o outro vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aqui, abrimos um pequeno espaço para explicar o porquê de nossa opção pelo uso do termo, já que existem autores que se utilizam de outros relevantes, como o “Lulismo” Singer (2012) e Braga (2016); “pós-neoliberalismo” Sader (2013); “social-desenvolvimentismo” Pochmann (2010). Optamos pelo uso do neodesenvolvimentismo para análise crítica dos governos PT por ser usual entre teóricos de perspectiva marxista, como Keller (2019); Boito Jr. (2018); Sampaio Jr. (2012), com os (as) quais nos afinamos.

O neodesenvolvimentismo, que deu alicerce político aos governos Lula e Dilma, estrutura-se numa “[...] base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda (BOITO JR., 2018, p. 102). Segundo o autor, ele se perfaz a partir do que foi o *desenvolvimentismo* dos anos 1930 a 1980, mas com traços bem menos incisivos. Não obstante é dado dentro dos limites do neoliberalismo, não havendo, assim, rompimento com esse modelo que sustenta o grande capital imperialista em seus ditames, enquanto regra geral e imposição aos países de capitalismo dependente.

Boito Jr. (2018) dilucida elementos importantes para notarmos sua constituição e diferença em relação ao *velho desenvolvimentismo*. Para tanto, por entendermos a importância de melhor elucidação para a contextualização dos elementos deste trabalho, seguem seis pontos discorridos pelo autor para essa dissensão:

a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que o propiciado pelo velho desenvolvimentismo; b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC; c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, a reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) tem menor capacidade distributiva de renda; e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda a veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista. (BOITO JR., 2018, p. 106).

Assim, ficam expostas as fragilidades dessa perspectiva política adotada pelos governos Lula e Dilma, inclusive, se verificarmos a campanha eleitoral que permitiu a Lula sua primeira eleição, já expondo sua proposta de não rompimento com o grande capital neoliberal ao se expressar por meio da “carta ao povo brasileiro”<sup>16</sup>. Este documento procurou estabelecer confiança e acalmar possíveis divergências com o mercado financeiro, demonstrando que os contratos seriam mantidos, a inflação controlada, assim como o equilíbrio fiscal, já anunciando que sua gestão seria conciliatória, não haveria tentativas de rompimento com as estruturas estabelecidas.

---

<sup>16</sup> “Carta ao povo brasileiro”, de Luiz Inácio Lula da Silva, datada de 22 de junho de 2002.

Em continuidade à composição do modelo neodesenvolvimentista, Boito Jr. (2018) ainda aponta o fortalecimento do seu apoio à burguesia interna, a grandes empresas brasileiras ou aqui instaladas. No tocante à política externa, desenvolveu o Mercosul, ao passo que reteve transações acerca da Alca, sendo a burguesia interna grande favorecida por essa política.

No que se refere à classe trabalhadora, o aumento do salário mínimo, atrelado ao programa de distribuição de renda, permitiram um aumento do seu poder aquisitivo. As conquistas no campo ocorrem com o reconhecimento de movimentos como MST e o fortalecimento da agricultura familiar. É o que considerou Chaui:

Graças aos programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego e elevação do salário-mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. (CHAUI, 2013, p. 128).

Entretanto, mesmo em meio a todo esse arcabouço de programas que inspiravam tantas possibilidades e esperanças sociais, essas conquistas e mudanças se manifestavam imersas em uma estrutura maior de poder ideológico e material à lógica do grande capital neoliberal. Compreendemos que não há possibilidade de transformações que tenham, por fim, a emancipação, sem que se rompa com estruturas de poder central determinadas por regras gerais. É nessa inflexão que o neodesenvolvimentismo não consegue avançar.

Ainda neste espectro, Keller (2019) desenvolve reflexões sobre o atual período histórico de ofensiva conservadora ao analisar o contexto brasileiro dos governos PT, compreendendo que o neodesenvolvimentismo abrange de tal maneira “[...] aspectos ideológicos, de racionalidade, quanto os provenientes da materialidade, bem como por particularizar o fenômeno vivenciado na realidade brasileira durante todo o governo de coalizção capitaneado pelo PT” (KELLER, 2019, p. 58).

Sustentando essa base de argumentação, são significativos os apontamentos de Sampaio Jr. (2012) que estabelece crítica contundente a alguns aspectos dessa onda neodesenvolvimentista ao expor seu caráter conciliatório com o neoliberalismo posto o pacto com a “[...] estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional [...]”. Já no afeito ao velho desenvolvimentismo, aduz seu “[...] comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR, 2012, p. 679).

Nessa linha crítica, o autor ora apresentado alude às incoerências mais evidentes atinentes a essa política de governo, a qual, ao desconsiderar o “[...] impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira [...]” não enfrenta os seus antagonismos mediatos, incorrendo em um “claro-escuro de verdade engano (KOSÍK, 1976, p. 15)”, isto é, não ultrapassando o âmbito da imediatividade.

Por fim, considera que o neodesenvolvimentismo se “[...] resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social” (SAMPIO JR, 2012, p. 680).

Ante as referidas reflexões, compreendemos que mesmo com uma carga conciliatória do PT e os ideais do capital financeiro, isto não anula alguns aspectos interessantes e parcialmente progressistas que sua política efetivou, principalmente, com consequências positivas para a classe trabalhadora que ao longo dos anos passou a ter abertura e maior acesso à educação em nível superior com investimento em ampliação das universidades federais e institutos, ao consumo<sup>17</sup> e a políticas e programas sociais, de um modo geral.

Mesmo que isso não implique romper com o *establishment*, todas essas conquistas foram ascensões importantes e relevantes, e por que não históricas, se formos retomar a trajetória da classe trabalhadora brasileira. Contudo é importante não nos embarçarmos em análises fetichizadas, que não suplantam todas as determinações necessárias para a compreensão dessa conjuntura.

Expostas essas concisas ponderações sobre conteúdos analíticos da política de governo exercida nos anos do PT, como base de contextualização desta pesquisa, passemos a tocar em pontos imperativos, já que esta pesquisa se propõe a discutir algumas questões inerentes ao golpe-parlamentar-jurídico-midiático-heteropatriarcal sofrido na gestão petista de Dilma Rousseff.

Um dado de análise conjuntural importante, e que acreditamos ter reverberado no que se radicou com a deposição da presidenta, foram as manifestações diversas, partidas de Junho de 2013, e que buscaremos tratar a título de aproximação dos determinantes que envolveram histórica e concretamente o Golpe de 2016.

O significado histórico de Junho de 2013, até o presente, ainda é turvo, sendo representativo de uma conjuntura que Fernandes (2019) substantiva e ao mesmo tempo qualifica como “crise complexa”. Tínhamos um governo de esquerda, mas com exercício de

---

<sup>17</sup> O foco na inserção social pela via do consumo refletiu, inclusive, no “incômodo dos setores médios com a possibilidade de ascensão de quem está abaixo deles na pirâmide brasileira. A preocupação não melhora sua condição, mas evita que a dos outros mude” (MIGUEL, 2019, p. 109).

uma gestão que não trabalhava junto à massa de trabalhadores numa perspectiva de práxis<sup>18</sup>, posto que a consciência política vinha fraturada, desmobilizada. É o que a autora denomina por “crise de representação”<sup>19</sup>.

A princípio, as manifestações que compunham este momento tinham por base uma política à esquerda, incorporada pelo MPL (Movimento Passe Livre) que carregava como pauta a reivindicação em protesto ao aumento da tarifa de transporte público, pela tarifa zero, em vista de suplantar o viés mercadológico dado ao transporte público, dentre outras pautas voltadas à esquerda. É importante ressaltar a dura repressão e criminalização sofridas pelo MPL por parte da PM (Polícia Militar), agentes do Estado, e da mídia.

Contudo, uma “coisa estranha”, de acordo com Moschkovich (2013), começou a despontar naquele mês, a exemplo das manipulações via rede social *Facebook* em que eram marcados eventos em nome do MPL, contudo por outros autores. A ação tinha a finalidade de manipulação e desestabilização do movimento, ao se concretizarem carregando pautas esvaziadas de criticidade, já levando bandeiras ufanistas, moralistas e despolitizantes, e, é óbvio, um claro antipetismo e anticomunismo arraigados.

Foi a partir dessa perspectiva conservadora que surgiram três grupos de liderança, os quais Amaral (2016) lança crítica, sendo eles: o *Vem Pra Rua*, ligado ao PSDB e Aécio Neves; *Revoltados Online*, que [...] pedia a volta da ditadura militar enquanto faturava com a venda online de camisetas e bonecos contra o PT”, e o pior dentre eles, o *MBL – Movimento Brasil Livre*, representado pelo estudante Kim Kataguirí, saído do “*facebook* para as ruas” com pauta retórica em apologia ao neoliberalismo, em prol do mercado e privatizações, assim como criticando as políticas públicas e sociais destinadas ao povo proletarizado.

Este último, conforme a autora acima, teve apoio da mídia, que em nenhum momento apontou questionamentos de sua origem e financiamento, deixando escancarada a sua colaboração com a emergência de um movimento pró-imperialismo e antipetista. Naquele momento, passaram a correr rumores de que o MBL seria financiado por mega empresários americanos<sup>20</sup>, enfim, os rumores, posteriormente, confirmaram-se.

São evidências que revelaram o jogo de interesse por trás das pautas anticorrupção e pela democracia:

---

<sup>18</sup> “Práxis implica ação e pensamento em dialética, e, como tal, formulações políticas, táticas e estratégias que ressoam e alcançam a classe trabalhadora para se organizar e se mobilizar efetivamente em direção aos objetivos revolucionários” (FERNANDES, 2019, p. 25).

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento, ver Fernandes (2019)

<sup>20</sup> Ver: Amaral, Marina (2016).

Em março de 2015, a agência Pública passou a investigar a origem do MBL, que alcançaria seu auge nas manifestações daquele mês pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Três meses depois, a reportagem ‘A nova roupa da direita’ comprovaria o laço entre os irmãos Koch e o movimento de Kataguiri. Por meio de entrevistas e documentos, a reportagem revelava que o MBL havia sido gerado por uma rede de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network. (AMARAL, 2016, p. 50).

De fato, o momento se constituía de forte agitação, partindo da politização para a despolitização, passando a comprometer, seriamente, as lutas da esquerda, atingindo principalmente o Partido dos Trabalhadores, que passava a sofrer constantes ataques que se materializaram com a derrocada do partido, por meio do Golpe de 2016. Como impulsionadora, basal para o fortalecimento de uma movimentação social de viés reacionário, esteve também a mídia tradicional que, conforme enfatiza Miguel (2019, p. 99), associou-se à “[...] uma utilização vigorosa dos novos canais proporcionados pela internet, com uma miríade de páginas em redes sociais, vídeos no *youtube* e *hangouts* muito frequentados”.

Essa questão aventada por Miguel (2019) desnuda o complexo de componentes que podem abranger o que constituiu aquele momento político, quando nos demonstra que essa utilização midiática, seja da mídia tradicional ou das mais novas mídias, entram em cena com todo vigor, com o papel da internet e das redes sociais colaborando na intensificação do papel ideológico da direita na construção de um imaginário social avesso<sup>21</sup> a ideais de coletividade, e afinado ao ultraliberalismo. O autor nos mostra, também, outros dois elementos como partes constituintes da construção do contexto que resultou no Golpe, sendo o fundamentalismo<sup>22</sup> religioso e o anticomunismo<sup>23</sup> como “vertentes da direita radical”.

Junho de 2013, enquanto fenômeno histórico, foi combinado de muitos fragmentos e uma dinâmica fluida e de difícil compreensão, heterogêneo. Conforme nos mostra Fernandes

---

<sup>21</sup> “[...] consequência da visibilidade nas mídias tanto tradicionais quanto novas, estabeleceu-se um forte mercado editoriais para autores de direita, que produziu boa parte dos *best-sellers* de ‘não ficção’ da última década. As presenças na mídia e no mercado editorial, por fim, acabam impactando o mundo universitário, uma vez que o acesso a elas é um incentivo ao qual costumam ser sensíveis” (MIGUEL, 2019, p. 99)

<sup>22</sup> “O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. [...] É um discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes: contribuindo para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam. O controle de emissoras de rádio e televisão completa o quadro. Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis na política brasileira”.

<sup>23</sup> “[...] o anticomunismo, que parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” (a doutrina do falecido presidente da Venezuela – Hugo Chávez) e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda, que na narrativa anticomunista assumiu a feição de uma conspiração para dominar o subcontinente. [...] Com alguma penetração na mídia tradicional e um uso muito forte das redes sociais, escritores como Olavo de Carvalho são a voz pública dessa posição” (MIGUEL, 2019, p. 104).

(2019), constituiu-se em “uma série de momentos de multidão”, os quais ela elucidou da seguinte maneira e composição:

- A. Base do MPL + juventude + esquerda radical: aumento de tarifa do transporte público, outras questões de esquerda;
- B. (A) + classe média: solidariedade contra a polícia + não apenas os 20 centavos;
- C. (B) + massificação da mídia social: crise de representação, cinco causas (segundo Anonymous), anticorrupção, problemas da Copa do Mundo;
- D. (C) - (A): verde e amarelo, ‘meu partido é meu país’, antipartidarismo, antipetismo/antiesquerda;
  - (C) - pós-política
  - (D) - pós-política + euforia = ultrapolítica = tendências fascistas. (FERNANDES, 2019, p. 93).

Diante deste quadro explicativo, notamos como uma movimentação que, a priori, carregava uma base com direção política de esquerda, foi sendo enfraquecida e submergida por toda uma onda de “multidões” que, ideologicamente, identificavam-se a partir do nexos do poder dominante, radicada pela ascensão do conservadorismo.

Aqui, é válido ressaltar, mesmo que as pessoas que compunham a frente dessas manifestações não fossem, majoritariamente, da elite do poder econômico do país, o que ocorreu foi o contrário. A maioria das manifestações teve como protagonistas figuras da classe média que, mesmo não pertencente a classe dominante, identificavam-se com sua estrutura de pensamento ao reproduzi-lo, como se determinassem os rumos político-econômicos do país. É o que Gramsci denomina de “hegemonia cultural”.

Esse exame é feito por Chauí (2016) ao apontar o “lugar ideológico” contraditório desse segmento que, por sua vez, não pertence à classe dominante por não ter poder de exercer um papel definidor do capital e não ter as rédeas do Estado. Por outro lado, distancia-se da classe trabalhadora, justamente por esse “lugar ideológico” de assimilação, pelo imaginário, o desejo de estar no centro do poder, e o pavor de se “tornar proletária”:

É nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário de classe média, a absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a ‘teologia da prosperidade’, do pentecostalismo, e a ‘ideologia do empreendedorismo’, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia). (CHAUÍ, 2016, p. 20).

O que searmou,naquele misto de “momentos de multidão” em referência a junho, foi um cenário propício para o que Keller (2019) examinacomo ofensiva do conservadorismo. A autora apresenta como proposta aberta a defesa de valores moralistas, discurso pretensamente neutro, mas não passando de uma neutralidade fortalecedora dos interesses da classe dominante.

Tematizando uma linha anticorrupção, antipetismo, anticomunismo, em defesa da democracia e de valores da família tradicional, assistimos à ascensão conservadora, que teve forte impacto no que se constituiu na destituição da presidenta Dilma. Torna-se, portanto, indispensável registrar a face heteropatriarcal como um dos fatores sobredeterminantes de seu impeachment, face esta que é ponto crucial deste estudo.

Não temos uma conclusão dada e estática do que foi o fenômeno de Junho de 2013, não obstante existem elementos concretos dos reflexos do que ele significou e onde respingou. Por exemplo, no fim de uma agenda neodesenvolvimentista desenvolvida pelo PT desde 2003, tendo como ponto máximo de manifestação, naquele contexto, a deposição da primeira mulher eleita democraticamente presidenta do Brasil.

Desta feita, para caminharmos ao fim do capítulo, é salutar apresentarmos pontos através dos quais acreditamos terem tido peso no que se fere ao esgotamento do neodesenvolvimentismo e o golpe que depôs Rousseff da presidência, os quais se destacam entre:

a) a onda de protestos iniciada em Junho de 2013, que afrontava o sistema político partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes; b) o processo de desaceleração econômica e aumento do desemprego; c) os escândalos de corrupção denunciados na ‘Operação Lava Jato’; d) a crise política do presidencialismo de coalização. (KELLER, 2019, p. 85).

Elementos que descambaram com o Golpe de 2016, forjado a partir dos próprios poderes institucionais. Dessa vez, não francamente pelos militares, mas, “[...] levado a cabo pelos próprios detentores do poder político[...]”, através do “[...] judiciário e o legislativo[...]” (KELLER, 2019, p. 86).

Além dos poderes legislativo e judiciário, a mídia dominante se fez forte aliada das elites nesse intento, o que o tornou, também, um Golpe midiático. Mais um fator que deve ser considerado é a orientação religiosa fundamentalista, a qual possui forte influência no legislativo, a conhecida “Bancada da Bíblia/Bancada Evangélica”. São blocos ou partidos que se alastram em influência ideológica também por meio da mídia tradicional.

Esse cunho religioso está intrinsecamente vinculado ao pensamento conservador, que se alimenta de valores do patriarcado. Este sistema é representativo do que compõe a herança de formação socioeconômica do nosso país, obviamente, em unidade com o capitalismo. Deste modo, o clamor conservador-moralista expresso no pedido de impeachment expõe essa ferida aberta da misoginia. Isso nos faz adentrar no ponto-hipótese que impulsiona esta pesquisa: a



queda da presidenta Dilma, que teve, dentre os outros fatores notados, a orientação sexista-machista como expressão do sistema heteropatriarcal.

É importante destacarmos o que até aqui foi abordado, pois não é ao acaso que consideramos o processo de “impeachment” como Golpe. Isso se deve aos pontos que analisaremos no capítulo terceiro, a partir dos discursos parlamentares da sessão deliberativa do dia 17/04/2016. No que tange à formalização da abertura do processo pelo pedido de *impeachment* ter sido feito sob pretexto das “pedaladas fiscais” ou “abertura de créditos suplementares”<sup>24</sup>. Na prática dos discursos das casas legislativas, quando das sessões de votação, o que se bradava abertamente como justificativa para a destituição da presidenta era o apelo, dentre outros, à família (tradicional); à moral; a Deus; à democracia; ao antipetismo; à crise econômica e à corrupção.

Diante do que até aqui foi apresentado, adentraremos a segunda parte desta pesquisa abordando as categorias do pensamento que consideramos basais para a análise do Golpe.

---

<sup>24</sup>Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. Fonte: Agência Senado. 2020.

### **3 CONSERVADORISMO, IDEOLOGIA E HETEROPATRIARCADO: CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DO GOLPE**

Nesta parte do texto, pretendemos estabelecer um debate que perfaça o reconhecimento de categorias que consideramos fulcrais para uma análise concreta do movimento histórico que recessoou no Golpe de 2016, sendo elas: o conservadorismo ascendente, a ideologia e o heteropatriarcado.

Procuraremos suporte teórico na tentativa de compreensão de como o pensamento conservador se reconfigura no atual momento histórico, amparado por processos ideológicos, enquanto arma do pensamento da classe burguesa para o exercício de seu poder dominante.

Quanto ao sistema heteropatriarcal<sup>25</sup>, será pautado nessa relação complexa que se revela imbricada ao modelo capitalista de produção – em que ambos têm agido na apropriação e reificação da mulher ao longo da história – e que se expressam por meio do machismo, da misoginia e do sexismo, manifestações que trazidas para o contexto do golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal, objetivaram o impedimento do exercício legítimo da primeira mulher eleita, democraticamente, presidenta do Brasil.

Buscaremos alçar reflexões que possam envolver as sobredeterminações do todo desse sistema de exploração e opressão, que não germinam de um fator isolado. Muito pelo contrário, tem fortes elementos ligados à manutenção dos interesses do capital que, junto ao patriarcado, convergem em sua proposta de dominação.

Nesse intento de estabelecermos ponderações referentes ao patriarcado, consideramos a categoria da reificação a partir de Marx e Lukács para nos permitir adentrar o debate da coisificação da mulher na sociedade capitalista. Outra categoria de suma importância nesse processo de domínio e fetichização da mulher é a categoria da apropriação. Desse modo, será possível adentrarmos na seara das análises das feministas francófonas, em específico, em Colette Guillaumin.

Com isso, passamos na próxima seção a considerar alguns traços importantes para situarmos a compreensão do conservadorismo e o modo como, na atual conjuntura, ele tem ascendido.

---

<sup>25</sup> Utilizamos o termo com base em Cisne e Santos (2018).

### 3.1 Ascensão conservadora

*Assim nasce o conservador*

*De todos os invernos  
De todas as noites sangrentas  
De todos os infernos  
De todos os céus desterrados de perdão.*

*De toda obediência burra  
Ao oficial, burocrata,  
À coroa, ao cetro,  
Ao papa, ao cura.*

*De todo medo  
“Agora não, ainda é cedo”,  
de todo gesto invertido para dentro,  
de toda palavra que morre na boca.*

*Do obscurantismo, de todo preconceito,  
de tudo que te cega, de tudo que te cala,  
de tudo que lhe tolhe, de tudo que recolhes,  
de tudo que abdicas, de tudo que te falta.*

*Um beijo o assusta,  
um abraço o enfurece,  
a dúvida o enlouquece,  
a razão se esvanece no vácuo.*

*Germina, assim, uma impotência tão grande,  
que deforma as feições e torna tenso o corpo,  
o dedo em riste, a veia que salta no pescoço,  
a boca transformada em latrina.*

*Assim nasce o conservador.  
Ele teme tudo que é novo e se move.  
É um ser frágil, arrogante, assustado...  
e violento.*

Mauro Iasi.

Através desses versos, vimos emergir por meio da arrogância, da cegueira, do obscurantismo, do preconceito e da violência as marcas recorrentes do que compõem a figura conservadora. Ao mesmo tempo, sua forma de se mostrar, de impor sua ânsia pela dominação e sua manutenção, escamoteia a razão do real, atendendo à funcionalidade para a perpetuação de seus interesses.

Antes de adentrarmos a história para buscarmos elementos sobre o surgimento do conservadorismo, é razoável considerarmos que este não é um fenômeno estático de análise da realidade. Pode manifestar-se de formas diferentes em territórios e momentos históricos diversos. É ele, pois, heterogêneo. Isso ocorre devido ao fato de que não podemos analisar a

realidade pela ótica de um universalismo abstrato, sem, contudo, penetrar seus pormenores materiais.

É o que alude Escorsim Netto (2013)<sup>26</sup>, ao criticar a existência de uma noção recorrente de que o pensamento conservador é “[...] a noção segundo a qual sempre queremos preservar aquelas coisas e ideias que valorizamos e em que acreditamos – ou seja: somos todos conservadores naquilo que nos diz respeito positivamente” (s/p). Contudo a autora aponta que esse conhecimento é carregado de problemas, principalmente no atinente ao debate teórico. Isso se expõe devido ao seu emprego ser despido de historicidade, carregado de abstrações neutras que consideram as pessoas como constituídas de uma natureza essencialmente imutável, como baliza o teórico conservador Burke (1982), que considera que a desigualdade é algo que se desenvolve naturalmente.

Com isso, uma análise do conservadorismo que se pretenda crítica, não pode deixar de se realizar atenta à movimentação da história em suas variadas mediações, transpondo apreensões pretensamente lineares. Isto posto, para fins de mera marcação do tempo histórico, passemos a uma breve retomada do seu surgimento.

Assentado enquanto um sistema de ideias que se expressa como reação contrária, tendo como marco os ideários da Revolução Francesa, o conservadorismo clássico se constitui de qualidades:

Marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Em síntese: antiburguesas. É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças socioinstitucionais e culturais. (SOUZA, 2015, p. 04).

Assim, em seu formato de origem, está vinculado a uma reação de defesa dos antigos regimes monárquicos, até então constituído por longa tradição histórica, com função ideológica voltada à sua manutenção, com forte oposição aos ideais iluministas.

Souza (2015) apresenta elementos para melhor situar sua periodização, apontando que, em sua forma clássica, o conservadorismo se estende do fim do século XVIII até início do XX, com a Primeira Guerra Mundial. Sua formação moderna ocorre do final da década de 1910 à fins dos anos 1970. Dessa maneira, é importante compreendermos que o conservadorismo moderno se estabelece na base material capitalista com incorporação da matriz positivista.

Para este autor, na sua forma moderna, o conservadorismo, em resumo:

---

<sup>26</sup> Leila Escorsim Netto salienta em sua obra “O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica” importante análise sobre o tema do conservadorismo clássico, obra fundamental para o aprofundamento do tema.

(i) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo ‘presentista’; (ii) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; (iii) o conservadorismo moderno também hiperdimensiona e hipostasia o saber prático; (iv) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (v) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (vi) engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as ‘mudanças necessárias’, sem recair nas variadas formas de ‘totalitarismo’. (SOUZA, 2015, p. 19).

É aí que ocorre sua aproximação com o liberalismo, a quem *a priori* era seu antagonista, no período clássico. Ou seja, tornou-se um conservadorismo aburguesado, desistoricizador do tempo presente como forma de inviabilizar qualquer tentativa de transposição da lógica estabelecida, configurado a partir do que Keller (2019) aponta como arranjo sincrético entre liberalismo e conservadorismo. Esse arranjo ganha maior robustez na análise da sociedade brasileira. Logo mais trataremos esse assunto com maior afinco.

Estando nesta base, “o conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista” (YAZBEK, 2009, p. 147). Isto posto, o conservadorismo é uma forma de pensar as relações em sociedade de maneira incontestada, mantenedora do que está dado, o pensamento como instrumento de preservação material da lógica vigente, ou ainda “[...] a postura de defesa da ordem econômica posta” (KELLER, 2019, p. 133).

Ainda como apontamentos que permitem reflexão sobre o conservadorismo moderno, Dombrowski (2020) apresenta a atualização do conservadorismo, a partir do teórico Oakeshott, que defende traços do conservadorismo os quais demonstram não existir a necessidade de apego ao passado. Nessa perspectiva, o conservadorismo atua como um tipo mediador de conflitos, liderando e coordenando práticas políticas neste sentido, de modo que governar é “simplesmente garantir que a lei seja cumprida.” (OAKESHOTT, 2016, p. 217, apud DOMBROWSKI, 2020, p. 7).

É, pois, um tipo de arranjo que comunga elementos úteis para impedir transformações, mudanças revolucionárias, que causem prejuízos ao poderio dominante, qual seja, a burguesia. Assim, as mudanças e a razão são bem-vindas, desde que se mude sem alterar a posição da classe dominante. E desde que a razão seja a razão abstrata burguesa para que, no plano concreto, o modo de existir do capital se realize a todo vigor e pujança.

Dados esses elementos, esboçaremos as particularidades históricas como componentes do conservadorismo no Brasil, que como já expomos, possui características de formação socioeconômica e cultural distintas de países europeus. Nesse sentido, o país vivenciou este fenômeno e suas expressões de modo *sui generis* “[...] um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo” (BARROCO, 2015, p. 624), sua imposição heteropatriarcal que se reverbera em várias expressões de machismo, seu clamor à meritocracia e à “prerrogativa” da herança.

Sendo importante, inclusive, evidenciarmos o que Keller (2019) destaca sobre essa heterogeneidade do fenômeno conservador para buscar sua apreensão de como se conforma no Brasil. A autora enfatiza que, embora este fenômeno tenha sua base material constituída no “capitalismo”, seriam equivocadas as empreitadas de dissecá-lo por meio de “[...] uma lupa eurocêntrica [...] que, [...] tão somente reforça a dificuldade de assimilar por que o conservadorismo no Brasil não pode ser entendido no mesmo arranjo dos países centrais (2019, p. 133)”. Ou seja, não se pode escamotear diferenciações estruturais que são centrais e imprescindíveis na análise da materialidade.

A partir deste ponto, adentramos o que essa autora discute, como supra mencionado, por arranjo sincrético entre liberalismo e conservadorismo presente na constituição histórica e cultural do Brasil, tendo em vista suas relações com os países de capitalismo central que determinaram sua estruturação enquanto país de capitalismo periférico e/ou dependente. São relações que, como apontadas no primeiro capítulo, determinaram uma organização socioeconômica com base em uma aristocracia-agrária-escravagista-exportadora. O que nos remonta a processos de violenta espoliação de povos africanos e dos povos originários.

Com fito de análise sobre conservadorismo no Brasil, entendemos seria imperiosa essa retomada histórica de sua composição sociocultural, para que perfaçamos sua vinculação mais universal com o sistema capitalista, significando também importância em compreendermos o imaginário social, no qual foi forjada a sua base de pensamento social.

É neste ponto que Chauí articula reflexões a partir das quais tece a construção do que denomina ser um “Mito fundador do Brasil”. Mito<sup>27</sup> este que aponta para os traços de formação de uma sociedade autoritária. Portanto:

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser

---

<sup>27</sup> Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUÍ, 2000, p. 05).

outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. [...] a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. (CHAUI, 200, p. 5-6).

Outro traço importante e característico desse mito fundacional é a nação tida como “semióforo”<sup>28</sup>, a nação enquanto símbolo de valor, a partir de sua representação harmônica e coesa, integrada no imaginário social, como uma quimera, uma ficção que age para escamotar as verdadeiras contradições históricas.

É neste imaginário que se realiza como reprodução de práticas opressoras e autoritárias concretas, que reside variados antagonismos, a saber o que Chauí (2000) assinala como o “apartheid social”, que estrutura nossa sociedade desde o seu “surgimento” enquanto Brasil colônia.

Este *apartheid*, na importante contribuição de Abdias Nascimento (2016, p. 37), constituiu-se por mecanismos de mascaramento da tétrica violência racial imposta à população escravizada, dissimulada, inclusive, por meio de grandes figuras estudiosas da realidade social brasileira. Como Gilberto Freyre, fundador do “lusotropicalismo”<sup>29</sup> e defensor do “mito da democracia racial”, uma construção intelectual tanto perversa como conservadora “[...] intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, [...] natural, do “branco” brasileiro”, qualidade defendida pela intelectual elite branca deste país para controle social e cultural.

A colonização travejou uma aguda herança do conservadorismo na construção da dinâmica social do Brasil, indo desde uma violenta desigualdade social, que possui o marcador de racialização como fulcral, ao passo que inflige à população de composição negra e nativa as piores condições de vida, renda, trabalho, assim como traz em associação a prática do sexismo que, de maneira desumana, assolou e assola a condição da mulher negra. Nesse sentido, “ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (GONZALEZ, 2020, p. 58).

---

<sup>28</sup> Para melhor aprofundamento, ver Chauí (2000).

<sup>29</sup> Cunhada por Gilberto Freyre, tendo por referência sua obra intitulada *O mundo que o Português criou*, parte do pressuposto de que os portugueses possuíam uma alta capacidade civilizatória tanto em África como na América: “sua entusiástica glorificação da civilização tropical portuguesa depende em grande parte da teoria de miscigenação, cultural e física, entre negros, índios e brancos, cuja prática revelaria uma sabedoria única, espécie de vocação específica do português (NASCIMENTO, 2016, p. 36).

Retomando as análises de Chauí (2000) acerca dessa fundação do país e sua ligação às expressões do conservadorismo nas relações sociais, um ponto interessante e enraizado na prática dessas relações é o fator “privilégio”, os signos de prestígio, do luxo como instrumento de demarcação da distância social. Um clássico exemplo é a utilização do “Dr.” como indicativo de superioridade e hierarquia social, constituindo-se, assim, como símbolos e costumes com carga concreta da herança colonial que gera essa ânsia por ser elite. Isso, até mesmo, faz com que parte da classe trabalhadora, imersa a relações fetichizantes, identifique-se, ideologicamente, com a classe dominante em negação de sua própria classe.

O conservadorismo se manifesta, assim, com o seu reforço e reprodução até o presente, enquanto *modus operandi* do neoliberalismo, para atender as demandas da autocracia burguesa, tomando proporções abissais na atual conjuntura, por meio de sua ascensão, também, denominada por algumas estudiosas e estudiosos de neoconservadorismo que, com sua carga ideológica, anuncia-se “[...] “conservador nos costumes e neoliberal na economia”, contando com o predomínio da moralização dos corpos, da conservação da família heteropatriarcal, da garantia da propriedade privada e do apelo à ordem social” (LACERDA; IRINEU; OLIVEIRA, 2021, p. 05)

Segundo Barroco, o neoconservadorismo se estabelece nos EUA no contexto de implantação das políticas de cunho neoliberalizantes, com forte apelo ao militarismo, a valores e tradições da religião e família, portando-se contra as lutas e pautas de direitos das minorias socialmente exploradas e espoliadas e que, no Brasil, ganha impulso nos anos 1990 com a instauração da agenda neoliberal. De tal modo, ancora-se:

[...] em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade. Umadas expressões dessa ideologia é a reprodução do medo social. (BARROCO, 2015, p. 210).

Além de disseminar a ideologia do medo, o neoconservadorismo age na intensificação de relações reificadas, à proporção que apela ao moralismo. Essa moralização resulta por tratar problemáticas de ordem estrutural, como problema e disfunção individual, disseminando, também, o viés do “[...] irracionalismo contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização” (BARROCO, 2015, p. 625).

Irracionalismo que Coutinho trabalha em “O Estruturalismo e a Miséria da Razão”, ao desvelar as incoerências imbricadas à razão da sociologia positivista que até “[...] a validade da razão àqueles domínios do real que possam ser homogêneos, formalizados,



manipulados, sem consideração pela sua natureza objetivamente contraditória” (COUTINHO, 2010, p. 51).

Então, quando caminhamos para a identificação de reconfigurações do conservadorismo nessa atual conjuntura, um exemplo é a intensificação da reificação das mulheres por meio da tentativa de impedimento à autonomia dos seus direitos reprodutivos, o que é um marcador do neoliberalismo atual.

Com ênfase na América Latina, trazemos a relevante elucidação de Biroli; et al. (2020) ao tecerem uma análise bem recente acerca dessa reconfiguração, que se exhibe apregoada pela ligação entre a religião e a política. Nesse caso, o catolicismo, ao se enfraquecer, tem perdido espaço para a ascensão do pentecostalismo, corrente cristã que tem, cada vez mais, ocupado espaços dentro da política, carregando como traço categórico o neoconservadorismo, objetivando-se, de tal modo que:

[...] atores e grupos religiosos reagem às transformações societárias e lançam mão de alianças políticas com segmentos não religiosos para garantir a hegemonia moral em sociedades distintas. [...] também é composto por organizações da sociedade civil que realizam campanhas a favor da vida ou da família e por representantes de diferentes partidos políticos os quais priorizam a recusa aos direitos sexuais e reprodutivos como parte de suas agendas políticas. [...] A politização do religioso também se reconfigura. Com cristãos maximizando o uso dos canais democráticos para ampliar sua representação em espaços de discussão e deliberação das políticas sexuais, de gênero e da família. (BIROLI; et al, 2020, s/p).

Evidenciamos, assim, que o *neoconservadorismo* está sedimentado a um modelo de autoritarismo que pauta a desdemocratização, estabelecendo um enfrentamento, no qual, de um lado, estão estes citados sujeitos conservadores, e, de outro, o movimento feminista e LGBTQI+ como principais agentes opositores desse retrocesso (BIROLI; et al, 2020).

Outra faceta em que se manifestam as expressões do *neoconservadorismo*, por método truculento, é no aspecto da militarização da vida<sup>30</sup>, em uma sociedade marcadamente bélica. A partir da “[...] estrutura repressora do Estado e o governo das subjetivações cristalizam os elementos de dominação, fundamentalmente em torno do racismo, do patriarcalismo e das diferenças de classes” (TELES, 2018, p. 71).

Portanto, quando esse autor pondera sobre o aspecto da captura das subjetividades, ele nos alerta para alvos conservadores e reacionários disseminados nos discursos e práticas de nosso cotidiano quando, por exemplo, reproduzimos o chavão “cidadãos de bem”, que traz uma

---

<sup>30</sup> Ela não se limita à “[...] presença de forças de segurança na esfera pública. Trata-se do termo de definição das redes que infinitamente derivam em conexões de forças descentralizadas[...] discursos, estratégias, instituições, arquiteturas, performances, representações, entre tantos outros artefatos que eventualmente possam relacionar e efetivar técnicas e tecnologias de condução das subjetividades (TELES, 2018, p. 71).

carga simbólica de uma violência concreta para a população historicamente atacada nesse país. São, portanto, elementos que se estruturam e mantêm uma “[...] sociedade racista, patriarcal e etnocida [...]”, que se formou e vem reiteradamente patrocinando as “[...] velhas e novas oligarquias[...]” as quais experimentam “[...] modos de anular ou destruir qualquer prática de resistência” (TELES, 2018, p. 66).

Essas são manifestações que se agravam assustadoramente na atual gestão presidencial de Jair Bolsonaro, figura abertamente apologética à liberação do uso de armas, efortemente apoiado por esses ditos “cidadãos de bem”. Inclusive alçou a este cargo devido ao poder exercido através da política do ódio que, como apontado no primeiro capítulo, tem ganhado impulso desde junho de 2013 e tendo como um marcador o golpe de 2016.

Um governo que obteve êxito por meio do que Irineuet al. (2021) apresentam como fruto de uma crise capitalista. Crise esta que tem minado as estruturas democráticas a partir de instrumentos de controle social com o crescente discurso pró-militarização açambarcado pelo obscurantismo e negacionismo da história, que se propagam com muita velocidade por meio das *Fake News*, estimulando de forma crescente essa onda *neoconservadora*.

Outra marca do arraigado conservadorismo desta figura foi bem demonstrada durante sua campanha eleitoral, em que pesou fortemente o seu apelo à defesa da família tradicional brasileira com reiteradas demonstrações televisivas do que seria “[...] o “kit gay”, em alusão ao material didático que seria entregue em escolas para crianças aceitarem com naturalidade as relações homo afetivas [...]” (KELLER, 2019, p. 137). Obviamente, um discurso falacioso, resultado da disseminação de *Fake News*, assim como a falácia da ideologia de gênero. Isso nos demonstra que o viés impregnado de ideologia é o do próprio presidente e partidos de direita conservadores, pois nada mais carregado de ideologia do que o apelo à defesa da “família tradicional”.

Vivemos, assim, uma conjuntura caracterizada por discursos, bem como por imposição de uma agenda política de desmedidos retrocessos que sucateiam cada vez mais as políticas públicas (algumas concretizadas, como a PEC da morte, materializadas na Emenda Constitucional n. 95), num ataque aberto aos sofridos direitos conquistados ao longo da história pela classe trabalhadora. Faz-se, então, necessário pontuarmos duas pautas de fundamental relevância:

- 1) As pautas afetas aos direitos humanos e à diversidade, cuja visibilidade tem se ampliado no clima de ‘intolerância’ estimulado pela crise e pelo atual governo; 2) os conflitos socioambientais, cujos cruzamentos com a organização de movimentos por moradia, pela terra e das chamadas ‘populações tradicionais’ também fazem história diariamente nesse país. (SANTOS, 2019, p. 495).

Ainda dentre as facetas em que operam práticas conservadoras, está o poder judiciário que, diante da análise de Casara (2018) apresenta-se como instituição conservadora atuando, a partir da racionalidade neoliberal, como “[...] um mero homologador das expectativas do mercado ou como instrumento de controle tanto dos pobres [...] quanto das pessoas identificadas como inimigos políticos do projeto neoliberal” (p. 77).

O que observamos é que a ascensão conservadora em voga, embora traga traços e expressões reconfigurados, está ligada ao movimento da história com todas as suas particularidades e singularidades. No caso do Brasil, apropriam-se da mentalidade colonizada de um povo alienado, da sua capacidade de percepção e reconhecimento de classe, tendo reproduzido e dando continuidade à reprodução do que constitui o pensamento e as relações de manutenção da lógica dominante.

A seguir, vamos discutir alguns elementos que consideramos importantes para a compreensão dos processos ideológicos que atuaram como mecanismos de dominação para unificação do pensamento, que anula a carga crítica e mascara antagonismos entre classes sociais. A tentativa aqui é de apreensão dos acontecimentos que descambaram no golpe de 2016.

### **3.2 Elementos ideológicos presentes na conjuntura do golpe**

*Por que foi que cegámos. Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.*

José Saramago

Mesmo o conceito de ideologia sendo polissêmico, como nos aponta Cisne (2014), nosso foco, no momento, não é o de trabalhar suas diversas conceituações e sentidos, e sim, pautar-nos em sua concepção marxiana e marxista, como mote para tentarmos compreender a nossa defesa. Nesse sentido, acreditamos que o Golpe de 2016 teve como expressão do real os interesses da ideologia dominante. Para tanto, discorreremos, ainda que com brevidade, sobre formas de consciência, alienação, visão de mundo, senso comum, hegemonia e linguagem.

Mészáros, em “O poder da ideologia”, esclarece: ela “não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (2014, p. 65). Sendo assim, uma racionalidade fundada e mantida a partir da existência da divisão social de classes. E acrescenta:

A verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema

ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’ (MÉSZÁROS, 2014, p. 57).

Essa inversão e distorção do real é ilustrada por este teórico quando nos mostra, por exemplo, a relação estabelecida entre países de capitalismo central e os “subdesenvolvidos”. Estes, servilmente comandados e identificados pela razão burguesa, e pelo anseio de atingir padrões de alto consumo, conforme disseminado a respeito do “invejável” *americanwayoflife*, são tomados pela estratégia ideológica de que, por meio do consumo e da “modernização”, pode-se superar esta condição de dependência.

Contudo isto nada mais é do que uma fantasia fruto de alienação, que distorce uma diversidade de contradições existentes. No entanto é disseminada para manter, a todo vapor, a engrenagem imperialista, que possui como premissa de existência a intensa desigualdade. Assim, garante a manutenção de países na condição de subdesenvolvimento, exploração, colonialismo e neocolonialismo.

É o que Nascimento (2016) chamou de mentalidade colonizada, uma mentalidade conduzida por uma consciência que reproduz de maneira subserviente, quando não, demonstrando entusiasmo, bem como, um incessante trabalho para, um dia, quiçá, estar no lugar do opressor. É o caso da defesa da democracia racial que vende um modelo de Brasil amistoso, folclórico, cordial, às custas de dissimulação e ocultamento de terríveis desigualdades e barbáries.

Com relação às contribuições de Iasi (1999), a ideologia expressa uma inversão do real, ou seja, precisamos compreender que esta inversão não é produto da ideologia, mas apenas expressada por ela. Estando no ocultamento a sua primeira forma de ação, encobrindo, assim, as determinações reais. Uma demonstração está na naturalização de tudo o que é histórico, como se parte fosse da essência humana, ou mesmo a tomada do particular pelo universal, como quando se defende um modelo único de família heteropatriarcal. Este ponto será retomado mais à frente.

Ainda na linha explicativa desse autor marxista, é significativo explorarmos alguns elementos do processo de consciência, no que tange à sua formação e contradições inerentes. Deste modo, buscaremos compreendê-la não como algo dado aprioristicamente, como algo inato, mas construída e moldada através da dinâmica histórica e dialética, em razão de que, “a consciência não é, se torna” (IASI, 1999, p. 14).

Para Iasi (1999), a consciência possui três estágios de formação, os quais, de antemão, explicamos, não são estáticos e lineares, até pela própria dialética imbricada às relações sociais. Isto posto, o processo de consciência inicial é determinado por valores morais, visão de mundo e concepções externas que são interiorizadas pelo indivíduo alienado. Para desnudar esse estágio inicial, o autor traz sua caracterização em sete pontos:

1- A vivência de relações que já estavam pré-estabelecidas como realidade dada; 2- A percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se a 'realidade' (ultrageralização); 3- Por este mecanismo as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para tornarem-se NATURAIS, levando à percepção de que 'sempre foi assim e sempre será'; 4- A satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e o como; 5- Estas relações não permanecem externas, mas interiorizam-se como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa; 6- Na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, reprime ou desloca o seu desejo; 7- Assim o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução. (IASI, 1999, p. 21).

A primeira manifestação da consciência, dada pelo senso comum, está imbuída de alienação, que é o terreno fecundo para o cultivo da ideologia. Por ser o resultado das relações de produção capitalista “[...] geram as condições para que a atividade humana se aliene ao invés de humanizar” (IASI, 1999, p. 25).

Na sequência da análise desse estudioso, encontramos a segunda forma de consciência, “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”. Neste caso, há um questionamento sobre a ordem “natural” das coisas, transpondo o lugar, unicamente, do indivíduo para a identificação grupal. Ocorre, geralmente, por meio da luta sindical, de lutas populares, de mulheres, LGBTQI+, sendo apenas alguns exemplos.

Não obstante, nesta segunda manifestação, por mais que consigamos alcançar algum grau reivindicativo, por mais que demonstremos certa revolta pelas iniquidades e antagonismos do modo de produção capitalista, ainda estabelecemos uma luta de teor mais corporativo, dentro da ordem, esperando reconhecimento de direitos e melhores condições de trabalho e de existência, pelo aval do capitalismo. Um exemplo, é quando um sindicato de uma determinada categoria profissional, a partir de reivindicações por melhores salários, consegue legitimar essa conquista. Dito de outro modo, são alcançadas conquistas pontuais para grupos específicos, porém as relações antagônicas e de exploração não são alteradas. A lógica burguesa não é superada.

É o que ocorre no que Iasi (1999) chama de passagem da “consciência em si” à “consciência para si”. Nela, “[...] não há apenas o reconhecimento do proletariado como classe, mas também a necessidade de superação das classes”. Em outros termos, “[...] significa alcançar a “luta política” pela transformação da sociedade capitalista, não se limitando à “luta econômica” imediata (CISNE, 2014, p. 50-51). Como afirma, ainda, a autora, este é o lugar da hegemonia trabalhada por Gramsci.

Mesmo diante dessa consciência revolucionária, é importante compreendermos que por se tratar de um processo histórico, a superação da sociabilidade capitalista não vai ocorrer sem avanços e recuos. Como já exposto, a consciência transformadora carece de confrontação real na materialidade concreta, a qual tem a seu favor, por exemplo, o Estado burguês. Por sua vez, este Estado tem contribuído, com base em Gramsci (1999), tanto para o consenso quanto para a coerção, com a finalidade de manutenção da hegemonia dominante. Assim, no estágio da coerção, a manifestação mais vigorosa da barbárie podemos assistir na atual conjuntura, tanto brasileira quanto a nível internacional, de focos crescentes de protofascismo.

Konder, em análise da obra de Marx e Engels sobre o tema da ideologia, corrobora com a perspectiva de ambos. O autor apresenta a distinção do conceito que se divide entre fraco e forte. No primeiro, seria o que o senso comum apresenta como um conjunto de ideias; já no segundo, apoiado na obra marxiana, diz respeito a uma “distorção no conhecimento”, decorrendo, assim, “[...] da fragmentação da comunidade humana, do fato dos homens [e mulheres] não atuarem juntos”. Com isso, “[...] os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazem” (2002, p. 41).

E isso se deve, justamente, à proposta conduzida e executada pela ideologia burguesa, que desde a sua ascendência através da propriedade privada e da divisão social do trabalho, impõe-se reproduzindo um conjunto de valores considerados universais, e que têm conseguido sobreviver ao longo de todo o período histórico capitalista. Precisamente, isso ocorre a partir do exercício da dominação de classe, em que a classe trabalhadora é subjugada material e subjetivamente à classe dominante.

Para uma aproximação crítica deste conceito, devemos considerar as relações humanas, por meio de uma perspectiva ontológica. Faz-se, então, necessário transpor a barreira do conhecimento fraturado da realidade social, uma vez que essa abordagem permite “[...] a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe” (TONET, 2018, p. 12), das relações de produção e reprodução do ser social no âmbito da totalidade que é histórica e dialética.

Na vida social, essa compreensão não chega aos sujeitos na imediaticidade do cotidiano. É camuflada pelo que Kosík (1976) denomina de pseudoconcreticidade, a qual escamoteia o concreto através de abstrações fragmentárias do real, que se mostram enquanto fenômenos aparentes e mistificadores.

Entendemos, portanto, que uma das grandes e complexas amarras do modelo capitalista de produção é a ideologia que “[...] agirá sobre esta base e se servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente” (IASI, 1999, p. 24). Assim, termina pondo véu à realidade, transformando um mundo de exploração e opressão em proposta de progresso e liberdade. É como se a sociedade não estivesse sustentada por antagonismos entre classes e, dentro destas, as várias nuances que intensificam esse controle, quais sejam, o preconceito, a opressão, o machismo, a misoginia, o sexismo, a lgbtfobia, a xenofobia, o conservadorismo, o militarismo, a religião, a degradação ambiental, dentre outras.

Quando ingressamos no campo dos antagonismos, é interessante sabermos que, para sua concretude, existe o artifício do “estranhamento” através do qual Marx (2010) pensa categorias como alienação, fetiche e reificação. São categorias que subjugam a classe proletarizada ao reduzi-la à mais profunda condição de miséria, uma miséria que tanto se manifesta material quanto espiritualmente:

O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* [e trabalhadora]<sup>31</sup> ele pode se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador (O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2010, p. 82, grifos nossos).

Por consequência, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem [mulher], precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*” (MARX, 2010, p. 85, grifos nossos). Ou seja, o trabalho como condição teleológica fundante do ser social, aquela atividade capaz de promover a emancipação e liberdade humanas, através da alienação e reificação, sofre a inversão do seu fim. Isso perpassa, inclusive, pelo viés da ideologia que age no plano da consciência.

---

<sup>31</sup> Nosso destaque ocorre apenas para demarcar nossa recusa à ultrageneralização dada ao homem como sujeito universal, como se nele coubesse todo o gênero humano.

Marx e Engels afirmaram, “[...] a consciência é um produto social. [...] A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato” (2007, p. 35), de tal modo que, nesse imediatismo, ou primeira forma de consciência, como demonstra Iasi (1999), é que se expressa a alienação, estando aí um campo produtivo para a ideologia.

Quando buscamos compreender a ideologia, é necessário nos despirmos do que Gramsci (1978) denomina de “senso comum”, pois não é ela uma categoria passível de ser percebida, meramente, como um aglomerado de ideias descoladas da história e da concretude das relações sociais. Deste modo, é preciso situá-la numa perspectiva de lutas de classes, em que a classe dominante, por sua vez, impõe suas ideias, seu ponto de vista e interesses como se unanimidade fosse a todo o tecido social.

Na construção teórica desse autor, mais especificamente adentrando em sua obra “Concepção dialética da história”, podemos alçar um melhor entendimento do papel da filosofia na construção da consciência e da práxis, posto que, para Gramsci, a priori:

[...] todos os homens [e mulheres] são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta filosofia ‘espontânea’ peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e conceitos determinados e não, simplesmente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir [...]. Assim, todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente (porque, inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo). (GRAMSCI, 1978, p. 11).

Exposto este primeiro ponto em que Gramsci desconstrói o encapsulamento da filosofia como lugar determinado a uma minoria intelectual especializada, adentramos, mais especificamente, no papel da filosofia da práxis como pressuposto ineliminável para a transposição do senso comum e o alcance de uma consciência crítica e revolucionária. Para Gramsci, isso não pode ocorrer sem uma vinculação entre intelectuais orgânicos e massa proletária. Assim, “[...] a filosofia da práxis não busca manter os “simplicírios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior, [...] que torne possível o progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

Para Lukács, a unidade entre teoria e prática, que tem como mote a construção da classe para si, ou, negação da negação para a superação da existência de classes, somente pode ocorrer:

Pela intensificação do seu caráter consciente, pela ação e pela autocrítica conscientes, surge, a partir da mera intenção dirigida para o verdadeiro e despiando-se de suas



máscaras, o conhecimento efetivamente verdadeiro, historicamente significativo e socialmente revolucionário. (LUKÁCS, 2018, p. 178).

Gramsci destaca, ainda, que a filosofia tem um papel basilar na construção da hegemonia<sup>32</sup> de classe, tendo por alvo a unidade entre teoria e prática. Tem também o papel de sobrepujar o poder hegemônico da classe dominante, na superação das contradições manifestadas sob o império e tensionamento do capital. Numa ação de despolitização, o capital “[...] se utiliza de distorções tidas como verdadeiras no senso comum para evitar o surgimento de um movimento formador de sujeitos políticos em si e para si” (FERNANDES, 2019, p. 48), num processo que ele conceitua de “hegemonia cultural”<sup>33</sup>.

Para melhor entendimento de como ocorre essa dominação da classe burguesa e sua expressão na forma de ideias universalizantes a todas as classes, numa determinada ocasião histórica, Marx e Engels, na portentosa Ideologia Alemã, explicam que:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante [...]. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classee determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição de ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Com base nessa exposição, somos convidados a descortinar a maneira pela qual fomos conduzidos a perceber as relações sociais. Assim, exatamente a partir da discussão de Marx e Engels saímos do campo da idealização, que vê as relações como produto das ideias, como essências humanas, para o campo da materialidade.

Comprendemos, então, o porquê de tomarmos a razão liberal-conservadora como se verdade absoluta fosse, pois a ideologia é um reflexo das relações concretas, relações estas reguladas pela classe dominante burguesa, que possui como pré-requisito de existência o domínio da classe trabalhadora e sua subserviência, que se dá pela força e pelas ideias de quem domina.

---

<sup>32</sup> “Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio – apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção.[...] A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos” (EAGLETON, 2019, p. 128-129).

<sup>33</sup> Hegemonia cultural é, assim, “[...] a maneira como o Estado burguês se estrutura, não apenas sob as forças das armas e do poder econômico mais direto, mas sim pela construção de um aparato simbólico e cultural que o legitima perante as massas que ele, ironicamente, oprime” (FERNANDES, 2019, p. 19).

Finalmente, consideramos importantes as ponderações em torno do conceito de ideologia, feitas até aqui, como maneira de conectar a concepção crítica do conceito com a conjuntura sócio-histórica mais recente, determinante do golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal. Será, então, possível refletir sobre o papel do poder da ideologia na política e nas relações de gênero, considerando a ascensão do conservadorismo.

O golpe, por sua vez, possui uma variedade de narrativas que lhe dão legitimidade. A sua face de gênero é ponto proeminente neste trabalho. Reivindicamos a importância desta abordagem tendo em vista o fato de a questão de “gênero” ter sido operada em inúmeras ocasiões como expediente deslegitimador da presidenta Dilma Rousseff, no decorrer do seu exercício como figura pública à frente do Executivo brasileiro.

Isso ocorreu, por exemplo, por meio de símbolos, da linguagem, de uma visão de mundo, que como exposto anteriormente, apropria-se do particular pelo universal, ou seja, considera o modelo unificado pela ideologia capitalista heteropatriarcal como único validado para o exercício político do poder. A mulher é, portanto, amputada do lugar de sujeito na história, e posta como objeto, e também tem sido alvo daquele estranhamento demonstrado por Marx, um duplo estranhamento, pois se torna objeto de reificação tanto pelo sistema capitalista quanto pelo patriarcal, ambos associados e empenhados na sua *apropriação*.

Também em relação a esse lugar de coisificação, não pode haver espaço para o exercício legítimo da figura feminina em espaços de poder na história. Neste momento, o recurso ao poder ideológico opera na invisibilização e na distorção da consciência ao naturalizar uma essência feminina, a qual, por meio da misoginia desqualifica atributos intelectuais das mulheres. Ao mesmo tempo, impõe a elas um papel social relativo ao cuidado, ao afeto, à bondade, ao “ser mãe”. Um atributo biologicista e essencialista que reduz a mulher a um papel socialmente construído e, inclusive, reforçado pelo apelo religioso para a maternidade como sacra e compulsória. Poda-se, assim, sua multiplicidade potencial enquanto espírito humano, como na tão propagada e polêmica adjetivação: “bela, recatada e do lar”<sup>34</sup>.

Em vista disso, defendemos que, no caso da retirada da presidenta Dilma do exercício legítimo da presidência do país, tenha ocorrido um golpe reproduzido por forte poder ideológico. Apenas para citarmos um exemplo acerca dessa forte carga está a *Fake News* tão

---

<sup>34</sup> Resultado de artigo da Revista Veja, veio como forma de demonstrar o que deveria ser tomado como modelo e atributos de uma mulher bem aceita socialmente, cujo título faz referência à Marcela Temer: bela, recatada e “do lar” (LINHARES, 2016). Em oposição, esta mesma revista reproduz estereótipos a respeito da presidenta Dilma Rousseff, que a descreve como mulher sozinha, impaciente, intolerante, exasperada, furiosa, sem habilidade para o jogo político e etc. (BONIN, 2016).

disseminada sobre a hipotética “ideologia de gênero”<sup>35</sup> que, conforme Castro (2018), o golpe de 2016 está também ligado a uma “demonização de gênero” que “[...] mescla o capitalismo neoliberal com patriarcado” (p. 132), num tipo de “[...] censura a gênero nas escolas estimulada pela aliança golpe e fundamentalismo religioso[...]” (p. 135).

Ou seja, esses elementos foram ganhando amplitude num cenário de ofensiva conservadora, de forte crescimento do viés religioso na política, do apelo à família tradicional patriarcal, como apontamos no tópico anterior. Estiveram também presentes nos próprios discursos dos parlamentares no Congresso no decorrer do processo de “impeachment”. Aqui abrimos um parêntese para explicar que será nas análises dos discursos dos parlamentares da Câmara dos deputados, na votação de admissibilidade do processo de impeachment, que embasaremos a nossa argumentação da face de gênero como parte do que deu concretude ao golpe. Afinal:

As palavras, as inflexões, o modo de construir as frases, cada uma dessas coisas tem sua própria história. Tanto em sua gênese como em seu emprego, os termos da linguagem põem a nu os valores das sociedades que os criaram e os mantêm vivos. [...] Não são necessárias as formas mais abstratas da teoria e as construções filosóficas para enxergarmos – empiricamente – manifestações de distorções ideológicas. (KONDER, 2002, p. 151).

Com isso, passamos para o último tópico do capítulo, onde apresentamos reflexões a partir do sistema patriarcal e capitalista em que ambos têm reificado, historicamente, a mulher por artifício de expressões machistas, misóginas e sexistas. No contexto do golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal, tal intento foi concretizado com a retirada da primeira mulher eleita presidenta do país, possuindo como sobredeterminação todo um sistema de opressões e explorações vinculadas a um jogo de interesses burgueses e heteropatriarcais. A retirada de Dilma da presidência não se deu por um fator isolado, muito pelo contrário, tem fortes elementos de dominação expressos, ideologicamente, que se entrelaçam.

### **3.3 Capitalismo patriarcal<sup>36</sup> como determinante da reificação da mulher**

---

<sup>35</sup> Está aqui um claro exemplo de distorção ideológica, o gênero, categoria material concreta, sendo distorcida por aparelhos ideológicos como instituições religiosas e segmentos sociais e políticos conservadores, dogmáticos e fundamentalistas, que pautados numa concepção de mundo uniforme, binária e sexista, empenham-se em tratar as relações sociais de sexo como transgressões ideológicas quando, na verdade, o pensamento conservador e fundamentalista é que são verdadeiras ideologias, a ideologia do heteropatriarcado, da família tradicional, da monogamia.

<sup>36</sup> Utilizamos o termo “capitalismo patriarcal” com base na teoria unitária de Arruzza (2015), que abordaremos no desenvolvimento do tópico.

A reificação da mulher tem se materializado, historicamente, como uma das faces de opressão imposta pela sociabilidade capitalista que se organiza a partir de uma lógica de divisão social em classes: uma delas como proprietária dos meios de produção e a outra a que sobrevive da venda de sua força de trabalho. Essa relação de divisão, para existir e manter o nexo de acumulação do capital, alimenta-se de antagonismos diversos, reflexos desta formação social mercadológica. Ela se desdobra no que se chama de divisão sexual e racial do trabalho.

Dentre os diversos antagonismos imanentes a essa lógica produtiva, situa-se o sujeito feminino, que tem sido determinado a ocupar um papel social de exposição a níveis intensos de exploração e expropriação. É o que Engels (2019) abordou em seu clássico, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, ao estudar os processos de evolução da família em vários estágios, atribuindo a relação da mudança de papéis sociais entre homens e mulheres ao surgimento da propriedade privada, bem como da instituição do modelo monogâmico de família.

Engels (2019) aponta que antes do processo “civilizatório”, coexistiam relações sociais em que as mulheres e homens faziam parte de um tipo de comunismo primitivo, no qual as mulheres assumiam o lugar de sujeitos centrais na organização familiar, mais conhecido como matriarcado. Contudo com o advento da monogamia, construiu-se um tipo de escravização do sexo feminino pelo masculino. É o que o referido autor denominou de primeiro antagonismo e opressão de classe.

Embora seja de suma importância o contributo e valor histórico da obra de Engels, existem alguns apontamentos de lacunas deixadas nessa sua obra específica. Um ponto seria a ausência de material etnográfico para a pesquisa à época do autor. Conforme assinala Arruzza (2019, p. 94), existe um equívoco quanto à existência de um matriarcado original que foi atribuído em seus estudos, equívoco este firmado no “[...] mito de que o matriarcado existia”.

Assim, essa autora destaca que a perspectiva mais contundente seria a da “matrilocalização”<sup>37</sup>, ao invés de uma organização matriarcal com base em relações

---

<sup>37</sup> “O fator dominante não são as regras de descendência, mas sua residência. Na verdade, nas sociedades matrilocais são os homens que se deslocam para morar na casa dos pais de sua esposa. Isso significa que o produto do trabalho feminino permanece dentro de seu grupo de parentesco ou linhagem, no qual a mulher geralmente desfruta de uma posição de colaboração e não de subordinação. A transição de arranjos matrilocais para patrilocais permitiu aos homens apropriar-se do trabalho e do excedente produzido pela mulher, pois a mudança para a casa do grupo parental de seu marido colocava a esposa em um contexto estranho para ela, no qual era privada de laços familiares de proteção. O produto de seu trabalho já não pertencia a ela ou a seus parentes, agora pertencia ao seu marido”. Contudo “as razões pelas quais a patrilocalidade prevaleceu sobre a matrilocalidade são variadas e continuam em aberto”. Uma delas é a de que “[...] a coincidência entre as relações de produção e as relações de parentesco levou a coincidência entre a apropriação da força de trabalho feminina e o acesso privilegiado ao controle sobre suas capacidades reprodutivas. Assim, opressão econômica e opressão sexual se sobrepunham e se incorporavam mutuamente” (ARRUZZA, 2019, p. 96-97).

“matrilineares”. Isso por considerar insuficiente o ponto de vista essencialista de Engels que “[...] recorre a um suposto instinto masculino de perpetuar sua própria linhagem e, portanto, de controlar a reprodução das mulheres” como se fosse um “[...] desejo inato de assegurar sua descendência e a transmissão de sua herança[...]” (ARRUZZA, 2019, p. 96). A partir desta perspectiva, a autora mostra que a origem da dominação masculina pode ser localizada na história:

[...] antes do nascimento da sociedade de classes de fato e do surgimento da propriedade privada e do Estado. A hierarquia entre os sexos e sua aplicação à divisão sexual do trabalho estão, portanto, na origem dos processos de diferenciação social que levaram ao posterior surgimento de classes, representando de certa forma um protótipo para o último. (ARRUZZA, 2019, p. 96).

Outra autora que apresenta estudos relevantes sobre as relações hierárquicas entre os sexos é a materialista francófona Paola Tabet (2014). A autora demonstra a partir de pesquisa para estudos antropológicos e etnográficos, a exemplo de seu texto “Mãos, instrumentos e armas”, que mesmo antes da formação social capitalista já existia uma hierarquização entre os sexos, desnudando uma suposta igualdade e reciprocidade de tarefas na divisão do trabalho masculina e feminina. Sua tese central se constitui:

[...] de que a divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas ‘igualitárias’; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; que esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos claros e definidos, que é possível apontar constantes gerais e materiais, pode-se dizer, da divisão das tarefas, nas quais as relações de classe entre os dois sexos se exprimem antes mesmo do que nas definições ideológicas que acompanham as próprias tarefas (tais como a valorização das tarefas masculinas etc.) (TABET, 2014, p. 107, grifos nossos).

Nessa linha, a pesquisadora nos convida a analisar “a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos” (TABET, 2014, p. 108), demonstrando-nos que nessa relação há uma construção sociológica do que compõe a identificação do que seria o masculino e o feminino, saindo do viés biológico e natural.

Essa divisão sexual do trabalho desigual é evidenciada pela autora, por exemplo, a partir dos instrumentos e das armas, em que às mulheres ficavam relegados os subequipamentos “[...] limitado ao próprio corpo, às operações a mãos nuas ou, em todo caso aos instrumentos mais simples de cada sociedade” (TABET, 2014, p. 111). A mulher, portanto, passa a questionar o significado dessa estrutura para o exercício da dominação masculina na apropriação<sup>38</sup> das

---

<sup>38</sup> No desenvolvimento deste tópico vamos trabalhar melhor o conceito de apropriação, cunhado por outra materialista francófona, Colette Guillaumin.

mulheres, ponderando sobre o porquê dos homens terem tido acesso a instrumentos mais complexos para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Às mulheres era, praticamente, reduzido o uso do seu próprio corpo.

Com essa tese, Tabet (2014) enfatiza que, ao contrário do que tem sido disseminado acerca das mulheres serem relegadas a determinadas atividades por uma fragilidade física, de cunho biológico. A autora nos faz refletir por meio de apontamentos de pesquisas etnográficas<sup>39</sup> que não são fatores naturais fisiológicos, ligados, por exemplo, ao fato de as mulheres passarem por períodos de gestação que, de maneira igualitária, conformou-se o estabelecimento desses papéis na divisão sexual do trabalho, mas através da imposição do domínio.

Dito isso, é importante, ao analisarmos a condição da mulher, termos em perspectiva as relações históricas concretas e o seu papel nas diferentes formações sociais. Contudo o mote da presente reflexão está centrado no modo de produção vigente, através do qual, a partir da categoria marxiana da reificação, vamos desenvolver reflexões concernentes à objetificação da mulher em diálogo com importantes pesquisadoras materialistas que serão abordadas no transcorrer deste tópico.

Apreendemos a reificação como uma categoria crítica essencial no processo de análise marxista e marxiana, presente na leitura de “O Capital”, em específico, no ponto onde pensa o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. Lança-nos a reflexão para a compreensão de como se tecem as relações sociais no interior da ordem burguesa e como esta converte tais relações humanas na “[...] forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2017, p.147), ou seja, remonta-nos ao seu modo mistificador.

Como salientam Iamamoto e Carvalho (1996), o que aparece como relações entre coisas é, na verdade, uma ocultação das relações sociais concretas. Outrossim, estabelece seu viés alienador e conflitante, que está intrínseco à raiz de consubstanciamento do modo capitalista de produção, bem como da sua configuração como sociabilidade dividida por classes. Essa trama invertida de relações reproduz, em larga medida, os mais diversos tipos de antagonismo no interior dessa divisão, assim como reproduz uma visão de mundo ideológica, ou seja, uma consciência reificada.

Para nos apropriarmos de maneira mais significativa da categoria reificação, buscamos em Lukács (2018) contribuições, as quais apontam que o primeiro elemento responsável por

---

<sup>39</sup>Para maior compreensão e detalhamento acerca de como os instrumentos e armas já se mostravam, em sociedades tidas como ‘igualitárias’, fatores de divisão do trabalho entre os sexos, ver o texto na íntegra: “Mãos, instrumentos, armas” (TABET, 2014).

sua construção é a alienação como seu fundamento basal, dado que se apropria, inclusive, das nossas subjetividades.

Aqui abrimos espaço às elucidações de Paulo Netto (1981) sobre a categoria da alienação, pois consideramos importante este desvelamento para uma análise mais contundente do real. O autor nos esclarece que a alienação não é uma determinação exclusiva da formação capitalista<sup>40</sup>. É, então, um gênero do qual se deve distinguir espécies, pois “[...] o conceito de alienação, em si mesmo, cobre fenômenos variados em épocas histórico-sociais diferentes” (PAULO NETTO, 1981, p. 74).

Dessa maneira, a reificação, aponta Paulo Netto (1981), é necessariamente uma espécie de alienação. Não obstante, nem toda forma de alienação se expressa por meio da reificação e do fetiche, sendo neste ponto nova e constituída pela produção capitalista, ou, como define Lukács (2018), no capitalismo moderno. Com isso, a forma reificada da alienação se realiza com mais vigor na fase monopólica do capital, pois:

[...] preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instala em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias, [...] (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio, etc.) convertem-se em limbos programáveis.(PAULO NETTO, 1981, p. 81-82, grifo nosso).

Ante o exposto, depreendemos que o processo de fetichização social opera como uma entidade, por isso mesmo Marx (2017) aponta a existência de uma fantasmagoria nas relações capitalistas, em razão de que essas relações se dão como se parte fossem de um feitiço, de uma mágica, escamoteando, assim, a razão onto-histórica do processo.

E nos valendo do que desenvolveu Netto na última citação, conseguimos descascar as camadas abstratas da aparência dos fenômenos para notarmos que o fetiche e a reificação, como formas de alienação, não prevalecem, unicamente, nas relações econômicas. Isso nos faria cair em análise reducionista, já que vai muito além, movendo-se em todas as esferas da existência humana. Para exemplificar, um modelo da sobredeterminação da mercantilização da vida está

---

<sup>40</sup> Na sua obra “Capitalismo e reificação”, Netto (1981) traz elementos críticos em que aponta lacunas deixadas por Marx nos “Manuscritos de 1844”, salientando que este não realizou uma distinção entre formas de alienação, já que, antes da forma capitalista, existia uma forma de alienação, mas um tipo que não se manifestava através da reificação. A reificação no processo de alienação das consciências sociais é inerente à formação burguesa.

a apropriação das mulheres e de todo o segmento social que carrega características do feminino<sup>41</sup>.

Retomando a análise lukacsiana da reificação, é salutar ressaltar que, para o filósofo húngaro, esta categoria pode ser apreendida em duas extensões, sendo uma delas objetiva e a outra subjetiva. Na primeira, acontece:

[...] quando surge um mundo de coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos. O indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis a seu favor, sem que lhe seja dado exercer, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade. (LUKÁCS, 2018, p. 199).

Essa objetividade se mostra a partir de uma racionalidade que supõe uma igualdade formal-abstrata fruto do trabalho humano. Já a dimensão subjetiva ocorre quando é eliminada qualquer possibilidade contestatória das leis formais capitalistas, dadas como naturais e imutáveis, que impede aos sujeitos humanos se subjetivarem com liberdade, transpondo os grilhões da mecânica capitalista.

O processo de reificação se manifesta, muito claramente, também, na valorização do tempo, como se este se tornasse humano, ao passo que o humano se desumaniza ao se tornar “[...] quando muito, a personificação do tempo. [...] Somente a quantidade decide tudo, hora por hora, jornada por jornada” (LUKÁCS, 2018, p. 205). Nessa distorção do concreto, em que o humano é fragmentado e desqualificado, passa a não mais se compreender como parte do seu próprio construto. Torna-se comandado pela razão abstrata, ao fazer dos sujeitos sociais reles espectadores atomizados e uniformizados. Eis a desumanização, a reificação.

Assim, a reificação provoca a perda da totalidade, a homogeneização, o imediatismo, a racionalização, agindo na estrutura da nossa consciência, por meio da alienação. Faz-nos submergir por relações fetichizadas e estranhadas, de modo que não conseguimos ultrapassar o que Iasi (1999) define de primeira forma de consciência.

Todavia é fundamental termos em conta que, embora a alienação se expresse de maneira profícua na primeira forma de consciência, ela é resultante de uma totalidade que é material e histórica. É resultado de relações de produção objetivas, ou seja, é resultado do modo de produção capitalista e de suas relações concretas.

---

<sup>41</sup> Esclarecemos que o feminino ultrapassa o caráter da determinação binário-generificada, incluindo, também, o amplo segmento da comunidade LGBTI+.



Diante dessa sucinta reflexão a respeito da categoria reificação, acreditamos poder fazer uma ponte para a análise da coisificação da mulher, como uma imbricação do complexo de complexos que envolvem as relações materiais no modelo de produção vigente. Assim, é possível conectar a compreensão do patriarcado como sistema unitário<sup>42</sup> integrante à sociabilidade capitalista, como avoca Arruzza (2015), e que também faz parte do complexo social que carece ser desvendado.

E acrescenta, o patriarcado tem sido usual para demonstrar como as desigualdades e opressões de gênero são fenômenos estruturais. Não são fatos fortuitos e pontuais, são sim “[...] questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual” (ARRUZZA, 2015, p. 35).

O patriarcado, de acordo com o Dicionário Crítico do Feminismo, por meio do exame de Christine Delphy, “[...] designa uma formação social em que os homens detêm o poder [...], o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (2009, p. 173). Contudo nos mostrando que não existe unanimidade de sua definição dentro das ciências sociais.

Desse modo, a autora baliza três conceitos que têm pontos de convergência e divergência, mas ultrapassam a descrição meramente individual, abrangendo “[...] um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Assim, os três termos têm a mesma pretensão à generalidade [...]” (DELPHY, 2009, p. 178), e constroem uma percepção sócio-histórica de uma “hierarquia de gênero”, mas não limitada a esse âmbito, são eles: “patriarcado”, “gênero” e “relações sociais de sexo”.

Já nos termos de Saffioti (2015), o patriarcado é uma estrutura social que ultrapassa a relação de dominação individual para o domínio civil, dando direitos aos homens em detrimento das mulheres, ou direitos aos homens e deveres às mulheres; é uma relação hierárquica de base material que se corporifica e representa toda uma estrutura de poder ideológico e material que se expressa por meio da violência em que, historicamente, “[...] o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 60)

Guillaumin (2014), em consonância com o que trouxemos a partir de Danièle Kergoat, por meio do uso do conceito de “relações sociais de sexo”<sup>43</sup> demonstra que essa formação

---

<sup>42</sup>Arruzza (2015) chama de “teoria unitária” a perspectiva que utiliza para argumentar e pensar as relações de opressão de gênero como um sistema vinculado ao capitalismo. Assim, as opressões das mulheres não são autônomas e separadas do complexo da vida social e do processo histórico, mas componente integrante da sociabilidade capitalista.

<sup>43</sup> Ahamos importante esclarecer que a utilização do termo “relações” em “relações sociais de sexo”, por ser um termo que vem de um texto que, em francês, possui duas palavras para o termo “relations” e “rapport”, pode nos levar a uma análise confusa do alcance do significado de “relações” para a autora no contexto em que se insere.

social, por meio da qual o poder é dos homens, materializa-se através do que ela defende por “apropriação das mulheres”, manifestada de dois modos: uma “apropriação concreta” e a outra forma por meio da ideologia e/ou “discurso de natureza”.

Chama-nos a atenção no debate travado por essa feminista materialista o seu conceito de “sexagem”, ou “relações de sexagem”, para explicar essa dinâmica material de apropriação das mulheres no que ela elabora através de uma analogia da sexagem às relações de escravização no processo de acumulação primitiva do capital, as *plantations*, como é exemplar o ocorrido no Brasil. Quanto a sexagem, qualifica a autora, é:

[...] a relação na qual é a unidade material produtora de força de trabalho que é tomada em mãos, e não apenas a força de trabalho. Denominadas ‘escravidão’ e ‘servidão’ na economia fundiária, este tipo de relação poderia ser designado ‘sexagem’ no que diz respeito à economia doméstica moderna, quando concerne às relações de classe de sexo. (GUILLAUMIN, 2014, p. 34).

Cisne (2014) complementa o conceito ao analisar as “relações sociais de sexo”, com base em Colette Guillaumin, sinalizando, através da sexagem, que as mulheres “[...] são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito à sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e à sua vida. [...] denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres” (p. 99).

Inferimos, dada essa base teórica, a sexagem como a coisificação da mulher, em alguns aspectos, análoga à reificação, sendo aquela compreensível nas relações de classe, as quais são heterogêneas, já que existe uma distinção entre as classes de sexo. É a partir dessa apropriação corporal das mulheres, não só o seu tempo, por meio da força de trabalho, é vendido, como no caso dos homens, mas a sua totalidade material e subjetiva são possuídas, o todo do seu ser.

Como afirma Guillaumin (2014), as mulheres, nas relações de sexagem, não possuem um sexo. São reduzidas ao próprio sexo numa estrutura de relações materiais sustentadas por um “discurso de natureza” extremamente coercitivo, pois dissemina, pelo domínio ideológico, a crença de uma “natureza” imutável feminina. Assim, o “discurso de natureza ilustra “[...] como o fato de ser tratada materialmente como coisa faz com que você seja também, no domínio mental, considerada como coisa” (p. 65).

Entendemos, ante o exposto pela teórica, que as relações de sexagem ou de apropriação individual e coletiva das mulheres tomam por correspondente, também, a esfera do pensamento, por meio dos discursos, dos símbolos, da linguagem como expressões do concreto, como

---

Quando ela nos traz a análise a partir de “relações sociais de sexo”, refere-se a uma palavra francesa chamada “rapports”, que são relações estabelecidas em um sentido estrutural, abrangendo os antagonismos que estruturam a sociabilidade capitalista de classe-sexo-raça, assim, o seu sentido mais amplo.

anteriormente já nos elucidaram Iasi (1999), Netto (1981), Gramsci (1978) e Konder (2002), quando tratamos sobre alienação, fetiche, formas de consciência e reificação.

Guillaumin elenca-nos, ainda, expressões concretas da apropriação nas relações de sexagem, bem como meios da apropriação. Assim, apontamos, a seguir, esta sequência de expressões e meios:

a) a apropriação do tempo; b) apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade – bebês, crianças, velhos – ou doentes e deficientes, bem como dos membros válidos do sexo masculino. [...] Quanto aos meios: a) o mercado de trabalho; b) o confinamento no espaço; c) a demonstração da força; d) a coação sexual; e e) o arsenal jurídico e o direito consuetudinário. (GUILLAUMIN, 2014, p. 34-55).

Quando refletimos sobre a expressão de apropriação do tempo, podemos fazer uma ponte com um trabalho mais recente de Federici, em que ela nos esclarece aspectos da sua análise sobre a esfera do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico. Nesse sentido, a partir de uma base material pautada na exploração da mulher, dissemina, ideologicamente, através de sua fetichização, dentro da relação capitalista patriarcal de produção, uma inversão da exploração dissimulada como ideia de amor, associando o trabalho de reprodução ao campo do afeto, manipulando, assim, como se atributo essencial fosse, o que conversa com o fato desse trabalho:

[...] não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. [...] O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. (FEDERICI, 2019, p. 42-43).

Outro ponto que podemos trazer para a reflexão é sobre a demonstração da força e coação sexual, que pode ser demonstrada por meio das variadas formas de assédio sexual sofridas pelas mulheres nos mais variados espaços, tanto privado quanto público, dos espaços de lazer aos locais de trabalho. Tem-se, ainda, o controle reprodutivo, e, em situações em que o domínio se inflige de modo mais brutal, como nos casos dos estupros.

Não à toa, se retornarmos séculos na história, ao período de acumulação primitiva do capital, na violenta perseguição imposta às mulheres pela “caça às bruxas”, já tínhamos ali a imposição do domínio dos homens e do capital sobre os corpos das mulheres, um mecanismo de mando, uma tentativa de “[...] transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação”, inclusive, esse controle se mostrava, também, pela

condenação do prazer e da sexualidade feminina tratada como “[...] fonte de todo mal” (FEDERICI, 2017, p.46-49).

Ainda sobre o discurso de natureza que reduz a mulher ao sexo, Guillaumin (2014) salienta que é nesse rebaixamento da mulher ao sexo que se encontra o auge de sua objetificação, inclusive quando faz dessa redução um meio para limitar sua capacidade intelectual através de estigmas substanciais de sua “natureza. Enquanto os machos interagem com o meio de maneira complexa e criativa, as mulheres devem se ajustar ao seu lugar natural como objeto de um ecossistema, quando muito, manifestando suas qualidades por meio da intuição, da amabilidade, da doçura e etc.

Esse discurso de natureza, forjado e sustentado pelo modo de produção capitalista, não ancorou, historicamente, apenas a opressão-exploração-apropriação das mulheres, mas serviu de sustentáculo para a acumulação primitiva desta sociabilidade ao determinar a existência de uma raça inferior. É, igualmente, enquadrada nesse processo de racialização a população negra e povos originários, em sujeição ao padrão “homem branco universal”. Esse discurso ideológico repressivo, de fundamento naturalista, conclui a materialista francófona:

Pode ser chamado de racismo, pode ser chamado de sexismo, ele retorna sempre à afirmação de que a Natureza, esta recém-chegada que tomou o lugar dos deuses, fixa regras sociais e chega a ponto de organizar programas genéticos especiais para aqueles que são socialmente dominados. (GUILLAUMIN, 2014, p. 65).

Essas expressões de racismo e sexismo como parte de um construto impositivo de dominação capitalista patriarcal arquitetaram, na história, “a definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade [...]”, como forma de justificar, nestas características, a “[...] exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias [...], com a consequente naturalização de sua exploração” (FEDERICI, 2017, p. 360).

É o que Davis desnuda em seu clássico “Mulheres, raça e classe”, ao nos mostrar de maneira crua como as relações sociais capitalistas conferem uma carga extremamente violenta às mulheres, em especial, às mulheres negras que sofreram com a expropriação de suas existências por meio da escravização, tornando para elas a opressão ainda mais brutal. Do mesmo modo para os homens negros, devido ao marcador do racismo. Para a autora, a reprodução da violência sofrida pelas mulheres negras se deu, ao contrário do que ocorreu com as mulheres brancas, pelos próprios senhores de escravos. Aponta, ainda, que:

Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade

que ‘mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos’. [...] Desde a Reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideraram o abuso sexual cometido pelo ‘homem da casa’ como um dos maiores riscos de sua profissão. Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos mitos duradouros sobre a ‘imoralidade’ das mulheres negras. (DAVIS, 2016, p. 97-100).

Ante o exposto, só podemos concluir como o fator do racismo atraiu e atrai, para as mulheres racializadas, formas muito mais aviltantes e deletérias nas relações de produção capitalistas patriarcais, as quais são fortemente sentidas até o presente. Por exemplo, se formos refletir sobre as configurações do trabalho reprodutivo e do papel das mulheres negras, indígenas e imigrantes<sup>44</sup>, em que o grau de exploração ganha uma intensidade extraordinária.

Assim, o imperativo de desnudarmos, na própria dialética histórica, a construção das opressões, dá-nos suporte para uma compreensão e reflexão que possam reverberar e fortalecer nossa luta e contestação a esse sistema unitário de opressão. Como já nos elucidou Kollontai (2017), há mais ou menos um século, o amor, a liberdade de amar e a própria maternidade têm sido *locus* de sofrimento para as mulheres, lugar de controle, baseados nas relações socioeconômicas que se impõem às mulheres, historicamente, através de grilhões, que em momentos particulares foram visíveis, mas que nos prendem, também, por meios que não nos são tão visíveis assim.

### 3.3.1 Divisão sexual do trabalho e reprodução social

Para adentrarmos no aspecto da reprodução social e da divisão sexual do trabalho precisamos demarcar o papel fundamental que a família tem desempenhado na manutenção dessa estrutura de opressão das mulheres. Isso quando falamos da tradicional família patriarcal monogâmica conservadora, que nas relações materiais capitalistas desempenha um papel ideológico fundamental para a manutenção desse nexo.

Entendemos que se inicia na própria estrutura familiar a disseminação dos valores ideológicos que operam na formação de nossa consciência, conforme Iasi (1999), ao nos mostrar esta instituição como lugar em que as relações do cotidiano nos são atravessadas por meio dos costumes e hábitos.

---

<sup>44</sup> Quando trazemos esses marcadores, partimos da compreensão da complexidade da realidade material, em que as relações capitalistas se determinam de modos particulares nos diversos territórios. Assim, entendemos que o caráter de exploração em países de caráter dependentes ou subdesenvolvidos se manifesta de modo peculiar em relação aos países do centro capitalista mundial, até pelo fato de, por exemplo, quando estes deixam de exercer maior exploração sobre as mulheres brancas que habitam os seus centros para explorar mão de obra imigrante daqueles outros países.

Devreux (2009, p. 97), ao trazer o conceito de família pela perspectiva sociológica norte-americana de Talcott Parsons, mostra que ele enquadra a família como tendo a função de se estabelecer “[...] por meio de uma divisão de papéis que repousaria sobre as naturezas masculina e feminina. A família conjugal, dois cônjuges e seus filhos, constituiria a única família “verdadeira”, ou seja, o modelo nuclear monogâmico patriarcal conservador, impõem-se como único e absoluto.

Retomando Guillaumin (2014), esse é o “discurso de natureza” com forte carga ideológica que tem se aplicado às estruturas de relações burguesas. No âmbito privado da família, esse discurso tem assumido um protagonismo não passível de contestação, ou que, quando tem sua veracidade contestada, cai no campo de modelos que “[...] não seriam mais do que disfunções ou desvios” (DEVREUX, 2009, p. 97) e transgressões.

Santos (2017, p.16) nos sinaliza que o conceito de família possui uma carga polissêmica no seu processo de compreensão. Assim, não há homogeneidade conceitual de seu significado, “a expressão “família” não carrega um entendimento unívoco, porque sofre influências religiosas, interferências morais, legais e mesmo da tradição do seu trato pelas leis e pelo Estado nas políticas sociais”.

E complementa que mesmo no atual estágio do desenvolvimento capitalista o jugo do domínio patriarcal ainda se estabelece no domínio das decisões centradas no construto cultural “[...] com o poder de supremacia dado ao homem” (SANTOS, 2017, p. 37).

Já para feministas materialistas, como Delphy (1998, apud DEVREUX, 2009) essa função patriarcal de modelo conjugal homem-mulher tem como sustentáculo a instituição do casamento que garante contratualmente o modo de produção doméstico baseado na exploração da mulher. É importante notarmos que essa base contratual do casamento escamoteia, por meio do contrato e/ou direito consuetudinário, as relações de opressão-exploração-apropriação entre sexos.

Um outro aspecto que não podemos deixar de ressaltar, ao estabelecermos o ponto de crítica a esse modelo patriarcal de família é seu alicerce na heterossexualidade, enquanto arquétipo com clara função ideológica que se ampara no discurso de natureza biologicista binário<sup>45</sup> e cis<sup>46</sup>, considerando toda estrutura que fuja dessa bolha de “desvio”, “amoral”, “defeituoso”, “disfuncional”, ou até mesmo trazendo para a conjuntura mais recente, escondem,

---

<sup>45</sup> Esse discurso se apoia na binariedade, que é a aceitação, unicamente, biológica do gênero do nascimento, que é o masculino ou feminino, desconsiderando razões sociais e culturais como parte da construção de gênero.

<sup>46</sup> O termo Cis ou cisgênero é utilizado para as pessoas que se identificam com o seu gênero biológico, como o sexo do seu nascimento.

inventam e invertem o real viés ideológico de seus discursos ao atribuir às relações sociais de sexo concretas uma suposta “ideologia de gênero”<sup>47</sup>.

Para retirar o véu da função natural da estrutura patriarcal, Cisne e Santos esclarecem, ao considerarem a importância de uma análise crítica das relações de gênero, que:

O patriarcado não surgiu espontaneamente no mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. [...] Com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda a sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45).

Com base nessa construção analítica de determinações sócio-históricas, quando as autoras nos trazem o conceito de heteropatriarcado como estrutura que determina reflexos violentos levando em consideração um imbricamento entre raça-classe-sexo, é relevante construirmos análises sobre a sexualidade para além dos limites de corpos binário-generificados.

Uma contribuição teórica que, embora não esteja vinculada ao feminismo materialista, consideramos de relevo no concernente aos estudos de gênero, parte da filósofa Judith Butler (2017), ao demarcar como mote as problemáticas aos limites das “estruturas binárias”, ao discurso fechado, coercitivo e naturalizante estabelecido pelas normas e cultura hegemônicas, as quais se apresentam “[...] como a linguagem universal.

Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero” (p. 30-31), e complementa, “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2017, p. 33).

Isso posto, é importante mesmo ao reconhecermos que a linguagem e os discursos coercitivos, assim como a imposição normativa da cultura hegemônica sejam instrumentos para o exercício da violência e domínio dos corpos, ao demarcarem o “normal” universal. Esses discursos e normas, como assinalam Cisne e Santos (2018), são reflexos de construções

---

<sup>47</sup> “A noção de ideologia de gênero” está relacionada a um novo ativismo conservador, particularmente a partir da atuação da Igreja Católica na defesa do que considera o papel “natural” de homens e mulheres na família e na reprodução [...]. No Brasil, a suposta “ideologia de gênero” circula entre ativistas, grupos políticos e evangélicos como um significante capaz de aglutinar posturas conservadoras em relação a gênero e à sexualidade” (FRANÇA, 2020, 47).

históricas concretas, expondo de outra maneira “a construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo” (p. 50).

Com essa base, ingressamos na seara da divisão sexual do trabalho para buscarmos compreender o trabalho desvalorizado como consequência da apropriação, mas que se perfaz, também, através da opressão<sup>48</sup> e exploração<sup>49</sup> como parte de um processo de reificação da mulher.

Vivemos, no presente, uma intensificação da exploração e expropriação da vida no formato neoliberal do capitalismo, a qual Antunes analisa a partir da ampliação da *superexploração* da classe-que-vive-do-trabalho, que na particularidade da periferia do capitalismo global, apresenta-se diferenciada com aspectos heterogêneos e homogêneos. Isso exposto, que esse segmento:

Seja denominado precariado, seja denominado parte do novo proletariado de serviços, é constituído de trabalhadores e trabalhadoras que frequentemente oscilam entre a heterogeneidade em sua forma de ser(gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a homogeneidade que resulta de sua condição precarizada, desprovida de direitos e de regulamentação contratual. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradados, o trabalho intermitente, os assédios, os adoecimentos e as mortes indicam um forte processo de proletarização. (ANTUNES, 2019, p. 22).

Quando ponderamos a respeito da divisão social do trabalho, é imprescindível, ao desnudarmos esse complexo, chegarmos a compreensão de que a classe está imbricada a marcadores de raça e sexo, “[...] na medida que organizam o trabalho no seu sentido mais amplo, pago ou não” (CISNE; FALQUET, 2020, p. 428). Estando “desde as periferias do capital, fundamentalmente desde a África e a América Latina, é impossível negar a aparência de que tanto o racismo como o patriarcado fundamentam as estruturas deste modo de produção” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 13). Logo:

Escravidão dos corpos negros e liberalismo sempre conviveram na sociedade capitalista, desde cujos primórdios a população africana foi escravizada com a finalidade de viabilizar a produção de mercadorias, embora não tivesse sua própria força de trabalho mercantilizada. A justificativa ideológica daquela escravização – o racismo e o rebaixamento das populações não-brancas, em especial a negra, a raça

<sup>48</sup> De acordo com Colette Guillaumin, a opressão da mulher “trata-se de um ponto de unanimidade entre as diferentes interpretações. Nós todas sentimos que somos impedidas, obstruídas, na maioria dos domínios da existência, que não estamos jamais em posição de poder decidir o que convém a nossa classe e a nós mesmas, que nosso direito de expressão é quase nulo, que nossa opinião não conta etc.” (2014, p. 87).

<sup>49</sup> Na condição de exploradas, somos subtraídas de “[...] benefícios materiais substanciais (benefícios psicológicos também, sem dúvida, pois um não vai sem o outro); que se tira de seu trabalho, de seu tempo, de suas forças, uma parte da existência que assegura à classe dos homens uma vida melhor do que seria possível sem essa subtração” (GUILLAUMIN, 2014, p. 87). Assim são os reflexos da exploração nas mulheres.



inferior – é a mesma que permite hoje o rebaixamento relativo do valor da força de trabalho negra e indígena e seu cerceamento a apenas determinadas tarefas na divisão social do trabalho. (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p. 13-14).

As autoras ainda somam a essas questões os fatores da precarização e exploração das forças de trabalho barateadas por meio dos processos migratórios para países que estão no centro do capitalismo global, as quais se transformam em fontes de força de trabalho barateada.

O cerne deste debate está na hierarquização da força de trabalho dado o que Cisne e Santos (2018, p. 77) denominam de “divisão sexual e racial do trabalho” que, pelo jugo da misoginia patriarcal e pelo racismo, “[...] atravessam todas as relações sociais e dão substância às relações de opressão e exploração inter e entre classes”. São, portanto, desdobramentos dessa relação de exploração capitalista.

Dentro dessa divisão sexual e racial do trabalho existe um ponto extremamente relevante que ocorre dentro do aspecto do trabalho reprodutivo. É o seu ocultamento ou não reconhecimento como parte do processo de produção capitalista que precariza ainda mais a condição de vida desses corpos feminizados e racializados.

O que ocorre com o trabalho inserido na forma neoliberal do capitalismo mundial, que se encontra em profunda crise, é, de acordo com Falquet (2006, apud CISNE; FALQUET, 2020) que as mulheres racializadas são cada vez mais jogadas nos setores de serviços, sejam eles sexuais ou domésticos, realizando os trabalhos mais precarizados, informalizados e desassistidos de garantias legais. Diante disso, Falquet (2016, p. 42) observa que, ao contrário do discurso ideológico do empoderamento, a crise global do capital “[...] que afeta a maioria dos países veio lembrar que o mercado de trabalho não tinha se tornado nem um pouco mais acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por raça e classe do planeta”.

A autora aponta também os antagonismos existentes entre camadas de mulheres privilegiadas que têm uma maior liberdade e crescimento profissionais, mas não excedendo o âmbito individual, fazendo-nos enxergar que isso só reforça a lógica fetichizada e reificada do capital, que vende a imagem da mulher empoderada, como se fosse algo passível de ser alcançado por todo o conjunto de mulheres e todo o conjunto da classe trabalhadora neste formato de sociabilidade. Fortalece, pois, uma tendência ao individualismo exacerbado e uma crise de práxis que interfere, inclusive, na política e nas conquistas e articulações de movimentos sociais, muitas vezes segmentados por pautas fechadas.

Um outro ponto importante a ser trazido para nossa reflexão sobre o papel da mulher no formato de produção burguês está vinculado ao seu disciplinamento, que se esconde através da “naturalidade da feminilidade”, em que este sistema utiliza como fonte para perpetuar sua

dominação. Sobre esta ocultação, esclarece Federici, “[...] produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: força de trabalho”. No que tange à sua avaliação da importância da utilização do trabalho doméstico pelo capital, completa a autora: “[...] é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente [...]” (2019, p. 68), compondo o que ela chama de “mercado conjugal”. Em protesto, assevera que “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”.

Federici (2019) com essa argumentação defende a tese de que o trabalho doméstico tem papel proeminente na geração de mais-valor para o capital, e que o seu não assalariamento só reflete em uma maior e intensificada exploração da força de trabalho feminina. Nesse sentido, é a partir do salário que as mulheres vão conseguir ocupar um lugar dentro da classe trabalhadora que seja considerado válido e possa, com isso, forçar enquanto classe legalmente reconhecida, as estruturas do capital para uma articulação de conquistas de direitos, a princípio, mas que reverbere na superação, *a posteriori*, de toda essa estrutura de opressão, como um caminho de luta a ser trilhado e articulado.

Quando trazemos a reflexão para a atualidade do neoliberalismo e seus reflexos na divisão sexual e racial do trabalho, bem como para o trabalho reprodutivo aqui no Brasil, reconhecemos que todos os aspectos ressaltados por esse leque de autoras despontam na nossa conjuntura mais recente de maneira mais densa e degradante.

A brutal ofensiva neoliberal a cada dia age para extermínio dos nossos direitos trabalhistas e nos lança no fosso da informalidade e do desemprego, operando pelo viés ideológico com forte imposição do neoconservadorismo, realizando “[...] o estreitamento dos horizontes de liberdade na nossa sociedade que significa também a fragilização de mulheres, LGBTI, pobres, negros, indígenas, imigrantes [...]” (FRANÇA, 2019, p. 51) e etc. E continua a autora em análise atual da conjuntura sociopolítica de nosso país:

Uma leitura do nosso processo político mais recente encontra gênero e sexualidade no centro de estratégias discursivas conservadoras que foram fundamentais para o resultado das eleições presidenciais de 2018 e para a chegada da extrema-direita ao poder. Ao ocupar esse espaço, as pautas conservadoras seguem tendo importante papel no governo, mobilizando sua base social. Junto com elas, caminha uma agenda neoliberal de redução de direitos dos trabalhadores, ataque à previdência social, privatização, punitivismo e encarceramento. (FRANÇA, 2019, p. 48).

Esses aspectos, estrutural e conjunturalmente, resvalam nas mulheres com mais vigor, por todos os meios em que vivem. Como é o caso dos retrocessos que estão sendo enfrentados a nível do governo executivo que abertamente se manifesta como “[...] principal inimigo da luta pela diversidade sexual e de gênero” (TOITIO, 2019, p. 32). Além da já citada bancada

evangélica, que cada vez mais ganha força à frente do nosso legislativo, esses fatores impactam diretamente na possibilidade de termos políticas públicas que valorizem a diversidade social da classe trabalhadora brasileira, a qual tem gênero e raça como estruturantes.

No Brasil, esse cenário reacionário se apropriado gênero e da sexualidade como pontos de tensionamento que os coloca assim,

No centro das ansiedades coletivas, sendo aqueles identificados como dissidentes sexuais os bodes expiatórios preferenciais. Ainda, quando se trata de medos e fantasias, os bodes expiatórios associam-se e multiplicam-se: comunistas, terroristas, estrangeiros, feministas, ativistas LGBTI [...] aparentemente, todos podem ser acusados de participar de uma grande concentração destinada a corromper nossa sociedade nos seus valores mais caros. Tudo isso nos auxilia a compreender como as forças conservadoras e de extrema-direita mobilizaram gênero e sexualidade como linguagem para disputar o poder no Brasil, em uma grave crise política e econômica. (TOITIO, 2019, p. 46-47).

Caminhamos, assim, para o terceiro e último capítulo, colocando em perspectiva todo esse conjunto articulado, historicamente, pelas forças sociais capitalistas que se amparam em um sistema que une patriarcado ao capitalismo com o propósito de alienar e reificar as relações, permitindo trabalhar as particularidades do papel da mulher na política, estando ela imersa a esta estrutura de poder.

Nos propomos, portanto, analisar como essa estrutura material se expressa por meio de práticas sexistas e machistas na imposição desigual entre homens e mulheres no exercício legítimo da política, como é o caso do golpe de 2016, que é o objeto de reflexão que nos move neste trabalho.

A seguir, vamos focar na análise dos determinantes materiais e seus reflexos expressos pelo machismo e sexismo que confiamos terem sido motivadores, juntamente a outros complexos, do golpe jurídico-parlamentar-midiático-heteropatriarcal que impediu a continuidade do exercício da presidenta Dilma ante o Executivo nacional. Análise que se propõe através dos elementos das falas dos parlamentares quando da votação para admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Rousseff.

Não acreditamos, assim, ser possível, em meio a uma ofensiva conservadora que grita e clama por valores tão arraigados à centralidade da tradição patriarcalista, onde impera o domínio da masculinidade que se quer presente em todos os espaços de poder, que a retirada da presidenta Dilma Rousseff não esteja vinculada a uma face machista, misógina e sexista, como tentaremos demonstrar em seguida.



#### **4 A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO IDEOLÓGICA DO CONCRETO E SEUS REFLEXOS NO GOLPE DE 2016**

Neste último capítulo, vamos adentrar o ponto mais peculiar do texto, em que trabalharemos, por meio da análise de elementos ideológicos da linguagem<sup>50</sup>, as expressões de machismo, da misoginia e do sexismo localizadas nas falas dos parlamentares, na sessão de votação de admissibilidade do processo de “impeachment”, na Câmara dos deputados, do dia 17/04/2016.

Optamos, devido ao caráter temporal, pela delimitação dessa sessão específica, como também por considerarmos a sua carga excessivamente agressiva no que concerne a algumas falas e símbolos performados no seu decorrer. É neste ponto que nossa reflexão vai se pautar, trazendo elementos da linguagem dos parlamentares para uma ponderação crítica, a fim de demonstrarmos que dentre o complexo de determinantes que estruturaram a destituição de Dilma da presidência, existe uma face heteropatriarcal possível de ser captada através dessas falas.

À face do exposto, a partida, estabeleceremos observações sobre o heteropatriarcado e seus reflexos no âmbito da mulher na política. Assim, a materialidade será nosso chão analítico, já que historicamente à mulher tem sido impossibilitada por instrumentos ideológicos e concretos para permanecer fora dos lugares instituídos de poder. Foi o que nos demonstrou Guillaumin (2014) pelo “discurso de natureza”, que é de domínio do homem, considerado único sujeito legítimo e protagonista da história. Às mulheres está relegada a coadjuvância, o não-lugar, ou o lugar de “grande mulher, mas sempre atrás de um grande homem”, como popularmente é comum escutarmos.

Com isso utilizaremos algumas análises teóricas que compreendem existir uma face de gênero no Golpe de 2016. Essa análise será atrelada ao que já foi elaborado ao longo desse trabalho sobre conservadorismo, ideologia, patriarcado, reificação e a linguagem, esta última suscitada por intermédio da perspectiva crítica materialista.

A importância do feminismo e sua atuação na política será laconicamente abordada devido à importância histórica dos feminismos, no que afeta toda uma gama de conquistas de direitos das mulheres. Mas não só das mulheres, pois existe um segmento feminista em curso que se denomina “Um feminismo para os 99%”, pautado na construção de uma nova

---

<sup>50</sup>Embora a utilização da linguagem como categoria analítica, dentro do Serviço Social, não seja usual, assumimos essa opção por compreendermos que a linguagem é rica de determinantes materiais, podendo ser um mecanismo importante e interessante para expressar relações sociais concretas.

sociabilidade, que faz recusa ao reducionismo identitário e do empoderamento que não altera estruturas de dominação. Assim, o feminismo para os 99% amplia o seu horizonte para uma “insurgência anticapitalista”, que é antirracista, anti-imperialista, é anti-LGBTifóbica e ecossocialista.

Finamente, serão objeto de análise os elementos<sup>51</sup> machistas, misóginos e sexistas localizados em determinadas falas dos parlamentares na supracitada votação. Buscaremos demonstrar como a engrenagem heteropatriarcal se pronunciou como um dos complexos que desembocaram no banimento de Dilma da presidência da República brasileira.

#### **4.1 Mulher e o “não-lugar”<sup>52</sup> na política: reflexos do heteropatriarcado na construção histórica de estruturas machistas, misóginas e sexistas de poder**

*E o silêncio escapou  
Ferindo a ordenança  
E hoje o anverso  
Da nudez é a nudez  
Do nosso gritante verso  
Que se quer livre.*

Conceição Evaristo

Nós, mulheres, desde ainda crianças, somos coagidas a aceitar e acreditar que existe um lugar, seja ele divino ou natural, próprio ao formato de estrutura patriarcal, que é imutável e é nosso, porque inato, ao qual devemos nos encaixar e obedecer, como boas servas, escravas, trabalhadoras exploradas, boas esposas, mães abnegadas, mulheres recatadas, ou reles objetos para satisfação sexual, destinadas à coadjuvância numa sociedade cujo valor da família tradicional monogâmica deve ser preservado acima de qualquer coisa. Não existindo, conseqüentemente, ninguém mais preparado para o exercício deste protagonismo do que os homens, senhores universais, portadores dasensatez, inteligência e mantenedores dessa estrutura social tão harmoniosa.

Essa construção forjada pelo que Guillaumin (2014) conceitua de sexagem, desdobra-se a partir de relações de apropriação, desnudam essa ideologia de natureza, como já

---

<sup>51</sup> De acordo com Tiburi (2018, p. 106), podemos compreender a misoginia como “[...] o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas”. Assim, a misoginia se reproduz enquanto ódio e abominação ao feminino, o machismo se expressa através da “naturalização” de uma suposta superioridade masculina e o sexismo como discriminação baseada no gênero. Neste formato heteropatriarcal, afeta, violentamente, os sujeitos femininos.

<sup>52</sup> Categoria de análise cunhada por Marc Augé.

ponderamos no item 2.3, do capítulo anterior. Este construto termina por ressoar em todos os setores em que se relacionam os sujeitos sociais e que, nesse formato de sociabilidade, relega à mulher um lugar de apropriação-exploração-opressão. No domínio da política, será possível identificarmos vários destes componentes.

Conforme Gonzalez (2020, p. 245), a cultura dominante determina os nossos valores, opções e sistema de representação, e “[...] no caso da sociedade brasileira, [...] vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si”. É o que Marx e Engels já demonstraram em “A Ideologia Alemã” sobre o poder da ideologia dominante no que se refere atoda a sociedade, mesmo aos que sofrem sob o seu jugo.

No contexto do Brasil, Gonzalez explica o porquê de nossa sociedade, constituída na sua maioria por pessoas negras e por mulheres, continuar subjugada por uma ideologia de branqueamento que se escamoteia pelo já aludido mito da democracia racial. Explica, também, o modo como dentro da política institucional as mulheres, principalmente as mulheres negras, ainda serem minoria, mesmo existindo aparato legal que determine a reserva de 30%<sup>53</sup> de candidaturas femininas.

Sobre a política encerrada como o não-lugar da mulher, Biroli afirma que, histórico-concretamente, ela se atualiza “[...] como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (2018, p. 172).

É importante salientar que “[...] as conexões e tensões entre patriarcado e capitalismo desvenda o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas [...]” (BIROLI, 2018, p. 172), sob o domínio imbricado de base patriarcal, racista e colonial em consonância, ou seja, esse “sistema unitário” teorizado por Arruzza (2015) demonstra como a ligação entre capitalismo e patriarcado refletem, também, nos aspectos que alicerçam as instituições políticas em nosso país e que impõem óbices à atuação feminina.

São óbices com níveis de hierarquia que se manifestam, mais ou menos, quando se arrolam às questões de classe e raça, como nos dilucida Biroli:

Ainda que os obstáculos à participação das mulheres sejam um problema em si, os efeitos dessa participação desigual não as atinge da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas entre elas. Tomemos como exemplo a legislação relativa ao trabalho doméstico no Brasil que só em 2015 equalizou os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores. (BIROLI, 2018, 172).

---

<sup>53</sup> Lei n. 9.504/1997.

Esse exemplo é um grito de alerta para que percebamos que não há possibilidade de reduzirmos as análises de gênero, sem que com isso estabeleçamos o imbricamento raça e classe. Isso ocorre, principalmente, quando tratamos de Brasil, por toda peculiaridade de sua formação social, a qual carrega ranços de racismo e sexismo, ainda distantes de serem suplantados. Nesse sentido, a situação do trabalho doméstico é um ponto categórico para este entendimento, visto que, majoritariamente, quem ocupa o perfil deste trabalho neste país são as mulheres pretas, como nos alertou Lélia Gonzalez<sup>54</sup> ao desnudar a situação da mulher negra no Brasil em que muitas são atiradas aos trabalhos mais precarizados, como o trabalho doméstico ou a prostituição, relegadas aos mais intensos níveis de reificação.

Em relação à participação das mulheres na política, é importante destacarmos que não ocorre apenas no âmbito dos cargos eletivos formais, mas se efetiva por meios alternativos, como no caso do ativismo dos diversos movimentos feministas, que têm feito história e alçado inúmeras conquistas importantes para as mulheres. Não só para as mulheres, mas para a população LGBTI+ e a classe trabalhadora de modo geral.

Isso demonstra a força que o ativismo exerce na pressão pela conquista de direitos. Entretanto demonstra também a necessidade e urgência de termos cada vez mais mulheres e pessoas que façam parte da “minoría” oprimida ocupando esses cargos de poder, seja no Executivo, Legislativo, ou através de cargos a frente de ministérios.

Destarte, achamos importante destacar que nossa concepção parte do entendimento de que dentro dessa formação social capitalista não conseguiremos eliminar todas essas formas de opressão às minorias sociais. Porém entendemos, similarmente, que precisamos fazer história com as condições que estão postas e que alguns avanços devem ser buscados, também, institucionalmente como parte do processo de luta e com o intuito de minimizar os processos de exploração no transcorrer da jornada coletiva.

Quanto a essa questão, se adentrarmos ao histórico dos governos PT, em especial, de Dilma Rousseff, vamos perceber vários avanços nesse sentido de abertura às mulheres na política, como nos exhibe Menicucci (2018, p. 71), no que concerne aos avanços de políticas públicas voltadas para esse segmento. É o que ocorre no caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que no governo PT ganhou *status* de Ministério, o investimento em políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, a sanção da Lei n. 13.104/2015 – Lei do Feminicídio, passando a ser considerado crime hediondo, a já citada PEC das Trabalhadoras Domésticas, sancionada em 2015, também com portaria na área da saúde para “[...]”

---

<sup>54</sup> Ver participação de Lélia Gonzalez no discurso da constituinte de 1987. Texto extraído da obra “Por um Feminismo Afro Latino Americano” (GONZALEZ, 2020).



universalizar o atendimento às mulheres em situação de violência e de estupro, com oferta da contracepção de emergência e aborto, nos casos previstos em lei”. A Lei Maria da Penha também constitui um marco nos avanços da luta das mulheres, sancionada no governo Lula, Lei n. 11.340/2006.

Somado a esses avanços, Biroli (2018) acrescenta a implementação de uma agenda de gênero que cingiu incentivos nesse âmbito com políticas de Estado na área da saúde, educação, assistência social e econômica. Mas que, por outro lado, foram alvos de diversos ataques por meio das bancadas e segmentos de movimentos conservadores, como no caso da PL 60/99<sup>55</sup>, que conforme Mano e Macêdo (2018), somente 14 anos depois, em 2013, esteve em votação com aprovação parlamentar. Esta aprovação sofreu fortes ataques da Bancada Evangélica e até com participação especial de cantoras gospel que foram protestar em reunião com a presidenta. A própria CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – lançou nota de repúdio à sanção que, apesar disto, foi aprovada, porém com considerações em relação a sua proposta original.

Inclusive, sua sanção sofreu ataques, novamente, a partir da Bancada evangélica, em que encabeçada pelo então deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) recomendou PL n° 6.033/2013 para abolir a Lei n° 12.845/2013, fato que floresceu na “Primavera Feminista”:

Algumas organizações de mulheres, que acompanhavam mais de perto a movimentação dos PL no Congresso Nacional, passaram a pautar a questão diante do risco da perda de um direito recém adquirido. No final de outubro de 2015, milhares de mulheres saíram às ruas do país para protestar contra o PL de Eduardo Cunha. O movimento ficou conhecido como Primavera Feminista e fez parte de um contexto onde registrou-se, também, uma forte mobilização online, por meio de campanhas como #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto. (MANO; MACÊDO, 2018, p. 96).

Aqui foram demonstrados alguns dos ataques protagonizados pela ofensiva conservadora à agenda de gênero no governo Rousseff, como forma de controle dos corpos femininos. O que mais uma vez nos salta aos olhos é como o patriarcado se ampara em todas as instituições, de modo inclusivo as formalmente constituídas, para barrar e sucatear conquistas e direitos das mulheres. Como a própria religião é um artifício para este exercício de controle,

---

<sup>55</sup> O mais próximo que se chegou da discussão sobre aborto durante os governos Dilma Rousseff foi com o PL n° 60. Proposto em 1999 pela deputada Iara Bernardi (PT/SP), tinha o objetivo de dispor sobre o atendimento imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento, tanto do ponto de vista físico quanto emocional, da vítima de violência sexual. Com a aprovação da lei, todos os hospitais integrantes do SUS deveriam: 1) Fazer o diagnóstico e o tratamento das lesões físicas no aparelho genital e demais áreas afetadas; 2) Fornecer amparo médico, psicológico e social; 3) Facilitar o registro da ocorrência e encaminhá-la a órgãos de medicina legal e delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; 4) Fazer a profilaxia da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, assim como coleta de material para exame de HIV; e 5) Fornecer informações às vítimas sobre os direitos legais e serviços disponíveis (MANO; MACÊDO, 2018, p. 92).

resvala-se em mais uma notória contradição aos preceitos do Estado, constitucionalmente laico, em meio a tantas outras.

Todo este conjunto de fatos históricos levantados até o momento são pontes para chegarmos na análise do Golpe de 2016. Aqui, nosso mote se concentra no que defendemos ter existido dentro da sua trama estrutural, que é uma face de gênero.

Após a conquista feminina de direito ao voto em 1932, somente 84 anos depois conseguimos ter no comando do Executivo nacional uma mulher. A partir de uma análise dialética, é possível refletir sobre o porquê de um vazio no tempo-história tão imenso. Seria pela inabilidade e inapetência inatas que as mulheres têm para o exercício do poder político, ou uma trama forjada, historicamente, para perpetuação do controle patriarcal? E mais, até que ponto esta trama reverberou, no contexto inédito da primeira mulher eleita democraticamente presidenta do Brasil, em componentes para seu banimento do cargo?

Creemos existirem fortes elementos que demonstram uma face de gênero dentre o complexo de complexos que compõem o Golpe de 2016. Em meio a tantas dimensões possíveis, estão as três facetas a seguir:

A primeira e mais visível delas é o impulso de autopreservação do *establishment* político que busca, a qualquer custo, escapar das investigações criminais. A segunda, por sua vez, é o desmonte da precária proteção social que esse governo interino pretende. Por fim, a terceira dimensão desse golpe é a restrição de direitos civis e políticos dos setores mais vulneráveis da sociedade, minando os poucos mecanismos de proteção dos direitos humanos e aumentando o poder de agenda e de voto dos setores religiosos fundamentalistas no novo governo. ‘Em nome de Deus e da família’ é o lema que indica o tamanho do buraco em que estamos entrando, sobretudo mulheres, negros e LGBTs. (QUINALHA, 2016, p. 133).

Nessa face moral de retrocessos na proteção dos direitos humanos, concomitante ao clamor de defesa dos valores da família tradicional com marcante apelo religioso, encontramos a direção de defesa de nossa proposta de que o Golpe de 2016 carrega uma faceta marcadamente patriarcal, posto que Dilma suportou, reiteradamente, ataques de cunho conservador das mais variadas formas.

Ataques realizados no intento de desqualificação e julgamento, atravessados por mostras de misoginia e sexismo, que assomaram ferozmente nas falas de votação da sessão que trabalharemos mais adiante. Estes elementos estiveram expostos durante todo o processo<sup>56</sup> de seu julgamento, por manifestações de parte da população que bateu panela clamando sua saída da presidência e fomentada de maneira inescrupulosa pelo apelo arbitrário da grande mídia.

---

<sup>56</sup> Algumas cenas notórias podem ser vistas pelo documentário “O Processo”, dirigido por Maria Augusta Ramos (2018).

Para confirmarmos, basta uma passada de olhos pelas capas de revistas, como “Veja” e “Isto é”, no ano de 2016. Outro demonstrativo encontramos no Estadão do dia 12 de maio de 2016, cujo título é “Retorno à Irrelevância”. Nesse artigo de opinião, Dilma é caracterizada como uma pessoa insignificante, nunca tendo sido dotada de propriedades para o exercício do tão alto cargo que ocupou.

Além de rotulada como uma mulher desqualificada e irrelevante dentro do jogo político, a Revista “Isto é”<sup>57</sup>, em sua edição de n. 2417, de 06 de abril de 2016, ainda lhe atribui a qualidade de desequilibrada. Numa edição é apresentada uma capa com carga simbólica que induz a uma leitura estigmatizante, pois além de aludir a falhas morais na sua gestão, apresenta Rousseff como uma mulher explosiva, desconectada com a realidade e sem condições emocionais, como pode ser vista abaixo:

Figura 1: Reforço midiático do estereótipo



Fonte: DCM.

É o que aduz o deputado Miguel Haddad (PSDB-SP) – na sessão deliberativa em análise neste trabalho – ao desacreditar a presidenta Dilma expondo a sua falta de “[...] condições pessoais e políticas para dar um novo rumo à nação” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 108-109). Além de ter, no mesmo discurso, qualificado a presidenta de “insensata”, “insana” e “arrogante”.

Essa edição da revista é apenas um dos muitos exemplos que podem ser utilizados para demonstrar expressões de misoginia e sexismo no decorrer do processo de “impeachment”, já que retomando ao Estado de Natureza trabalhado por Guillaumin (2014), as mulheres são relegadas a atributos imutáveis que tocam a sua condição permeada por características no

<sup>57</sup> É salutar evidenciarmos a manipulação da imagem fotográfica, que utilizou a foto de Dilma fora de contexto, pois a foto exposta mostra a presidenta “[...] comemorando um gol do Brasil e associou com a manchete “As explosões nervosas da presidente” (HYPENESS, 2016).

âmbito do sensitivo, do intuitivo, da ausência de controle para uma inteligência emocional, visto que sentimentais e submissas ou mesmo histéricas. Todos os componentes são de “ordem natural” que acarretam falta de tato para lidar com cargas de trabalho que exigem controle, autoridade, sobriedade, eloquência e habilidade, atributos “naturalmente” masculinos.

Assim, a engrenagem patriarcal vai tecendo sua estrutura de controle, que também se exerce numa relação dialética de consciência e linguagem. Nessa formação social dominante fazem parte de componentes ideológicos para a manutenção da lógica material. No caso da linguagem, corroboramos com Tiburi (2018, p. 107) que apresenta a linguagem ou o jogo de linguagem como critério para exercício da hegemonia, apresentando que “[...] quando dizemos jogo de linguagem, queremos dizer dos processos discursivos, mas não só. Tudo o que é simbólico, imaginário, todo o campo das representações, está em questão [...]”, e dizemos mais, toda esta gama de representações são reflexos da concretude das relações antagônicas, da luta de classes, considerando que ainda tem sido o sistema capitalista patriarcal que dita as regras.

Outro aspecto que foi motivo de aversão à presidenta está no que fere a um suposto padrão de feminilidade, lugar para o qual Rousseff não se enquadrava, não possuía atributos, já que foi tão duramente criticada pela sua falta de docilidade, sensualidade. Até as suas roupas eram movedoras de crítica, como é exemplar a pequenez através de comparação miserável que reduzia a sua figura, diante da de Marcela Temer, esta modelo de mulher e esposa “bela, recatada e do lar”.

Até sua vida privada foi motor para agressões, inclusive repletas de dubiedades, como nos demonstra Araújo:

No tratamento de sua vida privada a ambiguidade tende a perpassar a forma como suas relações familiares e afetivas aparecem: ora a mulher solitária, separada, sem marido; ora a mulher casada duas vezes, mas sempre submetendo sua vida (até suas escolhas de partidos) às decisões de seu cônjuge, obediente e submissa. A sexualidade varia: da condição de assexuada à condição de lésbica; ou a de assexuada à condição de histérica, o que responderia por sua possível irascibilidade, conforme explicitado publicamente por jornais de uma das grandes revistas semanais de circulação nacional, posteriormente criticado pelo movimento feminista. (ARAÚJO, 2018, p. 45).

Mais um ponto trazido por Araújo (2018, p. 39) concerne à deslegitimação e incongruências no trato à presidenta, que vão desde a sua inabilidade<sup>58</sup>, deslocamento e

---

<sup>58</sup> “O ápice foi o episódio do processo contra Eduardo Cunha. A ‘inabilidade’ de Dilma ou dos parlamentares de seu partido ficou associada ao fato de se recusarem a negociar com o então presidente da Câmara dos deputados a sua absolvição, na votação para abertura do inquérito parlamentar que atingia o deputado. O ultimato fora dado como um xeque-mate: ou a bancada da presidenta recusa seu processo ou o deputado aceitaria pedido de impeachment contra a presidenta” (ARAÚJO, 2018, p. 40).

disposição para “[...] lidar com o “varejo” das negociações nas relações Legislativo-Executivo”. Dito de outro modo, além dos alvos de sua vida privada e da sua condição de gênero, a inexperiência, a inapetência e a inabilidade juntam-se ao combo Rousseff.

Isso é claramente comprovável na fala de votação do deputado Beto Mansur (Bloco/PRB-SP), que se apoiou nesse expediente como justificativa para embasar seu voto favorável ao “impeachment”, afirmando que a “[...] presidente Dilma Rousseff vai receber o impeachment desta casa porque é incompetente administrativamente e porque não tem relação política com o Congresso nacional”(SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 183), o que só ratifica a análise que Araújo (2018) realiza sobre essa relação de acordões e conchavos aos quais a presidenta era considerada inapta para a atuação política por não se dispor a pactuar.

Rematamos essa parte e principiamos a análise da sessão de votação, trazendo o que consideramos um símbolo de misoginia assaz odioso e violento, o qual alude ao estupro, configurado no episódio lamentável em que começaram a circular carros nas diversas cidades do país com o adesivo de Dilma nos tanques de gasolina, de pernas abertas para receber a fállica bomba de gasolina.

Figura 2: Símbolo fálico e incitação ao estupro



Fonte: ClickPB.

Essa imagem percorreu todas as partes do país como forma de protesto em relação à continuidade do seu governo, mas que revelam expressões terríveis de como a máquina patriarcal se sente tranquilamente à vontade para violentar. No caso em questão, disseminar um símbolo que representa toda uma estrutura que se empenha em reificar a mulher, a exemplo de seu corpo físico como instrumento de domínio, que neste caso não está ligado ao prazer, mas ao ódio demonstrado pelo terror.

## 4.2 Linguagem como expressão dialética do real: análise da votação, do dia 17/04/2016 e seus impactos na face heteropatriarcal do Golpe de 2016

A linguagem vista pela perspectiva da teoria crítica não deve ser pautada por mero fragmento reduzido à fala desvinculada da complexidade das relações sociais que são concretas, mas também, carregadas de ideologia que se realiza na dinâmica social.

Konder (2002, p. 151), atento a essa questão, observa que a linguagem é parte constitutiva dos seres sociais, não devendo ser apreendida apenas como um instrumento de comunicação descolado da totalidade social. E completa afirmando que ela está em uma das arenas mais notáveis para a observação dos fatos ideológicos. Assim, “[...] os termos da linguagem põem a nu os valores das sociedades que os criaram e os mantêm vivos”.

A linguagem não está, portanto, desatada do todo caótico, embora “[...] o fato de na percepção imediata não se captar a “coisa em si”. Mas o fenômeno da coisa dependerá, talvez, que a estrutura da coisa pertence a outra ordem de realidade, distinta da dos fenômenos [...]” (KOSIK, 1976, p. 17). E é neste fenômeno que se mostra e esconde, ao mesmo tempo, que podemos captar através da linguagem a carga de complexidade por trás da fala dada na imediaticidade despedaçada.

Como canal dialético para a apreensão da totalidade, a linguagem é uma dimensão elementar. Esse aspecto já fora até mesmo elaborado por Marx e Engels (2007, p. 34-35), em “A Ideologia Alemã”, mostrando que a linguagem e a consciência estão consubstanciadas, pois “[...] a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens [mulheres]”. É o que nos demonstra Costa ao trazer reflexões acerca do marxismo e a linguagem:

O falante e sua fala são sínteses particulares de múltiplas determinações. A fala é social e aprender a falar não é simplesmente aprender a usar uma técnica combinatória. Aprender a falar é construir, interagindo com os outros, um espaço de significação do ser, de suas práticas cotidianas (políticas, econômicas, ideológicas etc.). Ao se organizar socialmente, esse espaço se intersecciona com o espaço dos outros e de acordo com as práticas e ideologias que se inter-relacionam na formação social. E, ao mesmo tempo em que esse espaço é trabalhado em cotejo com espaços já-construídos, ele mesmo se constitui como espaço já-construído com o qual se confrontarão discursos futuros, constituindo-se, portanto, como intrinsecamente histórico. (COSTA, 2000, p. 53).

Dentro do domínio da ideologia, inferimos que a linguagem tem o poder de uso para o exercício e disseminação de relações materiais de poder nos mais diversos espaços em que as pessoas estabelecem relações. Na lógica burguesa patriarcal a fala não está despreendida das

correntes que prendem a classe proletarizada. Como já exposto no transcorrer dessa pesquisa, afeta particular, intensa e extensivamente a camada feminizada.

Notam-se esses elementos com alguma facilidade nas relações mais triviais do cotidiano, em que a fala expressa a consciência fetichizada, como é comum no trato dispensado à nós, mulheres, quando julgadas e constrangidas pela roupa que vestimos, quando ouvimos coisas do tipo: “mas a sua roupa estava curta demais”. É como se o vestir-se possuísse a ele, intrínseca, uma carga de permissibilidade ao sujeito reificado.

Outras falas corriqueiramente escutadas, que possuem forte carga machista, misógina e sexista usadas em relação às mulheres podem ser notadas na frase: “você é muito bonita para ser inteligente”, frase que esconde através do elogio a desqualificação da mulher, reduzindo-a à condição de objeto estético.

Ou, “você que está louca”, frase demasiadamente usada para anular posicionamentos, argumentos e atitudes das mulheres. No caso da presidenta Dilma, mereceu capa de revista<sup>59</sup> reproduzindo justamente esse estado de natureza apontado por Guillaumin (2014), em que para invalidar e desprestigiar sua condição política, administrativa e intelectual, invalida ao atribuir uma “natureza” emocionalmente fragilizada das mulheres.

Mais uma passagem que aparenta elogio para escamotear a carga de exploração e opressão está no jargão “que comida boa! Já pode casar”, tãoamiúde utilizada, mas que carrega consigo a naturalização do trabalho reprodutivo, categoria anteriormente apontada, e que Federici (2019) desenvolve com maestria. Além disso, essa mesma expressão ainda demarca o casamento como um *status* para o qual a mulher é socializada e que simboliza conquista e sucesso para o que a sociedade heteropatriarcal considera componente essencial para a realização feminina.

Ainda sobre o peso que a linguagem pode estabelecer dentro das relações hierárquicas de classe-raça-sexo, convém trazeremos argumento de Gonzalez a esse respeito. A autora assevera que, no Brasil, a língua tem sido utilizada como demarcador de uma cultura de poder e superioridade, já que tem sido apropriada pelos detentores do “[...] poder econômico, político e social, de comunicação, educação e cultural”. Nesse caso:

A própria língua aponta para essas diferenças, para essas desigualdades que se estabelecem numa sociedade hierárquica como a nossa. Hierárquica do ponto de vista das relações de classe; hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro desta sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social. (GONZALEZ, 2020, p. 247).

---

<sup>59</sup> Já referenciada capa da revista *Isto é*, edição de n. 2417, de 06 de abril de 2016.

Após refletirmos um pouco sobre o peso da linguagem na trama das relações materiais e tendo em vista o seu imbricamento às expressões ideológicas neste formato de sociabilidade, passaremos a análise da sessão deliberativa n. 091.2.55.O, de 17/04/2016, redação obtida do departamento de taquigrafia da Câmara dos Deputados.

O intento deste trabalho é procurarmos demonstrar que devido a nossa imersão a uma estrutura social capitalista-patriarcal, questão que perpassa o conjunto das relações sociais, precisam ser capturadas para além da aparência fenomênica da imediatividade. Assim, marcadores de classe-raça-sexo não podem ser excluídos ou mesmo fragmentados quando se trata de reflexões sobre a sociedade brasileira.

Na análise em tela, defendemos não existir possibilidade, na trama conjuntural que envolve o Golpe de 2016, uma face de gênero ser descartada do intrincado que desdobrou na consumação da deposição de Dilma Vana Rousseff da presidência. E para tal demonstração, nossa opção se deu a partir da escolha particular dessa sessão deliberativa.

Muito já foi dito ao longo deste texto em relação à apropriação da mulher, em suas múltiplas formas, nesta estrutura societária. Na política institucional não poderia ser diferente, uma vez que se manifesta como parte do todo. Assim, tentaremos demonstrar como a ascensão conservadora expressada, ideologicamente, mediante a fala e performance dos parlamentares, demarcam uma trama cimentada nas raízes do heteropatriarcado.

Ao longo do estudo da transcrição das falas, pudemos verificar uma reprodução amiúde de palavras que carregam um típico simbolismo performático do padrão conservador que, dentre outros alicerces, encontra na religião fundamentalista e na família tradicional heterossexual e monogâmica seu pilar e sua justificativa. Essa é uma situação expressamente paradoxal, já que estamos regidos por um Estado laico, não sendo permitido, assim, que preceitos e dogmas religiosos sejam mote para interferência nos rumos e decisões políticas do governo.

Esse paradoxo, por si só já demarca o viés conservador da votação pelo “impeachment”. Aliado a isso está o apelo emocionado dos parlamentares à defesa da família tradicional, da família de “bem”. De início, achamos salutar trazer alguns números da votação: do total de 513 congressistas, 137 se posicionaram contra o Golpe, 02 ausências, 07 abstenções e 367 favoráveis.

Na pesquisa, mapeamos que, entre os(as) que se manifestaram a favor do golpe, houve uma explicitação reiterada da alusão a palavras que aduzem a Deus e à religião, bem como à família. A Deus e à religião foram ditas 92 vezes, já as palavras em referência a família



tradicional foram repetidas por 300 vezes, além de alusões e apelo explícito a princípios e valores morais e à decência.

Ademais, palavras com carga misógina e sexistas também foram proferidas, como chamar a presidenta de “jararaca”, “incompetente” e “insana”. Como assevera Tiburi (2018, p. 107), esse jogo de linguagem presente no discurso está entrelaçado, também, a “[...] tudo que é simbólico, imaginário, todo o campo das representações, está em questão não só no que é feito, mas também, encenado”.

Demonstramos, por conseguinte, no final da fala do então deputado Genecias Noronha (SD-CE), em repúdio à gestão da presidenta, sua seguinte exposição: “Para livrarmos o país da ‘república da jararaca’, pelos crimes cometidos pelo Governo e por um amanhã melhor para todos os brasileiros, o Solidarietà vota ‘sim’, pelo *impeachment*. Tchou, querida!” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 67).

Essa fala em dois momentos pontuais revela sua face misógina: o primeiro se destaca na expressão “república da jararaca”, metáfora que coloca a presidenta “mulher” em analogia à serpente. Trata-se de um comparativo tão antigo na nossa história que nos remonta aos escritos bíblicos no livro de Gênesis 3, também demonstrado através da arte medieval, como pode ser visto na entrada da catedral de Notre Dame, em Paris, figura exposta a seguir:

Figura 3: Analogia à serpente



Fonte: Wikipédia.

Essa foto, assim como os escritos bíblicos e o caráter análogo à mulher, e no caso em questão, à figura da mulher presidenta, evidenciam justamente o jogo de linguagem a pouco referenciado por Tiburi (2018), já que se mostra pela fala, pelo símbolo “serpente”, pela imagem e até mesmo pela arte, todos como parte de uma engrenagem misógina.

Já no segundo momento, pode ser identificado quando o deputado encerra seu comentário com a frase “Tchau, querida!”. Aqui, é importante destacarmos que essa frase se

materializou em placas carregadas pelos parlamentares durante o processo como forma de sarcasmo, as quais “[...] colocavam em evidência o caráter patriarcal, conservador e, acima de tudo, misógino do golpe em sua face mais cruel e repugnante” (MANO; MACÊDO, 2018, p. 98).

Figura 4: Tchau, querida!



Fonte: <https://br.pinterest.com> Acesso em: 10/03/2021

A foto acima, composta por uma maioria esmagadora de homens, e não quaisquer homens, mas do padrão branco universal privilegiado, retrata a imagem do escárnio e do ódio à presidenta com “a”, como discorre Tiburi (2018, p. 24). O que, portanto, difere do esperado tratamento que poderia ser dispensado a um presidente com “e”. Como ratifica Pinto (2018), o sistema político partidário brasileiro se compõe de um cenário que mantém e aprofunda “desigualdades nas relações de gênero”, tanto pelos altos custos das campanhas quanto pela burocratização e oligarquização partidárias.

O interessante da incongruência desse processo é notarmos um lado que repudia a presidenta, ao desqualificá-la, ao tentarem demonstrar a todo custo a sua incapacidade moral, administrativa e emocional para o cargo. Do outro lado, desponta a defesa fervorosa do então vice-presidente Michel Temer, como figura impoluta, prontamente qualificado para reparar os danos à “moral” do país, como podemos ler no discurso abaixo, que explicita o posicionamento conservador, positivado, que evoca a bandeira da nação como símbolo anticomunista. E então percebemos que até as cores não são despidas de neutralidade, possuem, sim, um aditivo ideológico, como posto pelo parlamentar André Moura (PSC-SE):

O Presidente Michel Temer já passou por esta Casa por 24 anos, foi Presidente deste Poder por três vezes e reúne todas as qualidades morais e políticas indispensáveis para juntos construirmos uma ponte para o futuro. Depende de cada um de nós, da nossa consciência, de quem ama este País, esta Nação e esta Pátria, de quem veste o verde-amarelo, porque a nossa cor não é o vermelho e não será nunca! A nossa cor é verde-amarelo! (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 78).

Dessa forma foi sendo desenrolada a sessão, com discursos de homens raivosos, feridos na sua moral, indignados com a corrupção, mas legitimando um processo presidido por um réu do STF, o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, que recebeu e autorizou a abertura do processo contra Dilma. O presidente foi condenado, pouco tempo depois por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Fato esse que rasga qualquer véu que pudesse nos impedir de enxergar que a grande questão daquele processo não era dar um basta à corrupção, mas à defesa de privilégios e interesses políticos tradicionalmente assentados na nossa cultura.

Foram muitas as incongruências demonstradas no transcorrer do processo, desde o ódio ideológico burguês por um partido considerado de esquerda, como demonstrado a pouco na citação do Sr. André Moura. Uma aversão à esquerda e ao comunismo determinada, dentre outras coisas, por preceitos religiosos, como podemos notar neste trecho discorrido pelo Sr. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), que evoca sua presença enquanto representante da “Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional”, pautando sua luta “contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 90).

Da mesma maneira que entre congressistas, como Josué Bengtson (PTB-PA), que clama em nome de Deus pela família, “pela família quadrangular evangélica em todo o Brasil”, logo seguido pela fala da deputada Júlia Marinho (PSC-PA) que, na mesma linha de justificativa de defesa da família, vota em “respeito à nação evangélica”, do Sr. Takayama (PSC-PR), que dedica seu tempo para se colocar “contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda”, além de votar “pelos evangélicos, pelo meu Brasil e pela minha família”; e, do parlamentar Nilton Capixaba (PTB-RO), que fundamenta sua opção de voto “pela minha família, pelos evangélicos” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 142-143-154-163).

Qual seria o real significado de família para uma Frente Parlamentar Evangélica, que justifica a necessidade do “impeachment” pela urgência de defesa dessa instituição? Em que ponto essa fala se relaciona a um processo que tem como alegação as supostas pedaladas infringidas por Dilma? É um argumento, no mínimo, inconsistente. É um argumento que se mostra, sim, balizado pelo pensamento neoconservador fundamentalista cristão que, como demonstrado por Biroli; et al (2020), domina a cena política institucional brasileira.

Os fundamentos como “por Deus, por minha família, pelas famílias e pelas pessoas de bem” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 165) proferidos pelo Sr. Delegado Waldir (PR-GO) foram parte proeminente de todo o processo que, nessa sessão específica, foi

assinalada por “[...] discursos a favor da percepção limitada de família burguesa, da religião como guia para a política ou da tortura como arma do contraditório” (MANO; MACÊDO, 2018, p. 99).

Sobre a tortura como arma do contraditório, pudemos assistir e, posteriormente, ler para esta pesquisa dois momentos de incitação do horror que foi o momento político da ditadura militar de 1964, em que o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) vota “pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 187).

O que podemos depreender desse jogo de linguagem é que para além do desrespeito à laicidade do Estado, do distanciamento do mote que supostamente seria o que levou a presidenta a julgamento, há forte teor de ódio à diversidade, já que o clamor a Deus e à família fazem parte do desejo de manutenção de um Estado eclesiástico patriarcal militarizado. Sabemos a gravidade histórica que a militarização da vida tem gerado às populações racializadas da classe trabalhadora, a partir do que podemos refletir sobre o conceito de necropolítica<sup>60</sup> elaborado por Almeida (2019).

Na sequência, trazemos trechos da exposição desprezível, vergonhosa, violenta, sórdida e extremamente misógina do, à época, deputado Jair Messias Bolsonaro (PSC-RJ), que de forma abominável votou:

Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade[...] pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. [...] Pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 232-233).

Ao homenagear o torturador, em um ato sádico, o deputado demarcava ali sua atitude favorável à cultura do estupro, explicitando-nos como a máquina misógina se move pelo ódio e violência à mulher (TIBURI, 2018). “[...] Dilma Rousseff viveu um estupro político. Ora, todo estupro é político porque um crime contra uma mulher sempre é político” (p. 111), assevera essa autora em alusão à Simone de Beauvoir sobre a condição política da sexualidade.

E assim se manifestou Jair Bolsonaro, amparado por toda uma engrenagem patriarcal, permissível a tal ponto que um representante da população no poder legislativo, em um mesmo discurso, incita a tortura, a cultura do estupro, sem qualquer receio ou constrangimento. Muito pelo contrário, dotado de razão, defende e assegura, através da linguagem, a reificação da mulher. A mulher deslocada, fora do lugar, como o outro(a), e que jamais deveria ter ousado

---

<sup>60</sup> Ver Almeida (2019), capítulo sobre Racismo e Política.

estar ali, ocupando o cargo máximo da administração do país. Isso instigou uma misoginia abjeta que também se reflete pela inveja e pela culpabilização (TIBURI, 2018), intrínseca à mulher.

Essa culpabilização é notória nos casos de estupros em que vítimas se tornam culpadas pelas suas próprias violações, pelos seus descolamentos, pelo seu não-lugar, como se o ato e o fato de se impor na história e em todo e qualquer espaço, do privado ao público institucional, fosse motivador para sua perseguição, já que o feminino é sinônimo do male da fragilidade de um sistema de privilégios aos machos.

Ainda a propósito da fala de Bolsonaro, entendemos a importância de pensarmos sobre os impactos que a ofensiva conservadora passa a ganhar, a partir daquele momento. Não que ele em si tenha desencadeado, mas como momento de uma misoginia simbólica estrutural, pois, não à toa, essa mesma figura política que incitou o estupro<sup>61</sup>, por mais de uma vez, abertamente, viria a se tornar presidente da república, em 2018, por meio da coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Aqui, a expressão linguística, mais uma vez, passa longe da neutralidade, diversamente, ratifica o axioma conservador.

Também vinculada à sua conquista presidencial, somos arrebatados por uma tsunami conservadora, que afeta todos os rumos da nossa existência. Uma onda de caráter profascista, misógina, LGBTfóbica, que nos deixa em crise de direitos trabalhistas<sup>62</sup> e sociais, crise educacional, tentativa constante de desmonte do SUS, entre tantos outros retrocessos, que associados à crise pandêmica, desde 2020, e que se arrasta por 2021, tem sido motivo de extermínio de um enorme contingente da população brasileira. Obviamente, por uma questão estrutural, a população pobre e preta é a mais afetada.

Embora nosso ponto central dapesquisa se delimite no “processo” que descambou em Golpe, acreditamos na importância da pertinência da trama e desenrolar da história mais atual. Assim, será possível retornar ao ano de 2016 e mostrarmos como, no presente, o pensamento conservador se materializa com muito mais consistência na nossa sociedade, inclusive tendo como figura simbólica um presidente<sup>63</sup> da república abertamente misógino, homofóbico, negacionista dos princípios e valores da ciência, que defende fervorosamente uma política armamentista<sup>64</sup>. Em outras palavras, ele se “[...] traduz numa masculinidade relacionada ao

---

<sup>61</sup> “Em 2014, Bolsonaro afirmou, na Câmara e em entrevista a um jornal, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) *não merecia ser estuprada* porque ele a considera ‘muito feia’ e porque ela ‘não faz’ seu ‘tipo’” (G1-POLÍTICA, 2016, grifos nossos).

<sup>62</sup> A aprovação da Reforma da Previdência, em 2019.

<sup>63</sup> Achemos importante trazer a indicação do podcast da Revista Piauí que se chama História Narrada (2020), em que a história de Jair Messias Bolsonaro é bastante mostrada, desde sua infância à chegada à presidência.

<sup>64</sup> Ver Revista Piauí, de 16 de fevereiro de 2021.

autoritarismo, à violência e à guerra, expressos nos discursos, nas políticas, na estética e na estrutura institucional do governo” (FRANÇA, 2019, p. 49-50).

Outro complexo que é imprescindível sopesarmos acerca da engrenagem misógina, e do feminino enquanto sinônimo do mal que se intensifica, esteve, por exemplo, no ponto que nos leva a outro questionamento de Bolsonaro, que não foi só dele, mas de vários parlamentares. Ou seja, a questão da disseminação da existência de uma “ideologia de gênero” supostamente pregada pelo PT e partidos de esquerda. É configurada por uma invenção e deturpação dos que pensam e se amparam no pensamento conservador, utilizando-se de uma das faces misóginas de repúdio, sobretudo, às pessoas transexuais, na tentativa de “regulação social e para os limites da norma que pressupõe coerência entre sexo, corpo e desejo” (FRANÇA, 2019, p. 45).

Essa tentativa reguladora na fala de alguns parlamentares serão mostradas a seguir: primeiramente, trazemos o Sr. Deputado Marcos Soares (DEM-RJ) que embasa seu voto na tentativa do governo Dilma, que “sempre tentou destruir a família; em seguida, Rogério Marinho (PSDB-RN) que, em consonância vota pela família e “contra aqueles que se utilizaram da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças” e seguindo a harmonia do pensamento, Givaldo Carimbão (PHS-AL), que convicto assume “posição intransigente contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero [...], temas caros para nós que somos cristãos” (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 82-237-252-253).

A narrativa desses políticos só reforça o que já trabalhamos no decorrer do texto sobre a falácia de uma ideologia de gênero, forjada pela fração conservadora dominante para impedir conquistas de direitos dos segmentos LGBTI e das mulheres. França (2019) afirma que essa política de caráter reacionário se pauta na compreensão e redução da palavra gênero ao significado biológico, negando o reconhecimento da pluralidade e direitos das pessoas.

A linguagem é um mecanismo utilizado por essas forças reacionárias em meio à grave crise em que vivemos, arma de disputa, que dispara contra a diversidade sexual e de gênero, gerando um pavor moral, muito bem alimentado pela disseminação de *FakeNews*, como no caso “[...] da distribuição de “mamadeiras de piroca” em escolas públicas[...]”, e com isso “armam-se barricadas morais e instaura-se uma caça às bruxas” (FRANÇA, 2019, p. 46).

Na sintonia com os discursos que avocam o pânico moral na população, apoiando-se em preceitos cristãos manipulados para a manutenção da família tradicional, o jogo de interesses que existe imbricado a esse complexo vai muito além. Ele transpõe a fronteira da fé. Na verdade, utilizam a fé e a religiosidade como armas para alienação para ocultar o que Davis reflete, exemplificando sobre a sacra instituição do casamento, que sempre foi “[...] machista, racista e

heterossexista, que diz respeito principalmente à acumulação e distribuição de propriedade” (DAVIS, 2019, p. 60).

Dessa maneira, quando um parlamentar, pastor, como no caso de Marco Feliciano (PSC) vota pelo Golpe, afirmando que faz isso “com a ajuda de Deus, pela família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda [...], dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, Partido das Trevas[...]”, ele ratifica toda nossa argumentação sobre a utilização da religião como munição, não para a defesa do bem e do mal. Não se trata desse maniqueísmo, posto não existirem bases racionais para ele.

Trata-se, todavia, da defesa de interesses para a perpetuação de um sistema patriarcal dominante, que alimenta o medo popular através da disseminação de um suposto espectro do “mal”, à espreita, para a destruição da família. Como a pouco pontuamos pelas elucubrações de Davis (2019), é heterossexista, com particular ligação, a conspirata capitalista de acumulação e de manutenção da propriedade, propriedade esta que tem na mulher objeto imprescindível para a composição do seu arranjo.

Conspiração que, segundo Federici (2018, p. 37), foi no processo de acumulação primitiva do capital que foi gerada uma gigantesca perseguição às mulheres, a chamada caça às bruxas, como o intuito de controle dos corpos femininos. Esses corpos como “lugar de alienação fundamental” em projeto para a acumulação na sociedade capitalista e patriarcal, como parte de uma “[...] dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram os preços mais altos, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas”.

Conseqüentemente, é importante destacarmos que essa prática se reconfigura, séculos depois, através do capitalismo heteropatriarcal, que ainda se alicerça nessa necessária alienação dos corpos femininos. E não só femininos, mas também nos corpos racializados para a manutenção de sua estrutura de poder. A análise em tela nos mostra, pela expressão da linguagem, um processo supostamente amparado em uma instituição política democrática, a intenção de controle mascarada pela justificativa da fé e da corrupção.

Por analogia às ponderações de Davis (2019) a pouco trazidas, podemos retomar o pensamento de Guillaumin (2014) sobre a categoria da sexagem quando ela nos mostra, dentro dessa relação, que a mulher faz parte dessa engrenagem social, não como agente, como sujeito<sup>65</sup>, mas reificada, em condição equivalente à de pessoas escravizadas. Os produtos do seu

---

<sup>65</sup> É interessante refletirmos que a própria palavra “sujeito”, na língua portuguesa, não possui flexão de gênero, ou seja, é uma palavra masculina, nos demonstrando o quanto a linguagem é parte de uma construção ideológica

corpo e até a sua subjetividade devem ser controláveis, enquadrados de modo a não quebrar as peças da máquina patriarcal.

Por consequência da necessidade de conservação material dessas relações, o pensamento tradicionalista precisa disseminar uma visão demudo idealista e essencialista, seja alicerçada numa funcionalidade biologia binária e heterossexual, ou no plano da fé, desde que ambas não tentem mexer nas peças que mantêm ativo o jogo protagonizado pelo “Homem”.

Daí o apelo, de um outro parlamentar, também pastor, Eurico (PHS), que para garantir a “ordem e o progresso” das coisas “naturais”, foge da questão do que defendem ser motivador do processo para se escorar no júízo divino, pois “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes”, votando “sim” pelo Golpe (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 309).

Não podemos deixar de pontuar, nessa alocução, mais um traço da expressão do domínio patriarcal. Quando é dito que o “impeachment” precisa efetivar-se pela “defesa da vida”<sup>66</sup>, depreendemos que essa defesa passa pelo crivo do controle da vida e do corpo da mulher, da impossibilidade de obtenção de direitos reprodutivos, pauta já trabalhada no transcurso de nossa escrita, e que ainda, no tempo presente, não possui amparo legal para o exercício de liberdade sobre o seu corpo.

Para encaminharmos ao final do capítulo e passarmos às considerações finais, a partir de algumas das falas escolhidas e trazidas para análise, compreendemos que não há como ocultar uma estrutura que é material, no caso do patriarcado capitalista. No caso particular do julgamento de Dilma Rousseff, pelas expressões das próprias falas dos parlamentares justificando um suposto crime de responsabilidade e a misoginia amparada pelo pensamento conservador estão, sim, presentes na história do Golpe de 2016, como um momento particular do todo.

A consciência alienada, aliada à linguagem como expressão da ideologia misógina, sexista e machista, foram verbalizadas em muitos momentos durante a sessão de deliberação do processo de “impeachment”. A misoginia e sexismo como expressões do patriarcado, na

---

materializada nessa estrutura patriarcal, onde não existe na própria gramática um lugar de pertencimento, de “sujeito” para as mulheres.

<sup>66</sup> Achamos oportuno apontar, a título de exemplo, o caso que ocorre em 2020 da menina (criança) de 10 anos que após gravidez decorrente de estupro, que ocorria desde os seus 6 anos, precisou sair do seu Estado para realizar aborto legal em Recife-PE. Esse caso, por mais terrível que possa parecer, foi motivo de forte comoção por parte de cristãos fundamentalistas e bolsonaristas, muito mais pela realização do aborto, já que era uma gravidez de risco, do que pelo fato da vida da criança violentada sexualmente ter estado posta a risco naquele momento e por parte de sua infância. Esse é mais um paradoxo pavoroso do alcance e manipulação ideológica reacionária pode fazer, não há como defender a vida à custa de violência, de abuso, de exploração. O caso demonstrado é apenas um dos tantos que nos convida à lucidez sobre o que de fato está em jogo, e não é a vida, é o controle dos corpos femininos. (Folha de São Paulo, agosto de 2020).



história, reatualizam-se como um tipo contínuo e incansável de caça às bruxas. Essa pesquisa é um dos demonstrativos que nos põe em questionamento.

Diante disso, achamos também importante evidenciarmos, para finalizar o capítulo, que embora o Golpe tenha se consolidado, a fala como arma da crítica aos desmandos e violências misóginas e sexistas também ecoaram em forma de protesto e insubmissão àquele momento. Como se deu através dos 137 votos contra o “impeachment”, a exemplo, trazemos a fala da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que em sua declaração evidencia sua aversão ao que está sendo tramado naquele momento-espço:

Primeiro, quero registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira sem reunir condições morais para isso. (Manifestação no plenário.) Segundo, registro a minha indignação de vê-lo abraçado com um traidor da democracia, que tenta usurpar a cadeira da Presidente, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal. Terceiro, quero expressar aqui que ficou muito claro para a sociedade brasileira qual é a aliança pelo impeachment que reúne corruptos, torturadores, como Jair Bolsonaro, e traidores da Pátria. (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 233).

Outro momento que consideramos simbólico ocorreu por meio da manifestação do Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que se colocou abertamente contra as posturas sexistas e LGBTfóbicas naquela sessão, uma voz que representou a luta contra as estruturas de poder heteropatriarcais, em que aduz:

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto ‘não’ ao golpe. E durmam com essa, canalhas! (SESSÃO DELIBERATIVA DA CÂMARA, 2016, p. 234).

Mesmo com essas demonstrações que demarcam a materialidade de um sistema de opressão com base em gênero-classe-raça, é importante não deixarmos de manifestar que dentro de todo o contexto do processo que reverberou em Golpe, houve, sim, demonstrações de luta de classes, correlação de forças demarcadas por movimentos sociais<sup>67</sup> e partidos de esquerda. Diante dessa materialidade dialética, a contestação do *status quo* é sempre passível de superação, de construção coletiva, sendo a linguagem, também, arma para a crítica.

---

<sup>67</sup> Como a já citada “Primavera Feminista”.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três capítulos deste texto abordamos a questão da reificação da mulher diante do cenário político brasileiro, no contexto de forças políticas de ideologia conservadora. Sabemos, todavia, que questionamentos ainda podem ser suscitados diante da complexidade do assunto abordado, inclusive pelo caráter dialético da realidade que nos coloca em constante negação da negação de uma história em permanente construção.

A história que queremos construir passa imprescindivelmente pela superação da sociabilidade estabelecida. Com isso, queremos explicitar nossa posição de não neutralidade diante da pesquisa, já que temos um lado e um lugar social. Esse lado é o que se demarca na luta de classes que tem, historicamente, relegado à mulher um não - lugar de sujeito. Importante destacar, neste sentido, que não há uma neutralidade na escolha temática da pesquisa. Essa pesquisa se evidencia pela exposição da misoginia sofrida pela Dilma, mas há uma neutralidade metodológica e de exposição teórica do tema e que está de acordo com o rigor acadêmico que se espera de uma dissertação.

A pesquisa se projeta movida pela inquietação do cenário político que se desenhou desde sinalizações, em 2013, até mesmo diante dos discursos misóginos que demarcaram a consumação do Golpe que destituiu a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Neste sentido, propusemos pensar os reflexos da ascensão conservadora para o descambar dessa destituição. Conforme trabalhamos nos capítulos, visualizamos que existem elementos históricos anteriores ao Golpe que já sinalizavam sua possível consumação, bem como a existência histórica de uma formação social ligada a estruturas capitalistas e patriarcais que demarcam uma faceta misógina e sexista.

De acordo com o que expusemos no primeiro momento do texto, somos parte de um país fundado em bases aristocratas, racistas e sexistas, além de marcados pelo aspecto da dependência de países de capitalismo central, gerando-nos cicatrizes profundas em nosso processo formativo. O que reflete, como apontado no decurso do texto, em estruturas sociais e de poder com relações extremamente arcaicas e misóginas nas quais a sociedade se funda. No caso do governo Rousseff, não poderia ser diferente, uma mulher à frente do mais alto cargo de poder do país que, é marcado profundamente por um processo histórico conservador.

Toda conjuntura histórica e social do país somada aos reveses econômicos de ordem mais geral que engendram o próprio maquinário capitalista e diante da crise do próprio sistema capitalista, desde 2008 se tornou austera, repercute com reflexos em um governo gerido por uma matriz neodesenvolvimentista que parecia não mais atender aos interesses da burguesia.

Parece demarcar aí a vinculação midiática manifestamente a serviço do dismantelamento dos governos PT, o que ficou notório quando procuramos mostrar mediante as mobilizações sociais gestadas em 2013. Assim, entendemos que a deposição de Dilma não esteve atrelada, isoladamente, ao viés patriarcal da nossa sociedade, mas como um dos componentes atrelados aos que pontuamos. Evidenciado pelo próprio caráter dialético da materialidade que se constrói, não por fragmentos descolados, como nos convida a ver a aparência fetichizada das coisas, mas por fenômenos que se sobredeterminam e são parte de um todo.

Tendo por base esses elementos sociais, históricos e políticos que procuramos buscar e elencar, no início da dissertação, para estruturar algumas possíveis peças do Golpe, consideramos pertinente a construção de um momento de ponderações sobre categorias teóricas do pensamento conservador, sobre a ideologia, a reificação e o patriarcado, as quais nos lançaram luz à possibilidade de compreensão do processo que descambou com a retirada da presidenta. O conservadorismo tem avançado na cena social e política brasileira, amparado pela ideologia burguesa que expressa sua materialidade por mecanismos e ideias que reforçam o *status quo*, em associação à estrutura capitalista patriarcal que coisifica a mulher ao se apropriar historicamente dos seus corpos e de sua subjetividade, ao relegá-las ao lugar de objeto, paciente na história.

Na última parte, tentamos demonstrar, por meio dos mecanismos ideológicos atravessadores da linguagem – já que, como foi exposto, a linguagem não é neutra, é um componente de sociabilidade que pode ser arma para luta de classes, e que no caso da classe dominante, possui forte carga ideológica na ordem vigente – a carga misógina que a língua estabelece em relação ao reforço à manutenção de estruturas de poder patriarcais. São, portanto, forças que se amparam, inclusive, em fundamentos da religião e da tradição para marcar a constituição de uma sociedade moldada por um padrão aceitável de “normalidade”. Como confirmamos a partir das expressões e falas dos parlamentares no dia da votação, além do suporte ideológico oferecido pela grande mídia, que não mediu esforços para depreciar a presidenta mulher, “fora do lugar”, fora do padrão, inapta, atacada em todas as dimensões de sua vida, em situações que, diferentemente, os homens não enfrentam, sejam ataques diretos, desqualificações e deslegitimações.

Embora tenhamos tentado trazer alguns elementos que corroboram com a nossa hipótese inicial, achamos salutar anunciarmos que tamanha a importância e vastidão que perfazem o tema, o trabalho não se esgota aqui, até pelo caráter temporal exigido para uma dissertação. Neste sentido, conduzimos nossa pesquisa a partir de um recorte diante de uma questão tão ampla, que é a história da opressão da mulher. Contudo vislumbramos a possibilidade de futuras

pesquisas para aprofundamento dessas opressões que atravessam a vida das mulheres nessa sociedade. Até mesmo pelo que vivenciamos no presente, uma vez que a ofensiva conservadora tem se agigantado cada vez com mais energia, o que nos exige leitura crítica do real, também associada a uma práxis transformadora que transponha qualquer ordem de sociabilidade opressora.

A história da humanidade é marcada pela dominação masculina e conservadora em toda sua dimensão histórica, social, econômica e política até o presente momento. Neste sentido, essa dissertação assume como pretensão maior expor as marcas desse sistema, tomando como referência um marco histórico representado pela figura política da presidenta Dilma, e que, antes de tudo, coloca-se como uma questão que ultrapassa sua pessoa em particular, mas que expõe questões bem mais profundas e amplas.

O conhecimento que temos hoje se assenta a partir de uma episteme patriarcal-eurocêntrica. Sabemos também que essa episteme e esse modelo econômico nos foi imposto a partir da opressão e diversos silenciamentos. Diante deste cenário, é importante salientar que nossa pesquisa se coloca como um enfrentamento desse contexto político e epistêmico, apontando o que está por trás do jogo político e midiático que reitera diversos tipos de opressões.

**A história se reescreve pelo olhar do presente em relação dialética com o passado. Dessa forma, observar e entender esse evento histórico-político nos faz entender a força e potência de contra narrativas a fim de podermos vislumbrar um futuro mais diverso e promissor. Angela Davis afirma que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Podemos pensar a partir dessa fala que quando uma mulher assume uma posição de poder e está disposta a enfrentar as estruturas vigentes, ela pode sofrer retaliações de todas as ordens, a exemplo do que foi citado pela pesquisa. Mas também podemos pensar que essa mesma mulher abre espaço para outras futuras. Dessa forma, essa dissertação surge a partir desse movimento, mas acima de tudo pretende estabelecer outros diálogos possíveis.**

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: **Por que gritamos Golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil, São Paulo: Boitempo, 2016.p. 49-54.
- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte:** 1964 – 2019. 1 ed. São Paulo; Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma. In: RUBIN, Linda; ARGOLLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero.** v. 1, 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. In: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 23, p. 33-58, out., 2015.
- ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas:** casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. 1. ed. São Paulo: Usina, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%** Um Manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AUTORA DE CAPA DA ISTOÉ QUE CHAMA DILMA DE “MARIA, A LOUCA” É A MESMA QUE RECLAMOU DE MACHISMO. Diário do Centro do Mundo. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/autora-de-capa-da-istoe-que-chama-dilma-de-maria-a-louca-e-a-mesma-que-reclamou-de-machismo/>. Acessado em 03 de março de 2021.
- BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. **Uma presidente fora de si.** Disponível em: [https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/). Acessado em: 26 de fevereiro 2021;

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIN, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. v. 1, 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 75-84..

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas/ São Paulo: Unicamp/Unesp, 2018.

BONIN, Robson. **Os últimos dias de Dilma Rousseff**. Veja, São Paulo, 6 maio 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-ultimos-dias-de-dilma-rousseff/>. Acessado em: 07 de janeiro 2021;

BRASIL. Senado Federal. **Pedalada Fiscal**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acessado em 15 de novembro de 2020.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José. Ensaio de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Consciência em Debate, 2011.

CASARA, Rubens. Precisamos falar da “direita jurídica”. In: GALLEANO, Esther Solano (Org.). **Ódio como política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. **10 anos de governos pós-neoliberais**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs) **Por que gritamos Golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016, p. 15-22.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, S. M. M. D. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. In: **Serviço Social & Sociedade**, Londrina, n. 2, p. 425-440, jan./jun. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COSTA, Nelson Barros. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. In: **Delta**; São Paulo, n. 1, vol. 16, 2000.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Justiça para as comunidades lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras. In: **Margem Esquerda**. n. 33. São Paulo: Boitempo, 2019.

DELPHY, Christine. Patriarcado(teorias do). In: Orgs. Hirata; Laborie; Doaré; Senotier. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

DEPARTAMENTO de taquigrafia. Sessão deliberativa 17.04.2016. Câmara dos Deputados.

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA; Helena (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 349 p.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 223-234, maio/ago., 2020.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.



ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Estadão. **Retorno a irrelevância**. <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,retorno-a-irrelevancia,10000050651>. Acessado em 1 de março de 2021.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?. In: ABREU, Alice Ranguê de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e França**: perspectivas interseccionais. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANÇA, Isadora Lins. Gênero e sexualidade: ascensão conservadora e fantasias masculinas de poder no Brasil. In: **Margem Esquerda**. n. 33. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FLORESTAN, Fernandes. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. **Capitalismo, Racismo, Patriarcado, Dependência**: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. Vitória, ENPESS, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: org. FERREIRA, Verônica (or.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (comp.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HYPENESS. **Tchau querida e as mulheres interrompidas na votação do impeachment**. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2016/04/tchau-querida-e-as-mulheres-interrompidas-na-votacao-do-impeachment/>. Acessado em: 10 de março de 2021;

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul De. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

JINJINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: **Por que gritamos Golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil, São Paulo, p. 11-22, 2016.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo**: Serviço Social em tempos de crise. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KOLLONTAI, Aleksandra Mikháilovna. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: URSO, Graziela Schneider (comp.). **A Revolução das Mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACERDA, Milena; IRINEU, Bruna; OLIVEIRA, Brendhon. In: QUADRADO, Jaqueline Carvalho; LIMA, Eduardo; FERREIRA, Ewerton da Silva (org.). **Políticas públicas, desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença**. Editora Tikinet: São Paulo, 2021.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela recatada e “do lar”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética materialista. 3 ed. São Paulo: WMF, 2018.

MANO, Maíra Kubík; MACÊDO, Márcia Santos. Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha do golpe. In: RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAIA, Dhiego. **Menina que engravidou após estupro teve que sair do ES para fazer aborto legal**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml>. Acessado em 10.03.2021.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARQUES, Ivan; LIMA, Renato Sérgio. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-arma-os-amigos-aos-demais-deixa-morte-por-susto-bala-ou-virus/>. Acessado em março de 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao Golpe de 2016. Ed. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MINICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. In: RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MOSCHKOVICH, Marília. **Está tudo tão estranho, e não é à toa**. Disponível em: <https://medium.com/primavera-brasileira/esta-tudo-tao-estranho-e-nao-e-a-toa-dfa6bc73bd8a>. Acessado em 23 de janeiro de 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do povo negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAULO NETTO, José. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, ABEPSS, 2001.

PAULO NETTO, José. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1981.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEILA NETTO, Leila Escorsim; **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

O PROCESSO. Documentário. Direção de Maria Augusta Ramos. Nofoco, 2018. (137 min).

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **Por que gritamos Golpe?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

RÁDIO Novelo. Carol Pires. 2019. Podcast. Disponível em: **Retrato Narrado**. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. **10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Joseane. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SANTOS, Rosemeire dos. Modo (s) de ser família. In: SANTOS, Rosemeire dos; DAL BELLO, Marília Gonçalves (orgs.). **Família que vive do trabalho e proteção social: três perspectivas de análise**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SILVIO, Almeida. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Livraria editora ciências humanas ltda, 1978.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, 2015.

TABET, Paola. Mão, instrumentos, armas. In: Orgs. Ferreira; Ávila; Falquet; Abreu O patriarcado desvendado. Recife: SOS Corpo, 2014.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: Org. Esther Solano Galleano. **O ódio como política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rouseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLLO, Fernanda (orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TOITIO, Rafael Dias. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar?. **Margem Esquerda**. n. 33. São Paulo: Boitempo, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS, 2009.